



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História



**JULIANA DA SILVA DRUMOND**

**O GABINETE DE 2 DE FEVEREIRO DE  
1844 E O SEU PAPEL NO PROCESSO  
DE CONSOLIDAÇÃO MONÁRQUICA.**

**2017**

**O GABINETE DE 2 DE FEVEREIRO DE 1844 E O SEU PAPEL NO  
PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO MONÁRQUICA**

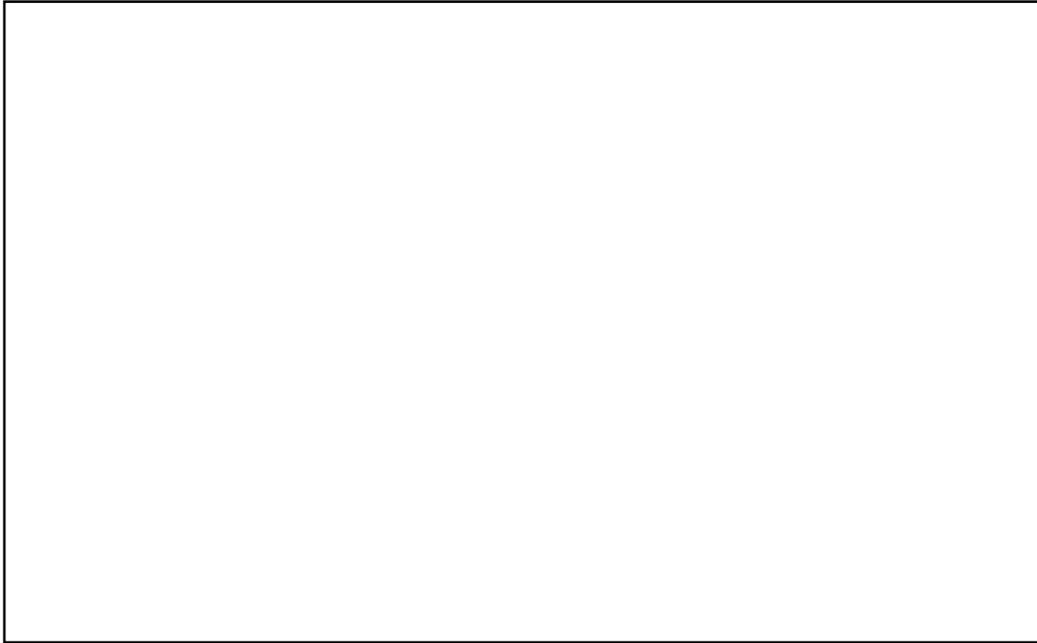
Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Regina Andrade dos Santos

Rio de Janeiro

2017

**Ficha catalográfica:**

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the central portion of the page. It is intended for a catalog card or a detailed description of a document.

O GABINETE DE 2 DE FEVEREIRO DE 1844 E O SEU PAPEL NO PROCESSO DE  
CONSOLIDAÇÃO MONÁRQUICA

Dissertação apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre, ao Programa  
de Pós-Graduação em História da Universidade  
Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.  
Área de concentração: História Social.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Regina Andrade dos Santos (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de História

---

Prof. Dr. Cláudio Antônio Santos Monteiro (Arguidor)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Centro de Educação e Humanidades

---

Prof. Dr. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho (Arguidor)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – MAST

---

Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles (Arguidor)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de História

Rio de Janeiro

2017

## DEDICATÓRIA

*Para minha Juju, com amor.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todas que estiveram ao meu lado durante essa longa e prazerosa caminhada; desejo que todos se sintam abraçados com a minha gratidão.

À minha orientadora agradeço todo o apoio, todo o direcionamento e toda sensibilidade nos momentos difíceis. Professora Cláudia, talvez a senhora não tenha ideia como cada simples e-mail foi motivador pra mim.

Gostaria de agradecer ao professor Ricardo Salles por ser essa grande inspiração e por estar disponível sempre. Aos colegas dos grupos de discussões que me ajudaram muito na pesquisa e na escrita deste trabalho. Ao professor Pedro Marinho por todos os toques. Agradeço todos do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO que de alguma forma contribuíram para este trabalho.

Aos meus amigos que desde a graduação caminham comigo me doando seus ombros, seus tempos, seus contatos, seus conhecimentos; suas companhias, nos arquivos e nas nossas reuniõezinhas. Em especial minhas comadres Cláudielle Pavão, Live França e Adriano dos Santos com quem tive o prazer da companhia durante todo o mestrado. A todas as peças raras desse nosso grupinho que a Rural uniu, meu muito obrigada.

Às minhas amigas que trabalham comigo no CIEP 032-Cora Coralina agradeço por terem me aceito, me incluído, me abraçado e terem me possibilitado experimentar o mais belo e o mais profissional da experiência docente. Com vocês aprendi a lutar, a defender e a fazer parte de uma educação pública de qualidade. Vocês são grandes exemplos de que nós podemos sempre mais, até quando o sistema não colabora.

Aos meus alunos muito obrigada por todo o ensinamento, pelas trocas. Vocês mudaram o rumo da minha pesquisa; fizeram-me perceber o quanto o conhecimento é vazio e sem sentido se não puder atingir diretamente a realidade de vocês. Vocês me ensinam a cada dia que a educação e o esclarecimento só têm sentido se transforma a vida das pessoas.

À minha família muito obrigada por tudo. Vocês são a manifestação de todo amor divino na minha vida. Sem vocês nenhum esforço individual meu teria êxito. Mãe obrigada por ser minhas mãos e meus pés. Por saber estar presente em todos os momentos que eu preciso e por se distanciar nos momentos em que eu preciso crescer sozinha. Tenho certeza que sem minha mãe ao meu lado a experiência plena da maternidade aliada a uma carreira profissional seria impossível.

Gostaria de agradecer o meu marido, Rone Petterson, por ser o pai da minha filha, meu

principal incentivador e por me acalantar com cada comida cheia de amor que me oferece. Eu sou o que sou e estou onde estou por causa da minha família.

Ao longo dessa caminhada cruzei com mulheres fortes e inspiradoras que me ajudaram a me manter de pé e focada mesmo quando eu só pensava em jogar tudo pro alto. A vocês toda minha gratidão e respeito. Às minhas avós Maria e Néia, obrigada por toda essa força da ancestralidade, por cada exemplo de vivência e sabedoria.

A Deus eu agradeço por estar viva e por ter sido agraciada com o presente da maternidade. É muito difícil ser mãe, mulher e profissional numa sociedade como a nossa. Cada conquista que eu tenho é a preparação para uma sociedade melhor para minha pequena. Minha pequena, bela e travessa Ana Julia, obrigada simplesmente por ser.

## **RESUMO**

O trabalho busca analisar o primeiro gabinete do quinquênio liberal, o gabinete de 2 de fevereiro de 1844, a partir da trajetória política de seus componentes, das suas relações recíprocas estabelecidas e de suas atuações em alguns eventos políticos anteriores à chegada no ministério.

Analisando a atuação do ministério a partir dos periódicos da época, buscamos identificar o projeto de governo do ministério e a repercussão de suas ações nas folhas liberais e também nas folhas de oposição.

Dado o contexto da escravidão e a forte pressão inglesa antitráfico, o trabalho trata também da atuação do ministério diante das questões ligadas ao tráfico de escravos e aos interesses da classe senhorial.

Palavras-chave: Império; partido; liberais; imprensa; calasse senhorial.

## **ABSTRACT**

The paper seeks to analyze the first cabinet of the liberal quinquennium, the cabinet of February 2, 1844, from the political trajectory of its components, the relations established between them and their performances in some political events prior to their arrival in the Ministry.

Analyzing the Ministry's performance from the periodicals of the time, we sought to identify the project of government of the ministry and the repercussion of its actions in the liberal leaves and also in the opposition sheets.

Given the context of slavery and the strong English anti-trafficking pressure, the work also deals with the Ministry's action on issues related to the slave trade and the interests of the seigniorial class.

**Key-words:** Empire; broken; Liberals; press; Class.

## **LISTA DE QUADROS**

Informações sobre os membros do ministério

Quadro 1: Formação

Quadro 2: Local de estudo

Quadro 3: Ocupação

Quadro 4: Cargos exercidos

Quadro 5: Local de falecimento

Quadro 6: Província de nascimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>		<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>Gabinete Liberal: características da formação</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>Representações liberais do Governo na imprensa</b>	<b>36</b>
2.1	Os jornais liberais e o diálogo na imprensa	39
2.2	Principais assuntos abordados pelos periódicos	45
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>O posicionamento do Gabinete em relação às questões do tráfico</b>	<b>68</b>
<b>CONCLUSÃO</b>		<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>		<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, a ideia do projeto de pesquisa era analisar a política liberal durante o quinquênio (1844-1848). Entretanto, já num primeiro momento, percebemos que o recorte ia muito além da possibilidade de um curso de mestrado. A partir desse entendimento, a primeira tarefa de definição foi estabelecer o recorte temporal dentro de uma lógica que tornasse o trabalho possível; assim a cronologia será a da constituição do primeiro gabinete ministerial formado no período do quinquênio liberal.

A escolha por esse ministério especificamente se deu pela compreensão de que o primeiro gabinete mostra muito do que será a postura da política liberal adotada durante o período de 1844 a 1848, dado que muitos dos nomes que aparecem nessa formação ministerial continuam presentes ao longo das próximas listas ministeriais<sup>1</sup>.

Definido o recorte cronológico a ser analisado, a linha de trabalho que direcionou a pesquisa foi a investigação sobre a política adotada pelo gabinete de 2 de fevereiro de 1844, por meio do estudo das publicações na Imprensa e dos discursos parlamentares.

A busca por uma base teórica que contemplasse o período definido e as conjecturas que direcionavam o trabalho foi o que possibilitou uma sensível expansão do olhar sob o objeto de estudo. Nesse sentido, as leituras de Gramsci foram essenciais para essa construção. De modo que a perspectiva gramsciana se colocou na pesquisa como um segundo olhar sobre um mesmo objeto. As leituras a partir dos cânones gramscianos possibilitaram que as conjecturas sobre o objeto de estudo ganhassem novos contornos. Nesse sentido, foi possível analisar o modo de governar do grupo político no poder, além da esfera das suas ações políticas, compreendendo-as a partir das questões socioeconômicas do período, entre elas, a questão escravista.

Inicialmente, a proposta era fazer uma análise que contemplasse a ação dos grupos políticos protagonistas do cenário na Corte, numa tentativa de verificar as semelhanças e as diferenças entre as ações desses grupos políticos e entender melhor como se deu o processo de hegemonia conservadora.

Dessa maneira, os gabinetes antes eram vistos, basicamente, a partir das suas preocupações com a manutenção da unidade e da estabilidade - após as várias conturbações

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que não há no presente trabalho a pretensão de que essa análise sirva de base para a compreensão de todo o quinquênio liberal.

da regência – durante a qual as posturas ligadas ao Regresso Conservador eram justificadas pela tentativa de se manter a estabilidade e a centralização.

Entretanto, quando pensado o contexto em que essas atitudes políticas - que ratificavam a hegemonia saquarema - se davam, outras questões também ganharam importância na análise. Esse exercício da consolidação imperial se estabelecia na relação direta com o contexto da escravidão e das várias discussões sobre o contrabando de africanos.

Nessa perspectiva, era necessário abordar o contexto do Império brasileiro a partir da articulação entre a conjuntura política e a discussão sobre a manutenção da escravidão. Por um lado, entender como a preocupação com o futuro da escravatura e com a legitimidade e legalização do contrabando interferiram diretamente na agenda política do Segundo Reinado; por outro, perceber como essas relações entre o grupo de cafeicultores do Vale do Paraíba com a direção do partido conservador, concentrada na Corte fluminense, eram assumidas na agenda política do gabinete de 2 de fevereiro.

Portanto, a nossa intenção é analisar a história político-parlamentar no Império na relação com a questão escravista. De início, - ao verificar as fontes específicas sobre o quinquênio liberal - o objetivo era identificar, por um lado, o projeto político do gabinete e, por outro, a visão dos periódicos – comprometidos com o projeto liberal - sobre esse gabinete (como liberal, ou um terceiro partido). Por último, a intenção era reconstruir o diálogo entre os liberais e a oposição. Com isso, procurava-se entender, confirmar ou até mesmo relativizar a hegemonia saquarema.

Todavia, no prosseguimento da pesquisa, a investigação sobre a existência ou não de um projeto político liberal passou a ser construída a partir de outros questionamentos: por que o projeto político conservador foi aceito em detrimento do outro? Ou melhor, por que os liberais se deixaram “levar” pela agenda política conservadora?

Dessa maneira, tornou-se importante a identificação dos membros que compunham o gabinete ministerial, no sentido de compreender as características desse grupo político e quais interesses eles representariam. Em outras palavras, mostrou-se pertinente reconhecer a base social desse gabinete e quais eram os seus interesses, sem desvinculá-los.

Ilmar Mattos defende o entrelace entre os interesses dos traficantes de escravos e os interesses dos dirigentes imperiais<sup>2</sup>. As principais lideranças do partido conservador se colocavam como porta-vozes e defensores dos interesses da classe dos cafeicultores do Vale

---

<sup>2</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 90.

do Paraíba. Os interesses dessa classe senhorial em vários momentos se entrelaçavam – ou eram os mesmos – dos interesses dos saquaremas.

Nessa perspectiva, os dirigentes imperiais, na defesa do fortalecimento e manutenção do governo imperial, adotariam medidas visando proteger os interesses da classe senhorial principalmente no que diz respeito ao tráfico ilícito de escravos. É a partir dessas articulações que esses grandes proprietários de terras ligados ao tráfico conseguem manter a prática do contrabando.

No que tange às relações com a Inglaterra, os dirigentes imperiais assumiriam posturas justificadas pelo interesse da Nação e pelo favorecimento dos interesses do Império Brasileiro em detrimento da intervenção de outra nação nos problemas internos. Entretanto, fica claro que os “interesses nacionais” estavam muito mais ligados aos interesses internos na manutenção da escravidão e do tráfico do que à defesa da soberania nacional contra a ingerência inglesa.

O grupo de liberais que assume as pastas ministeriais de 1844 é um grupo que se configura por meio de suas trajetórias políticas baseadas em atuações nos momentos históricos decisivos na construção do Império do Brasil, de forma que as relações articuladas nas trajetórias desses homens de Estado têm influência sobre o modo como conduzirão a política imperial. Essas relações estabelecidas anteriormente contribuem significativamente para a definição da agenda política do ministério no que diz respeito também ao contrabando.

Desse modo, a análise da política liberal foi construída a partir da referência aos interesses da lavoura de café em crescente expansão e em dependência da mão de obra escrava que só era acessível pela manutenção do tráfico ilícito de africanos. Portanto, cumpre entender as posições desse ministério em relação às questões que se colocam nesse contexto, considerando que essas pautas estão ligadas essencialmente aos interesses da oposição: pautas essencialmente ligadas aos interesses do grupo conservador.

Como a expansão do tráfico ilegal interfere na postura política adotada pelo ministério liberal? De que forma o grupo saquarema consegue exercer uma direção moral e intelectual, de modo a favorecer os seus interesses através de medidas políticas e administrativas do Estado, mesmo quando governado pelos liberais? Para responder a essas questões, a reflexão de Gramsci sobre hegemonia é essencial para esse trabalho.

O Segundo Reinado foi um período marcado por tentativas de centralização, projeto defendido principalmente pelos conservadores na Corte. Esse modo de governar, através da centralização e da ordem que ficou conhecido na historiografia como prática dos políticos

ligados à ala conservadora, foi um modo de governar característico da tentativa de estabilização do Brasil enquanto nação no período imperial pós-agitações da regência.

Esse momento de consolidação do Império via relações políticas, teve por base a maioria de D. Pedro II e buscava desvincular o Império da imagem de conturbação e “arruaça”, característica do período anterior. Esse projeto de consolidação do Estado através de uma política centralizadora se fazia presente nas posturas políticas dos homens ligados ao Governo. Questões ligadas à estabilidade e à centralização do poder se colocavam como interesses daqueles que estavam preocupados com a manutenção da ordem imperial, mesmo entre os liberais que defendiam um Estado menos centralizado.

Na tentativa de garantir a estabilidade política, vários gabinetes foram formados no Segundo Reinado. Ora conservador, ora liberal, esses ministérios tomavam decisões que deveriam expressar as posições políticas diferentes. No entanto, os políticos que ocupavam as pastas desses ministérios, ainda que tivessem ideias mais descentralizadoras, enquanto representantes do governo imperial, assumiam posturas políticas e faziam articulações visando à ordem e à soberania nacional, pela centralização.

Esses, embora estabelecessem relações de oposição, apresentaram, em determinados momentos, posicionamentos bem próximos. Quando no poder, os grupos representados faziam parte da situação; e enquanto tal se percebiam como representantes da Nação de um modo geral e cumpridores dos anseios de um governo central, personificado no imperador D. Pedro II.

Nessa perspectiva, a análise das ideias e das posturas políticas adotadas, assim como do diálogo entre estes homens do governo, nos permitem algumas conjecturas para pensar essas relações que são marcadas por momentos de obstinações e convergências. O modo como esses homens da política se colocavam em relação às questões centrais da governabilidade imperial ora os aproximavam, ora os repeliam.

Ilmar Mattos, quando analisa o Estado imperial, considera o exercício da direção intelectual e moral por parte dos saquaremas como fundamental para a sua consolidação, e caracteriza o período do Regresso Conservador como um período de requalificação da liberdade; a liberdade, nesse sentido, não estava atrelada à ideia de igualdade e era benefício de uma camada específica da população. Os liberais, ainda que tivessem concepções divergentes dos conservadores, não conseguiram, segundo Ilmar, romper com a concepção de sociedade e adotaram práticas saquaremas enquanto estiveram no governo (1844-1848). Enquanto os liberais lutavam por uma liberdade quantitativa, os conservadores estavam preocupados com a qualificação dessa liberdade.

A passagem dos liberais no governo não teria se diferenciado muito da ação conservadora<sup>3</sup>. Quando no governo, os liberais tiveram atitudes e agendas políticas bem próximas das dos conservadores; escolhas que em sua maioria eram criticadas pelos liberais quando estes estavam na oposição. Entretanto entendemos que a oposição liberal se dá inserida nas práticas e ideias conduzidas pelo Partido Conservador.

O Partido Conservador, representado pela trindade saquarema, ia conseguindo a manutenção da ordem imperial e a difusão de uma civilização<sup>4</sup>. Esse processo civilizatório acontece de maneira bastante pedagógica através dos impressos; esses impressos tornam-se um espaço para conhecermos também os projetos políticos liberais.

Essas folhas que circulavam na corte no período estudado são fundamentais para entendermos esse momento de situação liberal. Através da análise desses periódicos, podemos aprofundar a compreensão a respeito do modo de governar liberal e das relações políticas que seus representantes estabeleceram.

O gabinete de dois de fevereiro, formado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, na pasta do Império; Manuel Alves Branco, nas pastas da Justiça e da Fazenda; Ernesto Ferreira França na pasta dos Assuntos Estrangeiros; e Jeronymo Francisco Coelho, nas pastas da Marinha e da Guerra, foi o Gabinete que representou o início do quinquênio liberal. Esse período é visto na historiografia como o momento em que os liberais que estão no poder adotam as práticas políticas dos conservadores, práticas que os mesmos criticavam enquanto ainda eram oposição.

Para uma compreensão mais aprofundada dessa identidade entre a atuação dos conservadores e dos liberais no poder, é preciso tentar responder a algumas questões: quem era o Gabinete que estava no poder? Como esses representantes políticos se posicionavam dentro do partido? Como a imprensa da época analisava os modelos e as vertentes partidárias em relação à atuação e composição do Ministério? Assim, uma questão central é entender como esse processo de consolidação do projeto de direção moral e intelectual conservadora se fez presente dentro do contexto político liberal no poder, especificamente no primeiro gabinete.

Nessa perspectiva, a intenção da pesquisa é entender a hegemonia conservadora dentro do contexto da consolidação monárquica, através da ótica liberal. É perceber a prática política liberal enquanto governo sobre questões centrais que se colocam nesse contexto de construção

---

<sup>3</sup> MATTOS, Ilmar R. *O Tempo...*

<sup>4</sup> Idem. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, vol.II (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

de estabilidade e soberania nacional.

José Murilo de Carvalho, quando trata da política imperial, faz uma importante análise sobre a evolução dos partidos políticos no Brasil<sup>5</sup>. Ele considera a formação dos partidos Liberal e Conservador como consequência das descentralizações de 1832 e 1834 e das rebeliões provinciais. Segundo ele, esses partidos não chegaram a escrever um projeto de governo e produziram grande debate entre esses líderes (que podemos observar nitidamente na imprensa). Em seu trabalho, ele mostra como esses partidos estão diretamente ligados às pessoas, às posturas políticas e às ideais de governos. José Murilo de Carvalho chama atenção para a relação de proximidade física da composição do partido Conservador com a Corte, e dos liberais com as províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Ilmar Mattos, ao tratar do mesmo período, destaca a falta de apoio aos liberais na Câmara, o que impossibilitou o cumprimento de um projeto político próprio de governo<sup>6</sup>. Ao analisar a formação do Império em harmonia com a classe senhorial, ele se coloca contra essa visão polarizada. Para ele, o medo causado pelas revoltas regenciais viabiliza mudança na perspectiva liberal possibilitando que durante o quinquênio liberal continue vigorando o projeto político saquarema. Isso porque os liberais já teriam sido ideologicamente cooptados. A hegemonia sai do plano econômico e atinge o cultural tornando assim o projeto político conservador consensual<sup>7</sup>.

Para Ilmar Mattos, a classe senhorial representada pelos Saquaremas se forja por meio do processo de construção do Estado Imperial. De maneira que entender o período dos liberais no poder seria entendê-lo dentro de um exercício de direção moral e dominação no processo civilizador da consolidação monárquica e inserir o partido liberal no modo de viver da classe senhorial.

Pensar as relações políticas ao longo do Império, e aqui em especial o Segundo Reinado, não pode ser feito fora do espaço dessas disputas. Por isso, a análise dos jornais do período é de extrema importância, pois é na imprensa e por meio dela que podemos identificar como se dão essas disputas políticas, esses jogos de convencimentos e a defesa de projetos políticos de cada facção.

A historiografia atual tem se voltado para as relações estabelecidas ao longo do Império brasileiro; contamos com trabalhos de extrema importância que foram publicados como resultados de extensos anos de pesquisas no que tange a essas relações através da imprensa,

---

<sup>5</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>6</sup> MATTOS, Ilmar R. *O Tempo...*

<sup>7</sup> *Ibidem*

em especial na Corte. Todavia, mesmo com a existência de clássicos como o *Tempo Saquarema*, de Ilmar Mattos, falta à produção e à pesquisa em História trabalhos voltados para o Segundo Reinado que consigam enxergar as relações entre os liberais e conservadores além de suas divergências, e inserindo-as no mesmo contexto político: escravidão, tráfico, e classe senhorial como grupo hegemônico.

O trabalho tem a preocupação de perceber o Gabinete Liberal a partir das suas relações com a imprensa da época, procurando inseri-lo dentro do processo de consolidação monárquica. Mais que uma tentativa em definir, confirmar e/ou negar uma hegemonia conservadora, existe a preocupação de compreender a atuação do gabinete de 2 de fevereiro nas suas articulações políticas diante das questões centrais que se colocam no período o qual a pesquisa se dedica a analisar. Para isso, se faz extremamente relevante ter ciência de quem eram esses ministros que estavam no poder, como eram as suas relações com seus contemporâneos e como esses liberais eram identificados pela imprensa.

A análise busca entender, ainda, o gabinete dentro do seu contexto socioeconômico da escravidão e da intensa produção cafeeicultora na região do Vale do Paraíba, momento histórico no qual a escravidão se encontrava no auge e as discussões acerca de se barrar o tráfico ilegal de escravos estavam na ordem do dia. Ou seja, um período marcado pela intensa pressão inglesa antitráfico e forte preocupações com as relações comerciais; sendo fundamental compreendermos a postura do ministério em relação a essas questões.

Nesse sentido, se faz necessário analisar as atuações do gabinete de 2 de fevereiro percebendo a relação do ministério com as bases escravocratas e sua postura em relação ao tráfico de negros e a escravidão. O trabalho busca compreender o posicionamento do gabinete em relação à ostensiva pressão britânica e à defesa dos interesses dos cafeicultores representantes da produção agrícola do país e extremamente dependentes da mão de obra africana escravizada.

Para entender como a atuação do ministério era vista pela imprensa, a pesquisa se dedica a analisar alguns periódicos da época. O trabalho se dedica, também, a analisar o governo Liberal, durante o primeiro gabinete do quinquênio, através dos jornais liberais: *Conservador*, *Filho da Joanna*, *A Tribuna*, *O Novo Tempo* e do jornal conservador: *O Brasil*.

Os jornais que servem de base para a pesquisa são *O Novo Tempo*, *o Filho da Joanna*, *o Conservador* e *A Tribuna*. Esses periódicos aparecem na imprensa no momento em que o gabinete está no poder e de um modo geral assumem um discurso ministerialista. Nenhuma dessas folhas mantém continuidade de circulação após o período de governo do ministério de 2 de fevereiro.

*O Novo Tempo*<sup>8</sup> circulou no período de 16 de fevereiro de 1844 até 22 de fevereiro de 1845; publicado às segundas e quintas, teve 87 números. Sua tipografia se encontrava na Rua D'Ajuda, nº 79 e foi vendido na loja do Sr. Francisco de Paula Brito – Praça da Constituição e na loja do Sr. Passos. A folha pertencia a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho; contando com a redação de José Maria da Silva Paranhos (futuro visconde do Rio Branco) e pelo ministro do gabinete, Manoel Alves Branco<sup>9</sup>.

*O Filho da Joanna* circulou de 25 de fevereiro até 22 de março 1844. Os seis números que foram publicados tinham quatro páginas cada, e foram vendidos e subscritos na Rua São Pedro, nº 318. Na edição de número 418, *O Brasil* diz que Saturnino de Oliveira, irmão de Aureliano, era o *Filho da Joanna*; e no número 517, diz que o periódico era fruto do *O Novo Tempo*.

*O Conservador*<sup>10</sup>, que circulou em abril de 1844, conta apenas com dois números disponíveis dos três publicados; possuindo quatro páginas cada. Era vendido no mesmo endereço que o *Filho da Joanna* e sua tipografia era a mesmo do *Diário do Rio* (N. L. Vianna, 1844).

*A Tribuna* circulou no período de 10 de março a 09 de junho de 1845. Dos seus vinte números publicados, com quatro páginas cada, os oito primeiros números vinham da tipografia do *Diário do Rio*; enquanto que os seguintes vieram da tipografia de Barros e C. (Rua Sr. Dos Passos, nº70). Suas publicações eram vendidas e subscritas na Rua da Alfândega, número 5.

A pesquisa conta ainda com consultas ao jornal *O Brasil*<sup>11</sup>, uma vez que este jornal era um forte representante do Partido Conservador e sempre estava dialogando com os jornais de oposição. Principal folha conservadora, fazia forte oposição ao gabinete liberal no poder; permitindo um outro olhar sobre as posturas políticas adotadas pelo gabinete.

No primeiro capítulo, buscamos apresentar quem eram esses políticos liberais que formavam o ministério. Suas idades, de onde vinham, onde estudaram; suas trajetórias. E também apresentar como suas trajetórias estavam ligadas aos eventos históricos anteriores a esse momento no poder e como se relacionaram.

<sup>8</sup> *O Brasil* na edição nº 527, comenta que Paranhos, tenente da Marinha é um dos redatores do *Novo Tempo*. Nos Anais da Biblioteca Nacional, o jornal é identificado como fundado por Muniz Barreto e também redigido por José Maria da Silva Paranhos.

<sup>9</sup> YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p 226.

<sup>10</sup> De acordo com a edição de número 529 do *O Brasil*, o jornal era escrito pelas mesmas penas que escreviam o *Novo Tempo*.

<sup>11</sup> Circulando três vezes por semana, *O Brasil* foi publicado de 1840 a 1852. No período do primeiro gabinete do quinquênio liberal era redigido por Justiniano José da Rocha.

O segundo capítulo tem a preocupação de entender as ações políticas pelo olhar das folhas contemporâneas; como os jornais que surgiram para tratar dos assuntos de governo identificavam o projeto político do ministério e se percebiam a existência de uma agenda política própria. Assim como também analisar de que modo as folhas ministerialistas enxergavam o ministério em relação a um projeto político liberal, qual era a postura da oposição em relação a ele e como se dava o diálogo entres essas folhas.

O terceiro capítulo discute o posicionamento do ministério sobre as relações comerciais do Brasil com a Inglaterra e a questão do tráfico ilegal de escravos. Como o ministério se coloca em relação aos interesses da classe senhorial e como essa articulação é vista por seus apoiadores e opositores. Além disso, processa-se como o ministério de 2 de fevereiro dá conta da pauta política que foi, ao longo da década de 1830, defendida e articulada pelos saquaremas.

De um modo geral, existe o anseio de entender quem são esses liberais que chegam ao poder em um período posterior ao movimento liberal de 1842 e como esses políticos articulam suas trajetórias para esse momento específico no poder. Entender o modo como eles são vistos pelos jornais da época; como esses jornais que se colocam como defensores do ministério e do país avaliam suas atuações; como a oposição enxerga sua atuação e em que momento ela se aproxima ou não desse ministério. Compreender como esse ministério atua e estabelece relações com a classe senhorial legitimando práticas defendidas pelo partido conservador quando seus representantes estavam no poder.

## Capítulo 1 - Gabinete Liberal: características da formação

---

O capítulo procura conhecer quem são os políticos que assumem o primeiro gabinete do quinquênio liberal, em 2 de fevereiro de 1844 e entender como esses atores estão ligados entre si e suas relações nos eventos históricos ligados à formação do partido. Buscamos perceber como esses políticos estão inseridos nos momentos anteriores à formação do gabinete de 1844 e a relação de suas trajetórias políticas com a chegada dos mesmos ao ministério.

Em 15 de abril de 1840, os liberais fundaram o Clube da Maioridade. Os liberais conseguem chegar ao poder, apoiando a revolução palaciana: o golpe da maioria. Em 24 de julho de 1840, é composto, por Hollanda Cavalcanti, o primeiro gabinete liberal<sup>12</sup>, todavia formado por personalidades incompatíveis, que teve como seu principal “elemento dissolvente”, segundo Teófilo Ottoni, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho<sup>13</sup>. O ministério liberal logo entrou em atrito com a câmara de maioria conservadora. A câmara foi dissolvida. As eleições de 13 de outubro de 1840 ficaram conhecidas como as eleições do cacete, devido ao uso exacerbado de violência. Apesar de maioria na câmara, o ministério liberal não consegue superar sua crise interna e a sua queda torna-se inevitável<sup>14</sup>.

O próximo gabinete de 23 de março de 1841, considerado palaciano, foi visto como um acordo entre Aureliano<sup>15</sup>, Paranaguá<sup>16</sup> e Araujo Viana.<sup>17</sup> O gabinete toma medidas reacionárias<sup>18</sup> e busca afastar os liberais de cena. Esse fato será decisivo para o início da Revolta Liberal, inicialmente em São Paulo em 1841 e posteriormente em Minas Gerais<sup>19</sup>.

---

<sup>12</sup> Ver. Javari, Barão de *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

<sup>13</sup> Sobre Oliveira Coutinho ver BENTIVOGLIO, Júlio. “Palacianos e Aulicismo no segundo reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II”. In: Revista Esboços. Santa Catarina: UFSC, s.d., Volume 17, nº 23. p. 195-198.

<sup>14</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1972, p. 371, t. 2, v. 2, livro 4, cap. 3.

<sup>15</sup> Futuro Visconde de Sepetiba, Aureliano era figura de fácil acesso ao Imperador ainda menino, participou no primeiro gabinete maiorista e no seguinte, conservador. Considerado líder da *Facção Áulica* (por Júlio Bentivoglio), é visto por alguns autores como grande influência nos ministérios do quinquênio liberal. Aureliano e Paulo Barbosa da Silva eram tidos como líderes do *Clube da Joana* (por Erick Höner).

<sup>16</sup> Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, membro do primeiro Conselho de Estado, Oficial-General do Exército e Senador entre 1826 e 1846. Também fez parte do Clube da Joana manteve o mesmo perfil que o restante do grupo: oficial do Exército, membro da cúpula do Primeiro Reinado e com acesso privilegiado ao Paço.

<sup>17</sup> Candido José de Araújo Vianna, futuro Marquês de Sapucaí, moderado, se aproximou de José Joaquim Rodrigues Torres e Honório Hermeto Leão em oposição às sugestões descentralizadoras na discussão do Ato Adicional que mudava a Regência Trina para Una.

<sup>18</sup> Mudanças dos Presidentes de Província buscando garantir a implementação das leis de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841, Criação do Conselho de Estado e Reforma do Código do Processo.

<sup>19</sup> HÖRNER, Erik. Uma província ‘infestada de rebeldes’: a Guerra Civil em São Paulo. In: *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838 – 1844)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2010.

Inicialmente, Aureliano era a pessoa central desse gabinete. Todavia, numa aliança velada entre Paulino, Calmon, Araujo Viana<sup>20</sup> e Clemente Pereira, Aureliano viu-se isolado. Assim, renunciara ao ministério.

O Imperador não aceita a renúncia de forma isolada e dá a Honório Hermeto Leão a tarefa de formar o novo ministério. Aquele tentou formar um ministério novo, mas acabou formando um gabinete com nomes conhecidos desde a menoridade. No terceiro ministério, fez-se notar a presença de Honório, todavia esse se desentendeu com o Imperador e renunciou. Honório pede a demissão do inspetor da alfândega da Corte, Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, mas d. Pedro II lhe negou.

A formação do novo ministério não foi uma fácil substituição. A demissão de Honório, em fins de janeiro de 1844, resultou principalmente de uma necessidade de afirmação pessoal do Imperador<sup>21</sup>. O novo gabinete foi organizado pelo visconde de Macaé, José Carlos Pereira de Almeida Torres, dando início ao chamado quinquênio liberal.

Entendendo que a formação do gabinete é um aspecto fundamental para compreendermos as posições políticas assumidas por ele, trataremos neste capítulo da formação do gabinete de 2 de fevereiro de 1844. O primeiro gabinete do quinquênio que durou 2 anos e três meses chama especial atenção por ser o ponto de partida para a configuração do que seria a posição política dos liberais no quinquênio.

Passando por algumas mudanças na sua organização após pouco mais de um ano da sua formação, de 02 de fevereiro de 1844 a 26 de maio de 45, o ministério contou com José Carlos Pereira Almeida Torres (Visconde de Macaé) como seu organizador e ocupante da pasta do Império, Manoel Alves Branco (Visconde de Caravelas) na pasta da Fazenda e como interino na pasta Justiça<sup>22</sup>, Ernesto Ferreira França na pasta dos Negócios Estrangeiros e Jeronymo Francisco Coelho como interino na pasta da Guerra e na Marinha<sup>23</sup>.

De 26/05/1845<sup>24</sup> até 02/05/1846, o ministério foi formado por Almeida Torres na pasta do Império<sup>25</sup> e na pasta da Justiça<sup>26</sup>, Antonio Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) na pasta dos Estrangeiros, Manoel Alves Branco na Fazenda e Antonio Francisco de Paula Hollanda

---

<sup>20</sup> Araújo Viana, ao lado de Honório Hermeto e José Joaquim Rodrigues Torres, formava o bloco monarquista tradicional.

<sup>21</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. Cit. p.520.

<sup>22</sup> - substituído em 23 de maio de 1844 por Manoel Antonio Galvão, senador.

<sup>23</sup> - substituído em 23 de maio do mesmo ano por Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

<sup>24</sup> A obra do barão de Javari, dentre outras, adiciona esse ministério na contagem.

<sup>25</sup> - substituído interinamente em 29 de setembro do mesmo ano por Manoel Alves Branco.

<sup>26</sup> - substituído interinamente em 5 de outubro de 1845 por Antonio Paulino Limpo (Visconde de Abaeté), e em 26 de abril de 1846 por Joaquim Marcellino de Brito.

Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) na pasta da Marinha e na pasta da Guerra, servindo de modo interino.

Como discriminado acima, percebemos duas composições de gabinete: o primeiro que vai até 26 de maio de 1845 e o segundo até 02 de maio de 1846. Todavia, concordando com Miguel Arcanjo Galvão<sup>27</sup>, entendemos essa mudança como apenas uma reorganização que não interfere de maneira substancial na composição do gabinete.

Segundo Miguel Galvão:

[...] Não trazendo o mesmo trabalho, os gabinetes de 7 de outubro de 1833 e 26 de maio de 1845, mencionados nos anes da Câmara do Deputados e do Senado, tive de estudar a questão, chegando à convicção de que não existiram esses Gabinetes e sim reorganizações dos de 13 de setembro de 1832 e 2 de fevereiro de 1844.[...]<sup>28</sup>

Quando tratamos do quinquênio liberal, questionamos sobre o que aproxima ou o que separa o modo de governar liberal das práticas saquaremas. O que possibilita ou impede que os liberais, quando no poder, coloquem em prática um projeto político próprio e diferente do desenvolvido pelos conservadores?

Através da circular de 1860<sup>29</sup>, Teófilo Ottoni explicava a formação do Gabinete de 2 de fevereiro como uma resposta à tirania do ministério conservador, como um acordo entre os liberais. Sobre o período, ele comenta:

[...] Assim é hoje, assim era em 1845, 1846 e 1847. A situação em que o 2 de fevereiro collocava o partido liberal era a mesma que o 23 de março de 1841 dera aos conservadores. Em 1841 eu os havia invectivado em pleno parlamento por se haverem sujeitado á imposição palaciana. Não podia ser me agradável que o partido liberal se collocasse em idêntica situação: essencialmente mineiro, eu tambem capricho em sustentar o pundonor da coherencia; e sabe o publico que o meu voto não prevaleceu nessa conjuntura. Achando-me em unidade e não querendo embarçar os chefes de partido liberal, que julgavão das trevas poder tirar a luz, eu me abstive systematicamente de toda a discussão sobre a politica geral. O meu silencio de então foi largamente commentado pelas folhas da opposição conservadora. Mas o que poderia eu fazer contra a torrente? A reação da maioridade corria á readea solta, e não havia recurso senão curvar a cabeça e deixar passar a onda [...]<sup>30</sup>

<sup>27</sup> GALVÃO, Miguel Arcanjo. Relação dos Cidadãos que tomaram parte do Governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro – GB, 1969.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.7.

<sup>29</sup> Teófilo Benedito Ottoni. “Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura”. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.336.

Sobre a composição do Partido Liberal<sup>31</sup>, Ilmar Mattos divide o partido em várias áreas de interesse. Para Ilmar, o que unia os liberais era a negação das propostas dos Saquaremas. O autor identifica diferenças, semelhanças e principalmente uma hierarquização entre os partidos. Para ele, os liberais tendiam a insistir criticando o elemento português, ao contrário dos conservadores. Os liberais teriam dificuldades em se unir ideologicamente devido aos seus diferentes segmentos, todavia a negação das propostas dos Saquaremas os unia. Já os conservadores estariam unidos pelo propósito de hierarquizar as relações entre Poder e Nação, Estado e Casa, Governantes e Governados. Mesmo com essas diferenças, liberais e conservadores nutriam alguns desejos em comum, como restaurar seus monopólios e expandir suas riquezas.

Sobre a divisão partidária no Segundo Reinado, Oliveira Vianna<sup>32</sup> não encontra nos partidos nem um programa político nem uma formação ideológica. Para ele, os partidos eram grupos de clãs organizados com o objetivo de chegar ao poder para usufruir de seus benefícios. O autor afirma que no Segundo Reinado os partidos políticos não tinham programas ideológicos, nem opinião própria; suas correntes serviam apenas para rotulá-los.

Daí, segundo Oliveira Viana, liberais e conservadores assumiriam posturas semelhantes. Os liberais, quando no governo, adotavam posturas conservadoras, enquanto que os conservadores, quando oposição, tinham comportamentos bem similares aos liberais. O autor destaca ainda que o Partido Conservador servia-se da execução das propostas liberais para manter-se no poder: “Os dois velhos partidos do Império, como se vê, não tinham opinião, como não tinham programas. O objetivo era a conquista do Poder e conquistado este, conservá-lo a todo o transe: nada mais. Era este o principal programa dos liberais – como também o era o dos conservadores.”<sup>33</sup>

Francisco Iglésias, ao tratar do quinquênio liberal, argumenta que, nesse momento, ainda não havia um espírito partidário liberal firme; daí a falta de segurança por parte dos ministros que assumem o gabinete em 1844<sup>34</sup>. Ele enxerga diferentes formações e mentalidades dentro da bandeira levantada como Partido Liberal. Segundo ele, os liberais não se entendiam entre si, não se entendiam na Câmara, não se entendiam com os chefes de província; faltava aos liberais a unidade. Ao analisar a Fala do Trono de 28 de julho de 1848, Iglésias mostra que

---

<sup>31</sup> “Apresentando sempre uma grande dificuldade em unir suas forças, as trajetórias dos diferentes segmentos liberais seriam marcadamente diferenciadas.”p.153 (MATTOS, Ilmar. R.de. *O Tempo...*)

<sup>32</sup> VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933. p 19-36.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>34</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965-72, II, 3v.

o Ministério de 2 de fevereiro “*não era carne da mesma carne, osso do mesmo osso do partido liberal*”. O gabinete de 1844 era um conjunto de diferentes posições pessoais, no qual predominavam os interesses regionais; por isso a dificuldade dos presidentes de províncias em dar importância às vontades ministeriais.

Raymundo Faoro<sup>35</sup> diz não ser possível confundir os partidos; quando no governo, eles possuíram particularidades inconfundíveis até a Conciliação<sup>36</sup>. O autor classificou o Partido Liberal como mais democrático que liberal - comprometido com a soberania popular, marcado por posições de embate com a Coroa e mais ligado à propriedade rural no nível local. Enquanto o Partido Conservador estaria mais próximo dos latifundiários ligados aos senhores do comércio e do crédito, e assumindo uma postura de obediência ao Trono.

Para Faoro, o Segundo Reinado seria o paraíso para os comerciantes. Graças às alianças entre os conservadores e os comerciantes, a elite agrária do Vale do Paraíba, ligada à escravidão e aos monopólios comerciais, consegue defender seus interesses no Governo<sup>37</sup>.

A análise da elite política imperial feita por José Murilo de Carvalho aponta uma elite com fissuras, mas homogênea; para ele, ainda que possuíssem diferenças na composição social e nos interesses políticos, essas diversidades seriam reajustadas pelo sistema estatal. Para o autor, não havia identidade de classes na composição da elite, e mesmo a classe dos proprietários de terra não era motivada a ponto de realizar uma ação coordenada (exceto no tocante à questão da mão de obra escrava)<sup>38</sup>. Ainda assim, é pertinente considerarmos as informações de sua análise.

José Murilo assinala alguns dados fundamentais sobre a composição dos partidos Liberal e Conservador<sup>39</sup>. Ele apresenta o Partido Liberal formado por profissionais liberais e proprietários de terras; enquanto o Conservador, formado por funcionários públicos (burocratas) e donos de terra. Segundo ele, o elemento posse de terra praticamente se iguala entre eles, de maneira que o liberalismo defendido pelo partido Liberal era a favor da descentralização com benefícios dos interesses locais. E os conservadores, apesar de alguns proprietários de terra ter interesses que não coincidiam com a centralização, em sua maior parte estavam interessados na política de estado.

---

<sup>35</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder; formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958. p. 389-453

<sup>36</sup> Ministério da Conciliação, 1853-58

<sup>37</sup> FAORO, Raymundo. Ob. Cit. p. 500-517.

<sup>38</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.230-233.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 212-229.

José Murilo coloca esse interesse pela política como o elo que aproxima a elite política conservadora em torno de práticas centralizadoras que visavam à estabilidade e à unidade do Império. Para ele, essa homogeneidade estaria relacionada à formação e ao treinamento para a burocracia do estado. A ocupação desses políticos dentro e fora da vida política, o fato de serem contemporâneos - terem vivenciado a experiência da Regência, as influências ideológicas devido à sua formação; tudo isso serviu para unir essa pequena “ilha de letrados”<sup>40</sup> no controle e ocupação do mais alto escalão da burocracia imperial. “A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do séc XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do Exército.”<sup>41</sup>

Ilmar Mattos considera que as trajetórias revelam os projetos políticos; elas nos permitem entender os objetivos específicos de cada um. A herança das experiências anteriores interferiu na trajetória e finalidade desses homens da boa sociedade<sup>42</sup>.

Nesse sentido, observar a formação dos liberais e sua atuação na coordenação política do Império se faz pertinente para a compreensão do contexto em que o projeto conservador se sobrepõe aos demais.

Reunimos em alguns quadros informações sobre os políticos liberais para conhecermos a identidade política do gabinete<sup>43</sup>. No primeiro quadro, percebemos que o grupo de ministros liberais não foge ao contexto de uma formação educacional superior ligada ao estudo do Direito ou formação militar.

Quadro 1

<i>Formação</i>	<i>Jurídica</i>	<i>Militar</i>
<b><i>Ministros</i></b>		
Almeida Torres	X	
Alves Branco	X	
Manoel Antonio Galvão	X	
Ernesto Ferreira França	X	
Visconde de Albuquerque		X

<sup>40</sup> Ibidem, Capítulo 3.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>42</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: Jancsó, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp. p.271-300. 2005.

<sup>43</sup> Vale ressaltar, a dificuldade de trabalhos que reúnam especificamente informações sobre os políticos liberais.

Jeronymo Francisco Coelho		X
Antonio Paulino Limpo	X	
Joaquim Marcellino de Brito	X	
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2</b>

Segundo José Murilo, a formação voltada para a magistratura seria um aglutinador ideológico e de preparação para o aparato de Estado. Defende a ideia de uma elite política civil formada pelo Direito e que conseguiu aliar aos seus pequenos grupos militares do alto escalão. Além da formação jurídica, seria também um unificador ideológico o espaço geográfico onde essa formação se dava, pois essa formação possibilitaria minimizar as cisões dentro da elite garantindo a estabilidade ao sistema monárquico.

No próximo quadro, preocupados especificamente com a formação jurídica, observamos uma formação na Universidade de Coimbra em Portugal; universidade que no período tinha seus cursos orientados por um Iluminismo mais distante e até mesmo isolado do revolucionário iluminismo francês.

Quadro 2

<i>Local de estudo</i>	<i>Coimbra</i>	<i>Brasil</i>	<i>Outras</i>
<b><i>Ministros</i></b>			
Almeida Torres	X		
Alves Branco	X		
Manoel Antonio Galvão	X		
Ernesto Ferreira França	X		
Antonio Paulino Limpo	X		
Joaquim Marcellino de Brito	X		
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

A alta formação de um pequeno grupo diante de uma grande população analfabeta fez com que, na maioria das vezes, os magistrados e os homens com educação superior assumissem ocupações ligadas à burocracia do Império. Nesse sentido, a carreira no emprego público seria um fator aglutinador.

No quadro três nos preocupamos em sinalizar a relação dos políticos liberais do primeiro gabinete do quinquênio com a burocracia estatal:

Quadro 3

<i>Ocupação</i>	<i>Governo</i>	
<i>Ministros</i>	<i>Magistrado</i>	<i>Militar</i>
Almeida Torres	X	
Alves Branco	X	
Manoel Antonio Galvão	X	
Ernesto Ferreira França	X	
Visconde de Albuquerque		X
Jeronymo Francisco Coelho		X
Antonio Paulino Limpo	X	
Joaquim Marcellino de Brito	X	
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2</b>

Partimos da suposição de que o emprego público era a ocupação que mais favorecia uma orientação estatista e que melhor treinava para as tarefas da construção do Estado na fase inicial de acumulação de poder. A suposição era particularmente válida em se tratando dos magistrados que apresentavam a mais perfeita combinação de elementos intelectuais, ideológicos e práticos favoráveis ao estatismo. Na verdade, foram os mais completos construtores de Estado no Império, especialmente os da geração coimbrã. [...] <sup>44</sup>

Podemos pensar que os grandes líderes eram assim vistos quando chegavam ao topo da elite política, como ministros, senadores e conselheiros de estado. E no caso do judiciário, desembargadores. Quando se chegava a ocupar esses cargos, estavam fazendo parte da direção da política nacional imperial; para isso era pertinente ter vencidos as amarras do regionalismo.

Percebemos que boa parte dos magistrados liberais que ocupavam o gabinete conseguiu chegar ao alto escalão no funcionalismo. Antonio Paulino Limpo de Abreu e Joaquim Marcellino de Brito foram ainda ao longo de suas carreiras nomeados ministros do Supremo Tribunal; o primeiro para o Tribunal de Justiça, e o último para o Tribunal Federal. Provenientes da carreira militar Jeronymo Francisco Coelho e Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque também chegaram ao alto escalão do oficialato militar. Francisco Coelho chegou a brigadeiro em 1855 e o visconde de Albuquerque se reformou como tenente-coronel do Exército em 1832, quando tinha 35 anos.

Chegar ao topo da elite política ao mesmo tempo pelos cargos burocráticos e pelos cargos políticos foi um feito para pequena parcela dessa elite. Esses cargos expressavam a

<sup>44</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p.99.

unidade e a política imperial; dado que para ocupar esses cargos na maioria das vezes seus ocupantes vinham de uma vasta experiência geográfica pelo império. A experiência em cargos que demandavam constante mobilidade geográfica<sup>45</sup> era vista como uma experiência que afasta os homens das paixões locais. O político no alto escalão, assim como no Conselho do Império e no Senado, deveria ter passado por diversas províncias para se distanciar da política local e aproximar dos objetivos nacionais.

Quadro 4

<i><b>Cargos exercidos</b></i>	<i>Senador</i>	<i>Conselheiro</i>	<i>Pres. Prov.(até 1843)</i>
<i><b>Ministros</b></i>			
Almeida Torres	X	X	X
Alves Branco	X	X	
Manoel Antonio Galvão	X	X	X
Ernesto Ferreira França	X	X	
Visconde de Albuquerque	X	X	
Jeronymo Francisco Coelho		X	X
Antonio Paulino Limpo	X	X	X
Joaquim Marcellino de Brito			X
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>5</b>

O cargo de presidente de província servia para treinar os membros da elite política para o alto escalão. Era um treinamento administrativo e que servia para movimentar também esses homens. A mobilidade geográfica, nesse sentido, era tida como um outro fator aglutinador.

No quadro 4, vimos a que patamar da política imperial os ministros do gabinete liberal chegaram e como essa mobilidade geográfica pode ter interferido para esse êxito. Vale ressaltar que dois dos ministros que não exerceram o cargo de presidente de província fizeram sua movimentação geográfica em prol de suas carreiras. Ernesto Ferreira França, nascido na Bahia, foi professor de Direito da Faculdade de São Paulo e abriu posteriormente o escritório de advocacia no Rio de Janeiro. Enquanto Visconde de Albuquerque, pernambucano, já havia servido em Moçambique e Macau ainda nos primeiros anos do Primeiro Reinado.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 133.

Percebendo a Corte<sup>46</sup> como o polo de formação do mais alto nível da política imperial, notamos que esses políticos em dado momento se estabelecem na Corte; estar fincado na província do Rio de Janeiro é governar no modelo imperial, diminuir a força das paixões regionais.

Jeffrey Needel coloca a formação do Partido Liberal como aliança de coalisão. Para ele, essas lideranças regionais se aglutinavam na Câmara contra o partido dominante; a oposição reuniria aqueles que por razões provinciais ou pessoais não poderiam apoiar o Regresso<sup>47</sup>.

Embora não tenham nascido no Rio de Janeiro (conforme o Quadro 6), no final de suas vidas os componentes do gabinete liberal se encontram no Rio de Janeiro; o que ratifica a inserção dos mesmos na elite dos estadistas do Império.

Como representantes do Império na Corte, esses políticos não estavam alheios aos vínculos estabelecidos entre o Império e sua base material, o café. As articulações e/ou os posicionamentos entre esses políticos não podem ser desprezadas. A inserção ou não dos mesmos na Bacia do Paraíba nos responde a respeito do posicionamento do gabinete de apoio ao café e à escravidão<sup>48</sup>.

Quadro 5

<i>Local de falecimento</i>	<i>RJ</i>	<i>Não Identificado</i>
<b><i>Ministros</i></b>		
Almeida Torres	X	
Alves Branco	X	
Manuel Antônio Galvão		X
Ernesto Ferreira França	X	
Visconde de Albuquerque	X	
Jeronymo Francisco Coelho	X	
Antonio Paulino Limpo	X	
Joaquim Marcellino de Brito	X	
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

<sup>46</sup> SALLES, Ricardo H. *O Império do Brasil no contexto do século XIX*. *Almanack*, n. 4, 2012. p.38-43.

<sup>47</sup> NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da regência à conciliação, 1831-1857. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.10, nov. 2009.

<sup>48</sup> O assunto será abordado no capítulo III.

Entendendo esse grupo como parte do alto escalão da política imperial, torna-se pertinente pensar como a relação entre esses políticos se forma. Como se dá a atuação deles no período anterior à formação do gabinete?

O grupo que assume o gabinete a partir de 1844, chega ao ministério com a faixa etária média de 45 anos, originários basicamente da província da Bahia.

Quadro 6

<i>Província de nasc.</i>	<i>Bahia</i>	<i>Rio</i>	<i>Minas</i>	<i>Pernambuco</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>Outras</i>
<b>Ministros</b>							
Almeida Torres	X						
Alves Branco	X						
Manoel Antonio Galvão	X						
Ernesto Ferreira França	X						
Visconde de Albuquerque				X			
Jeronymo Francisco Coelho							X- Santa Catarina
Antonio Paulino Limpo							X- Lisboa
Joaquim Marcellino de Brito	X						
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Joaquim Marcelino de Brito e Limpo de Abreu estudaram em Coimbra no período de 1816 a 1820, e Manoel Antonio Galvão no período de 1819 a 1823. Assim, de acordo com essas informações aliadas às suas respectivas datas de nascimento, podemos inferir que nos anos 1819 e 1820, cinco dos seis que estudaram nesta mesma universidade estavam em Coimbra.

Entre os anos de 1826 e 1829, Joaquim Marcelino de Brito, Hollanda Cavalcanti e Manoel Antonio Galvão estavam juntos na primeira legislatura. Na segunda (1830-1833), assumiram Antonio Limpo de Abreu, Ernesto Ferreira França. Hollanda Cavalcanti, Joaquim Marcelino de Brito, Alves Branco e Almeida Torres. Na terceira (1834-1837), Hollanda Cavalcanti e Ernesto Ferreira França. Na quarta, de 1838-1841, Joaquim Marcelino de Brito e Jeronymo Francisco Coelho (Hollanda Cavalcanti não assumiu porque foi nomeado senador).

Na quinta legislatura, em 1842, que foi dissolvida, assumiram Joaquim Marcelino de Brito e Limpo de Abreu. E, na nova câmara 1843-1844, assumiram Almeida Torres e Jeronymo Francisco Coelho, e Ernesto Ferreira França entrou como suplente. Manoel

Antonio Galvão e Alves Branco estavam no gabinete de 1º de setembro de 1839, o primeiro na pasta do Império e o segundo na pasta da Fazenda.

Nessas legislaturas, os ministros que assumiram o gabinete liberal tiveram contato entre si. Temos uma média de três deputados por legislatura; com atenção especial para a segunda legislatura que reúne seis dos oito futuros ministros.

Ernesto Ferreira França fez parte da filial paraibana da sociedade secreta liberal *Jardineira* ou *Carpinteiros de São José*, ao lado do líder exaltado Borges da Fonseca. Liberal moderado, Limpo de Abreu fez parte do primeiro conselho da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. Manoel Antonio Galvão fez parte da mesma sociedade na filial da Vila de São Francisco de Paula.

Da *Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro*, faziam parte Hollanda Cavalcanti, Limpo de Abreu, Ernesto Ferreira França e Manoel Alves Branco. E na *Sociedade Philomática*, participaram juntos Alves Branco e Limpo de Abreu.

A ação desses dirigentes vai estruturando suas opções políticas antes da chegada deles ao Ministério de 1844. Para Erik Höner, o movimento rebelde de 1842 é um momento em que se configuram os campos partidários<sup>49</sup>.

Ao longo da Regência, os campos de disputas políticas vão se delineando. A luta em torno da questão da Maioridade e a participação no movimento rebelde de 1842 contribuem fundamentalmente para a delimitação partidária. Na Regência, Hollanda Cavalcanti disputou com Feijó o cargo de regente em 1835 e perdeu. Todavia, ele passa a apoiar Feijó e se une aos seus aliados.

Com a renúncia de Feijó, Araújo Lima assume e estabelece um governo que seria entendido como regressista. Esse novo ministério com tom de regresso, foi conhecido como o Gabinete Parlamentar ou das Capacidades e era formado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rodrigues Torres, Maciel Monteiro, Sebastião do Rego Barros e Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Segundo Höner, o tom reformista do ministério de crítica ao Código de 1832 e ao Ato Adicional foram responsáveis por aglutinar os Andradas, Alencar, Álvares Machado, Limpo de Abreu, Ottoni, Hollanda Cavalcanti, entre outros; colocando assim a Maioridade com uma tentativa de frear o projeto do regresso que estava em andamento.

Em 15 de abril de 1840, esses opositores se uniam em torno da defesa da Maioridade. O Clube da Maioridade estava preocupado com o tom reformista assumido pelo gabinete de

---

<sup>49</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit. p.30.

Araújo Lima, e unido para defender a Maioridade do Imperador. O grupo contava com a participação de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, José Martiniano de Alencar, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Antonio Pedro da Costa Ferreira, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, José Bento Ferreira de Melo, Teófilo Ottoni, José Antonio Marinho, José Feliciano Pinto Coelho, Francisco Gê Acaiba de Montezuma e Antonio Paulino Limpo de Abreu; grande parte desses nomes se encontraria na futura *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*.

O futuro visconde de Albuquerque, líder do Clube da Maioridade, criou um projeto sobre a maioridade chefiado por Limpo de Abreu e defendido pelos Andradas, Alencar, Álvares Machado, Marinho e Ottoni<sup>50</sup>. Os defensores da Maioridade tiveram êxito, Limpo de Abreu e Hollanda Cavalcanti estavam juntos no ministério Maiorista ao lado de Antonio Carlos de Andrada Machado e Silva, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

O gabinete Maiorista não durou mais que oito meses e o novo ministério que assume em seu lugar consegue aprovar ainda em 1841 as leis da Reforma do Código de Processo e da Criação do Conselho de Estado; a aprovação diminuiu as competências do Juiz de Paz e criou o cargo de chefe de polícia. A Lei que reformulava o Código do Processo Criminal colocava todas as Autoridades Policiais subordinadas ao Chefe de Polícia. À medida que limitava a jurisdição policial e criminal dos Juízes de Paz, as transferia para os Delegados e Subdelegados. Nesse cenário, se colocavam como críticos a lei de 3 de dezembro<sup>51</sup>, Limpo de Abreu e Alves Branco.

No ano de 1842, veremos o esforço do Gabinete pelo cumprimento dessas leis e a reação a esta implementação. Em São Paulo, o novo presidente de província José da Costa de Carvalho<sup>52</sup> não iniciou seu governo sem intensas movimentações. Com a criação dos novos cargos, Costa Carvalho pode potencializar o exercício do seu poder através nas nomeações. Na Assembleia, os deputados discutiram intensamente a necessidade de revogação das Reformas. Um grupo liderado por Vergueiro tentou entregar uma Representação contrária às novas Leis ao Imperador, mas não foi recebido.

[...] É importante lembrar que por ter sido nomeado imediatamente após a Lei da Reforma do Código do Processo, Monte Alegre foi o responsável pela implementação e execução do novo código, o que em parte explica a resistência de

<sup>50</sup> Ibidem, cáp. II.

<sup>51</sup> Lei nº 261 – de 3 de dezembro de 1841-Reformando o Código do Processo Criminal.

<sup>52</sup> Barão de Monte Alegre

certos grupos provinciais ao Presidente da Província. Mais importante que considerar Monte Alegre um mero executor da Lei de 3 de dezembro de 1841 é entender a possibilidade de ação que lhe foi concedida no Regulamento Nº 122 assinado em 2 de fevereiro de 1842. De acordo com este regulamento, os Presidentes de Província ficavam autorizados transitoriamente a nomear todas as autoridades estipuladas por lei sem que houvesse indicação do Governo Geral. Ou seja, Delegados, Sub-Delegados e Promotores seriam nomeados diretamente pelos ocupantes do Executivo provincial, assim como qualquer substituição poderia ser feita sem a recomendação precisa do Gabinete.<sup>53</sup>

Inicialmente, como uma resposta à troca dos chefes de província, São Paulo e Minas Gerais vão até as últimas consequências; províncias essas que eram a base aliada do gabinete Maiorista. Em São Paulo, dada a grande articulação dos rebeldes, foi formada a *Sociedade dos Patriarcas Invisíveis*. A Sociedade tinha entre os seus membros: Rafael Tobias, Limpo de Abreu e José de Sousa Breves. Em Minas Gerais, o movimento contará com nomes como Limpo de Abreu e Teófilo Ottoni.

Com a vitória legalista em Santa Luzia, o cenário político parecia estar bem definido. Limpo de Abreu, Teófilo Ottoni e Joaquim José de Sousa Breves foram presos. No senado, Paula Sousa, Alves Branco e Hollanda Cavalcanti discursavam em favor dos senadores rebeldes. Alves Branco, apesar de não se colocar como defensor do projeto da rebelião, colocava-se claramente contrário às opiniões defendidas por Honório Hermeto.

Em São Paulo, na pacificação, Almeida Torres foi chamado a ocupar o cargo de chefe de província no lugar de Monte Alegre; segundo Cônego Marinho, essa indicação seria uma tentativa de conciliação e de formar um terceiro partido<sup>54</sup>.

A revolta liberal de 1842 definiu muito do que seriam as posições políticas futuras. Pensar a formação do Partido Liberal é pensar como esses atores políticos se relacionavam enquanto liberais moderados e exaltados/caramurus e progressistas/ regressistas.

Segundo Tatiane de Queiroz, a polarização entre liberais e conservadores se configura melhor a partir do movimento de 1842. As identidades “progressistas” e “regressistas” se alteram em “liberais” e “conservadores” nos embates acerca da Maioridade; apesar de não serem identidades homogêneas<sup>55</sup>. Hörner relaciona os envolvidos com o Golpe da Maioridade à Revolução Liberal:

É possível notarmos uma genealogia política ligando o *Golpe da Maioridade* e a “Revolução”. Não se trata de mera coincidência de nomes, mas especialmente de

<sup>53</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit. p.114

<sup>54</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>55</sup> ROCHA, Tatiane Rocha de. Do Regressismo ao Conservadorismo no periódico "O Brasil" (1840/1843). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, UERJ, RJ, 2010.

práticas e anseios políticos. Após a renúncia do Regente Feijó e a ação dos Ministérios amplamente identificados como *regressistas* ou *retrógrados*, os antigos apoiadores do padre ituano e herdeiros do 7 de abril buscaram uma aliança em torno de um objetivo comum, a antecipação da maioria do Imperador. A antiga identidade agregadora – os moderados – não era mais capaz de responder às necessidades de uma oposição carente de um plano de ação definido, assim como, afastado o fantasma da restauração de D. Pedro I, seus partidários também não ameaçavam mais o cenário político. Podemos dizer com considerável segurança que a Maioridade se mostrou uma opção segura por não ameaçar a estrutura política do Império. Levar ao trono o jovem imperador não implicava em atentado ao regime, à unidade do Império ou à ordem social. Por mais que o golpe tenha sido feito ao arrepio da Constituição, ainda assim não colocava em risco a monarquia constitucional representativa.

O Clube da Maioridade representava um resgate das antigas sociedades políticas da época da Abdicação, e tinha em seu objetivo único a razão de ser da reunião de homens profundamente ligados à política. Se alcançada a Maioridade estaria acabada a “missão” de Deputados e Senadores ali reunidos. O plano era parlamentar, porém utilizava-se da propaganda de ideias pelos periódicos e o uso da pressão popular na Corte. Por mais que a Maioridade possa ser entendida como uma ação localizada na Capital suas consequências diziam respeito a todo o Império por agregar Deputados e Senadores de São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Ao levar ao trono o Imperador e ocupar o Ministério os objetivos do *Clube* estavam cumpridos, mas não os dos *maioristas*. Ao contrário do que a imprensa anti-maiorista e os recém-decaídos regressistas enfatizavam, os maioristas não tinham em mente o poder pelo poder. Com a Lei de Interpretação do Ato Adicional aprovada em maio de 1840 e já em discussão a Reforma do Código do Processo, os grupos provinciais viam com apreensão seu destino político. Era premente a necessidade de breçar o fortalecimento do Poder Central e do aumento das suas possibilidades de intervir nas cenas provinciais ou, ao menos, garantir que seriam os autores da *Maioridade* que estariam no Ministério quando esse processo se concluísse...<sup>56</sup>

Honório Hermeto, desafeto de Aureliano, conseguiu eleger Rodrigues Torres no lugar de Saturnino de Sousa ao senado. Exigiu do Imperador que demitisse Saturnino, irmão de Aureliano e oposição ao Ministério, do cargo de Inspetor da Alfândega. Numa demonstração de forças, D. Pedro II mantém Saturnino no cargo e chama um novo gabinete. Para Hörner, esse novo gabinete que subia ao poder em 1844 apresenta-se ao cenário político com o tom conciliador.

---

<sup>56</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit. p.331.

## 2. Representações liberais do Governo na imprensa

---

Quando assumem o gabinete, os ministros liberais contam com uma oposição já articulada através da imprensa, principalmente pelo *O Brasil*. A seu favor, o ministério tinha a folha *O Mercantil* (1844-1848) organizado pelo liberal Francisco de Sales Torres Homem. Apesar da folha liberal também aparecer com a instauração do ministério, essa escrita liberal já havia se consolidado na imprensa sob o comando de Torres Homem em outras folhas: *O Despertador* (1839-1841), *O Maiorista* (1841-1842), etc.

Apesar d'*O Mercantil* ser a grande folha a favor do ministério que se consolida na imprensa, optamos para esse trabalho analisar as folhas que existiram durante o período do gabinete de 2 de fevereiro, estando a sua criação diretamente ligada à formação desse ministério. Por isso a escolha do *Filho da Joanna* (1844), *Conservador* (1844), *O Novo Tempo*<sup>57</sup> (1844-1845) e *A Tribuna* (1845) como os periódicos centrais dessa análise.

O trabalho de pesquisa propõe analisar esses jornais liberais e relacionar o diálogo com o jornal conservador *O Brasil*. Assim, pretendemos compreender melhor a hegemonia ideológica do projeto político conservador no período em que os liberais se encontravam no poder.

Ao analisar os periódicos liberais da época, pude perceber que nem sempre o Gabinete Liberal de 2 de fevereiro era visto como um gabinete vinculado ao Partido Liberal. Essas análises fornecem possibilidades para uma discussão mais profunda sobre esse momento político de governo liberal, permitindo um novo ponto de partida para a compreensão das relações políticas. O periódico *Conservador*<sup>58</sup>, por exemplo, não identifica o gabinete nem como representação do Partido Conservador, nem do Liberal. Para o *Conservador*, a grande qualidade desse Ministério é não ser oriundo de um partido.

O *Filho da Joanna* exprime a opinião de que o Império está dividido em dois partidos e que essa divisão não acontecia em razão de ideias políticas. O periódico considerava a divisão dos partidos como resultado de um “choque de amor próprio”<sup>59</sup>. Segundo o jornal, a falta de divergências ideológicas podia ser percebida na composição ministerial e na forma como os homens da tribuna trocavam de posições partidárias com bastante frequência.

---

<sup>57</sup> *O Novo Tempo*: folha política e literaria

<sup>58</sup> *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2.

<sup>59</sup> *Filho da Joanna*, 06 de março de 1844, n.2.

Diferentemente, o periódico *A Tribuna* identifica claramente a posição do ministério como pertencente ao Partido Liberal<sup>60</sup>. Na medida em que a folha ministerialista identifica o ministério como liberal, podemos buscar na sua postura política o que seria o projeto de governo liberal.

Os jornais citados acima circularam por pouco tempo. O *Conservador*, por exemplo, nasceu junto com o gabinete e pode demonstrar mais suas expectativas em relação ao ministério do que propriamente analisar as decisões tomadas. *A Tribuna* apareceu no ano seguinte conseguindo apresentar mais as reflexões sobre as práticas políticas do ministério.

O periódico *O Novo Tempo*, além de ser um jornal liberal, é essencial por ter circulado durante um período de tempo maior. Assim, devido ao maior número de publicações, podemos perceber melhor as ações tomadas pelo gabinete; como ele era visto por um jornal liberal; o diálogo do jornal com a imprensa no período e a relação do Gabinete com a oposição. O *Filho da Joanna* circulou cerca de um mês e, segundo a oposição, estava vinculado ao *O Novo Tempo*.

Justamente é o periódico *O Novo Tempo* que consegue abordar algumas questões que as outras folhas não trabalharam. Destoando das outras folhas, que estavam muito preocupados com a situação do novo gabinete, *O Novo Tempo* se dedica a comentar o posicionamento do ministério também no que diz respeito às relações do Império brasileiro com a potência britânica.

Na efervescência das disputas políticas, as discussões saem de seus círculos fechados para ganhar as ruas. Há uma inserção do povo<sup>61</sup> dentro da discussão política, que sai do privado passando ao público através da Imprensa. No período de grandes disputas de projetos políticos que é a Regência, Marcello Basile argumenta que a imprensa adquire um especial caráter doutrinário e pedagógico<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> *A Tribuna*, 14 de março de 1845, n.3.

<sup>61</sup> Povo no sentido proposto por Ilmar de Mattos, no *Tempo Saquarema: O Povo tinha atributo racial, grau de instrução, propriedade de escravo e conseguiu estabelecer vínculos pessoais; era o cidadão economicamente ativo, “homem honesto, trabalhador e responsável.”*

<sup>62</sup> “Para os pretensos formadores de opinião, fazia-se necessário, portanto, orientar e, se possível, controlar essa heterogênea massa ativa, que mal se iniciava nos princípios políticos e dava então seus primeiros passos na vida pública. Era preciso educar os indivíduos para a participação política, formar o verdadeiro cidadão, conhecedor dos seus direitos. Principal instrumento da ação política no seio do espaço público, a imprensa exercia assim, uma autêntica pedagogia política do cidadão, divulgando – em versão vulgarizada, adaptada aos seus fins doutrinários e ao público ao qual se dirigia – os termos desse vocabulário político.” - BASILE, Marcelo. *Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830*. In: Gladys Sabina Ribeiro (organizadora). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008, p.207-224.

É através dos jornais, principalmente na corte, que os homens da política vão defender seus projetos de governo, indicar seus aliados políticos e denunciar as práticas de seus concorrentes. Nessas folhas, mais do que o projeto político dos grupos que estão disputando o apoio da opinião pública, podemos perceber o posicionamento a respeito dos assuntos que estão na ordem do dia.

Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros relacionam o surgimento da imprensa no Brasil à modernização das instituições políticas e culturais durante o processo de construção do Estado nacional<sup>63</sup>. No início do século XIX, a sociedade está em constante transformação, de modo que, nesse momento, a imprensa encontra-se atrelada às relações e disputas políticas. O periódico, dentro desse contexto, era um meio para formar uma “opinião pública” e o agente da imprensa, o panfletário, tinha uma missão política e pedagógica.

Ao analisar a imprensa artesanal das décadas de 1820 e 1830, Morel e Mariana Barros consideram a noção de opinião pública como um tema de embate e de controvérsia. Com a permissão de circulação de jornais, em 21 de agosto de 1820, começa a se configurar uma “opinião pública” – no sentido da discussão pública, através da imprensa, sobre os negócios do Estado, antes restrita à esfera da Corte. Na regência, a opinião pública configura-se, já que esse período, de menor força do poder monárquico, permite um turbilhão de publicações, “uma verdadeira explosão da palavra pública”; ainda com resquícios de antigos modelos de comunicação.

Os pesquisadores destacam ainda que, a partir de 1833, há uma diminuição na publicação periódica, realçando uma possível “tranquilidade” no Segundo Reinado. A partir da posse do novo Imperador e recente sensação de estabilidade, percebemos uma produção na imprensa mais duradoura no que diz respeito ao tempo que os jornais circulam; há uma diminuição no número de novos panfletos, mas um aumento na duração. Nesse sentido, as fontes são pensadas e analisadas dentro de seu contexto histórico e político.

Durante a luta pela independência, o Primeiro Reinado e o período regencial, podemos perceber a imprensa como instrumento e espaço de luta. Isabel Lustosa, ao analisar o diálogo na imprensa no período de 1821 a 1823<sup>64</sup>, apresenta uma imprensa livre, panfletária e descontínua, na qual era possível encontrar nos panfletos palavrões, ataques pessoais, morais

---

<sup>63</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, D&PA, 2003.*

<sup>64</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

e físicos. Nesse período, encontramos uma imprensa que “nascia comprometida com o processo revolucionário”<sup>65</sup>.

A partir dessas vertentes historiográficas, torna-se pertinente analisar o Império brasileiro através dessas publicações na tentativa de melhor compreender o projeto político dos partidos. Faz-se necessário ampliar os estudos sobre as forças políticas atuantes no Segundo Reinado e a relação entre elas. A ascensão do gabinete liberal precisa ser pensada dentro do quadro de construção de uma hegemonia ideológica e política e sua relação com esse processo. É preciso observar como o processo de ascensão liberal se deu; como foram construídas as relações com os adversários políticos conservadores e principalmente como essa relação transitou dentro do espaço público através da imprensa. Assim, a análise das discussões travadas na imprensa possibilita pensar a situação liberal por meio das opiniões legitimadas ao longo desse governo na Corte imperial.

Com o interesse de entender como o processo de governo é visto pelos jornais, buscamos analisar como esses liberais que estavam no poder eram definidos pela imprensa, e quais relações por eles eram estabelecidas com os seus contemporâneos. A proposta é compreender o governo liberal do ministério de 2 de fevereiro de 1844, através dos jornais liberais: *Conservador*, *Filho da Joanna*, *A Tribuna*, *O Novo Tempo* e do jornal oposicionista: *O Brasil*.

## 2.1 Os jornais liberais e o diálogo na imprensa

Ao longo de todo império, a imprensa serviu de palco para os debates e disputas políticas. A análise dos periódicos da época nos possibilita conhecer as ideias de destaque entre os políticos e como estes faziam para legitimá-las. As folhas eram usadas de modo pedagógico no sentido de convencer a opinião pública dos determinados posicionamentos políticos.

A análise das relações políticas ao longo do Império, e aqui em especial o segundo reinado, não pode ser feita fora do espaço de sociabilidade dessas disputas, como por exemplo, as associações secretas ou públicas, as confeitarias, a tribuna e a imprensa. Por isso, a pesquisa dos jornais do período se coloca extremamente relevante, pois por meio dela podemos encontrar como se dão essas disputas políticas, esses jogos de convencimentos e a defesa de projetos políticos de cada facção.

Na análise dessas fontes, podemos perceber a disputa de ego entre defensores de distintas correntes políticas, o uso do ataque pessoal e da retórica. José Murilo de Carvalho, na análise do uso da retórica na imprensa, mostra que essas discussões vão além de um debate político e

---

<sup>65</sup> IDEM, *Ibidem*, p.25.

ideológico. O debate através da imprensa é uma tentativa de instruir pedagogicamente o leitor e uma tentativa de invalidar o discurso da oposição. Podemos perceber que essa tentativa de invalidar o discurso do outro é uma tentativa que vai além da oposição política e ideológica. Tenta-se desmerecer moralmente o político da oposição e assim expor seus problemas pessoais, seus desvios de condutas, seu envolvimento em escândalos, para desqualificá-lo moralmente.

Segundo José Murilo de Carvalho, na análise do uso da retórica de argumentação para decifrar os panfletos, jornais e o debate político na imprensa, é possível notar que os escritores usam do ataque pessoal, da violência da linguagem para agredir e desqualificar o adversário. Ele chama a atenção para a utilização de discursos estrangeiros para justificar as posturas políticas, e ainda mostra que um mesmo texto pode ser usado na imprensa para defender posturas políticas radicalmente diferentes<sup>66</sup>.

Ao analisar o *Conservador* é possível perceber a preocupação do periódico com o papel da Imprensa na Corte<sup>67</sup>. A folha afirma que da imprensa saíram vários estadistas, que é na imprensa que eles revelam seu caráter, suas intenções e sua moralidade. O jornal justifica ter o menor número de eleitores em relação aos oposicionistas por não usar a imprensa para caluniar os opositores. O periódico comenta ainda, que junto às outras folhas ministeriais, ele vinha fazendo justas críticas às publicações da oposição.

A folha passa os seus números rebatendo as críticas do jornal *O Brasil*. É possível perceber, através desse diálogo, a preocupação do periódico em defender-se das críticas dos outros periódicos e principalmente, desmentir as “mentiras” inventadas pela oposição. Podemos observar essa conduta na seção “As demissões”, encontrada no 3º número do jornal:

[...] O “Conservador” não carecia do desmentido do “Diário”, confiando muito no Sr. Jeronymo Francisco Coelho, certo de que S. Ex. não praticaria semelhante injustiça, nem um credito deu ás palavras do “Brasil”, viu logo que da boa fê do contemporaneo, alguém havia abusado; mas para outros, de muito serviu a declaração semi-official; e é por estes, que o ministerio deve dar-se ao trabalho de mandar desmentir os boatos, inventados pelos agentes da corrupção.<sup>68</sup>

No fragmento acima, podemos perceber como a divulgação de boatos, opiniões negativas, ou críticas tem de ser revertidas para não interferir negativamente no julgamento da opinião pública. Nessa seção, o *Conservador* comenta uma matéria do *O Brasil* que se referia a uma onda de demissões. Matéria, que segundo o *Conservador*, foi escrita no intuito de instaurar o medo entre os servidores do governo. O *Conservador* acusa a oposição de estar

<sup>66</sup> CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1.

<sup>67</sup> *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.3.

<sup>68</sup> *Ibidem*, 23 de abril de 1844, n.3, p3.

tentando acabar com o Ministério como fizera em 1841. Para o periódico governista, *O Brasil* estava tentando voltar a população e os funcionários contra o Gabinete. Nesse sentido, o jornal vê a necessidade de criação de um periódico oficial para desmentir as calúnias inventadas pela oposição.

A questão do ataque pessoal para desqualificar o adversário político é uma situação que pode ser percebida na análise do periódico de diversas maneiras. O *Conservador*, em seu primeiro número, mostra que *O Brasil* atinge a conduta moral dos novos ministros. Usando da mesma artimanha, o *Conservador*, ao referir-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos, o caracteriza como um “posso de maldades”. O jornal usa diversos momentos de sua vida pessoal para desqualificá-lo política e ideologicamente. Narra a sua vida pessoal como uma vida marcada pela falta de decência e excesso de crimes. Assim o *Conservador* usa os desvios morais de Vasconcelos, durante a sua trajetória de vida, para chamá-lo de corrupto. Na seção “Os precedentes dos ministros”, o periódico comenta sobre a vida íntima de Vasconcelos, acusando-o de ter matado o próprio filho e de crime de incesto<sup>69</sup>.

Podemos perceber que nesse momento em que as folhas usam a vida pessoal para atingir seus concorrentes, o público e o privado se misturam. Não há uma distinção do que seria um ou outro. Nessas folhas, o privado invade o espaço que seria do público; as relações de foro totalmente privados eram utilizadas para valorizar ou demonizar as trajetórias públicas.

Vale ressaltar que nesse cenário de ataque aos políticos da oposição, Bernardo Pereira de Vasconcelos será constante alvo de críticas nos periódicos liberais. Pereira de Vasconcelos fazia parte da oposição na Regência e depois se tornou governista. Eleito em 1831, era um forte defensor do liberalismo, passando a adotar postura mais conservadora a partir de 1834. Com uma passagem rápida pelo governo em 1840, não voltou mais ao poder, mas manteve sua influência política. Teve discípulos na administração conservadora e, no Senado, fez forte oposição ao quinquênio liberal. Vasconcelos teve grande influência no projeto de consolidação da política conservadora<sup>70</sup>.

Símbolo do Regresso Conservador, Vasconcelos é o grande alvo de crítica dos opositores ao projeto conservador de governo. À medida que essas folhas faziam críticas e difamações à pessoa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, elas estavam também tentando ferir a imagem do grupo conservador devido à forte ligação da imagem do político ao partido.

Na folha *Filho da Joanna*, Vasconcelos é considerado um inimigo do soberano. A folha o acusa de liderar círculos políticos de luta pelo poder. Ele é acusado de ser opositor não só do

---

<sup>69</sup> *Ibidem*, 16 de abril de 1844, n.2, p.3.

<sup>70</sup> CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.9-36

ministério, mas principalmente de d. Pedro II<sup>71</sup>. Após uma trajetória liberal, nesse momento político, Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>72</sup> está em sua fase conservadora defendendo um governo forte e a ordem pública. Considerado de fundamental importância para implantação dos ideais políticos saquarema, ele faz ferrenhas críticas à situação liberal e torna-se alvo de muitas matérias nos periódicos governistas. O *Filho da Joanna* o acusa de forjar uma perseguição política contra si próprio para tentar voltar ao poder.

A *Tribuna* também faz críticas a Bernardo Pereira de Vasconcelos e o acusa de favorecer seus correligionários políticos, poupando-os de sentir o peso da justiça, principalmente na província de Minas Gerais:

[...]Lá estao os juises de direito da facção: lá está enfim o chefe de policia sob a influencia dos Vasconcellos e Honorios, e a victima ficará... outros talvez de perto a seguirão, e o partido victimado é o que atualmente sustenta o governo do paiz!!! Oh meo Deos! que estado é o nosso! os que sustentao o governo em Minas, em S. Paulo, por toda a parte são assim levados pelo bacamarte, e pelo ferro dos reorganizadores: [...]<sup>73</sup>

O *Filho da Joanna* dialoga na imprensa principalmente com a folha oposicionista e conservadora, *Sentinella do Monarchia*. Apesar de se considerar polêmica ao longo de suas publicações, a folha ministerial trava intenso debate com a imprensa de oposição. A folha acusa A *Sentinella* de estar desesperada e por isso ficar inventando boatos de crise no ministério para desestabilizá-lo.

O *Filho da Joanna* não alimenta diálogo somente com a oposição. Também debate com os jornais governistas. Um exemplo dessa relação se dá com a folha liberal, *O Novo Tempo*. O *Filho da Joanna* publica artigos que originalmente foram publicados no *O Novo Tempo* para mostrar a convergência de opiniões sobre um determinado acontecimento. Todavia, essa aproximação não impossibilita o *Filho da Joanna* de acusar *O Novo Tempo* de assumir posturas antigovernistas. Fala que *O Novo Tempo* parece não ser do Ministério, pois muitas vezes se colocava contra o Soberano. O *Filho da Joanna*, na seção “O Novo Tempo”, acusa a “folha amiga” de não se empenhar em defender o Gabinete Ministerial<sup>74</sup>.

Em sua última publicação, o *Filho da Joana* traz uma informação pertinente para a compreensão dessas disputas políticas travadas através da imprensa e propriamente nela. Ao rebater uma critica do *Brasil*, que o acusa de ser uma folha ministerial, O *Filho da Joana* se diz nem oposicionista nem ministerial. *Ela é o que não for o Sr. Vasconcelos*. Na seção “Nós

<sup>71</sup> Ver, *Filho da Joana*, 05 de março de 1844, n.2.

<sup>72</sup> CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.9-36

<sup>73</sup> A *Tribuna*, 14 de março de 1844, n.2, p.3.

<sup>74</sup> *Filho da Joana*, 05 de março de 1844, n.2, p.3-4.

e o “Brasil””, o *Filho da Joanna* afirma que não seria um jornal ministerial<sup>75</sup>.

Por ser um periódico de intensa oposição ao gabinete liberal, *O Brasil* incomodou a maioria dos jornais governistas. Nesse sentido, sua oposição será foco de discussões também na folha *A Tribuna*. A folha vem rebatendo e negando as publicações do *Brasil* que dizem que o governo está em crise e o ministério desestabilizado. *A Tribuna* se propõe a rebater as críticas feitas ao ministério e ao Imperador D. Pedro II.

O desenfreamento da imprensa da oligarchia

A medida que a oligarchia vê esvaecerem-se as miseráveis esperanças, e que a nova ordem de cousas consolida-se á despeito de suas maquinações, a linguagem de seos jornais assoldados torna-se de dia em dia mais frenetica e facciosa. Nós nada diríamos a este respeito, contentando em entregar a execração publica toda aquella massa de calumnias e ultrajes, que partem d’essa imprensa deploravel, si por ventura seos ataques não fossem dirigidos ao poder, que a constituição collocou acima de esphera em que se agitação os partidos politicos. Os inimigos da *monarchia pessoal*, os intrigantes que há um anno procurarão lançar a sizania no sacrario da família imperial continuao na obra encetada de aguarentar no animo dos brasileiros os justos e legitimos sentimento de amor e veneração que eles votavão ao seu monarcha. Cada dia apparecem mais atrozes ao Sr. D. Pedro 2.º, ora sob o titulo de trexos históricos, ora sob o de máximas e pensamentos, deixando-se claramente vêr em umas e outras composições o pensamento de retratar o character do principe brasileiro, com taes tintas, que chamem sobre elle o ódio, ou a irrisão publica...<sup>76</sup>

Na edição de número 8, *A Tribuna* comenta a acusação de que a assembleia provincial havia levado ao Imperador e ao Tribunal de Justiça uma denúncia contra o conselheiro Manoel da Fonseca Lima e Silva. Para folha essa acusação era caluniosa e assim a folha desqualifica os autores da acusação<sup>77</sup>. Ao comentar sobre a relação dos conservadores com d. Pedro II, *A Tribuna* fala que desde a ascensão dos liberais ao poder em 2 de fevereiro, a oposição vinha ferindo cruelmente o imperador. A folha acusa Justiniano da Rocha de usar *O Brasil* para criticá-lo. E ainda comenta:

[...] finalmente as palavras, todos dos actos, todos os escriptos da facção revelão o pensamento abominavel, que a anima, e confirmão esse gesto de alarma, que há um anno foi repercutido em todos os angulos do Brazil: - *Uma luta existe trazada entre a oligarchia e o poder real!*...

Quando portanto o redator do Brazil, na assembléa provincial, onde introduzira a

<sup>75</sup> “Nós e “Brasil””.

O redactor do “Brasil” chama-nos guarda avançada da imprensa ministerial; e dando-nos o apellido de Araujo, injuria atrozmente a nossa mai!... Sr Rocha seja mais comedido!.. Não temos relações com os ministros e muito menos com os Srs. Araujos; á um delles conhecemos por inimigo da nossa mai; e de seo irmao somente agora temos ouvido falará; apenas o conhecemos de vista. O “Filho da Joanna”, não tem raça de papagaio, não diz o que ouve, só diz que sabe; nem he opposicionista, e nem ministerial; ou para melhor dizer, he o que não for o Sr. Vasconcellos.” – 22 de março de 1844, n.6, p.4.

<sup>76</sup> *A Tribuna*, 17 de março de 1845, n.3, p. 6.

<sup>77</sup> “Antes de entrarmos em materia, cumpre que façamos alguns reparos ácerca das qualidades pessoas dos membros da comissão; o primeiro , o bacharel Manoel Bento Guedes de Carvalho, é um dos juízes municipais removidos pela actual administração, por ter ella reconhecido ser uma medida de interesse público. Este bacharel, falta de conhecimento, é uma perfeita nullidade. Apenas formado, desenvolveu a mais requisitada cobiça de *ganhar dinheiro*...

... O segundo que assignou a acusação, o bacharel Pinto Porto, é um destes homens sem prestimo algum para o bem; todas as suas inspirações são malélicas...” p.3-4.

eleição do bacamarte, arrojou-se a perguntar: Porque também não seria licito *acusar o Imperador?* – Não- nos disse nada, que nova fosse, em relação aos sentimentos e designios da facção, de que é digno interprete. O que unicamente causa-nos surpresa é o excesso de audacia com que ella apresenta-se fazendo alarde de seu desprezo para o dogma fundamental do systema político que juramos, a irresponsabilidade do Imperador e individualidade do Soberano[...]

[...] E porque *não ao Imperador?* Perguntais voes harauto perverso da facção a quem nada importaria a ruina do poder real, e o dismantelamento dos paiz, com tanto que governasse Ella! Eis aqui – o porque não: porque a constituição seria atacada na sua base mesma, e deixaria de existir, desde que, em vez dos ministros, os únicos responsaveis, fosse a corôa exposta e entregue ás censuras e aos ataques de opinião[...]<sup>78</sup>

Chama atenção o modo como a folha associa a oligarquia ao grupo dos conservadores e como identifica seus opositores como opositores também do Imperador. Percebemos que a folha associa ministério-nação-imperador como uma unidade e os que se colocam contra um desses elementos, são identificados pela *A Tribuna* como opositores da própria nação.

*A Tribuna*, durante o período em que circulou, reservou uma seção, “Câmara dos Deputados” para comentar sobre os discursos políticos aclamados na Câmara: os temas discutidos; a posição dos deputados, além de analisar o discurso político, e até mesmo a sua oratória. Essa seção serve para criticar ou defender o posicionamento de algum deputado e comentar seus pronunciamentos em algumas discussões. Na análise dessa seção, percebemos os temas que estão inseridos no dia a dia da Câmara; as decisões que são tomadas pelas pastas ministeriais, e as condições necessárias para a configuração das ações políticas dos deputados e do ministério.

Percebemos, então, a imprensa como palco de disputas de ego, de convencimento, de defesa de projetos políticos, de doutrinação e de formação de opinião pública. Era através da imprensa que os diálogos entre os homens envolvidos com a política podiam chegar à sociedade. Os folhetos escrevem não só para informar, mas para defender-se, para dialogar. A preocupação vai além de mostrar um projeto político para o leitor. É uma tentativa de convencer o leitor.

A imprensa pode ser vista menos como um veículo de informação e mais como um círculo de debate, no qual debater pode ir além de ter argumentos sólidos para defender um projeto político ou político aliado. Debater na imprensa pode ir mais longe: ataques morais, exposição dos defeitos físicos, evidenciar os deslizes da vida pessoal dos adversários. Há uma preocupação em invalidar o adversário moralmente, pois assim, tirando-lhe as virtudes, ficaria mais fácil invalidar suas propostas e ações políticas.

Esse diálogo serve também para o posicionamento de cada periódico em relação ao

---

<sup>78</sup> *A Tribuna*, 14 de abril de 1845, n.9, p.2-3.

ministério no poder, ainda que algumas folhas não se posicionem inicialmente a favor ou contra o ministério. Através da assimilação ou negação das críticas feitas pelos jornais de oposição, as outras folhas vão marcando seu lugar nessa arena de debates. O contato entre as folhas tem também um sentido positivo na medida em que uma folha reproduz a matéria da outra para mostrar posicionamentos equivalentes. Pode-se perceber também a utilização por parte das folhas liberais da reprodução de matérias de folhas liberais de outras províncias.

Há a ideia de que a imprensa no Segundo Reinado goza de uma “tranquilidade” não experimentada na Regência<sup>79</sup>. Aí vale ressaltar o caráter pedagógico e doutrinário que cada periódico assume no sentido de chamar pra si a opinião pública para a defesa de seu projeto político. Mesmo quando o jornal não se diz nem liberal nem conservador, há algum tipo de posicionamento em relação ao gabinete no poder.

Apesar dos ataques pessoais, pode-se perceber uma preocupação da parte dos jornais ministerialistas em identificar o gabinete liberal como um ministério conciliador, ainda que se façam críticas específicas e pessoais, como no caso do Pereira de Vasconcelos, do marquês do Paraná e ao gabinete conservador que estava no poder anteriormente. É possível perceber a preocupação desses jornais em identificar os membros do ministério liberais como ligados à ordem.

Desta forma, é importante destacar que a análise dos discursos na imprensa nos possibilita pensar um leque de relações que vão além da palavra escrita. São redes de relações que saem da tribuna, passam pelas confeitarias, pelas livrarias e chegam às folhas dos periódicos. É um diálogo que toma proporções mais amplas e passam a fazer sentido a partir do momento que vemos a defesa de um projeto político nas folhas impressas a partir da sua implantação no dia a dia. A análise desse diálogo entre as folhas da época proporciona o entendimento do processo de implementação do governo liberal e possibilita perceber como cada ação do gabinete era vista e debatida pela opinião pública.

## **2.2 Principais assuntos abordados pelos periódicos**

Ao longo do governo do ministério liberal, a imprensa periódica relacionou os acontecimentos do Império com as atitudes tomadas pelo gabinete em relação a eles. Alguns assuntos foram tratados esporadicamente, enquanto outros ganharam dessas folhas atenção especial.

Temos por objetivo indicar e comentar os assuntos que estavam em pauta no contexto das

---

<sup>79</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. R. de Ob. Cit. p.33.

publicações periódicas na Corte. Apesar dos periódicos aqui analisados serem políticos, podemos observar sua ligação com o contexto social da época. Assim, os assuntos que fazem parte das discussões do dia a dia do povo refletem-se nas pautas dos periódicos.

O *Filho da Joanna*, ao longo de suas publicações, se ocupou dos negócios públicos e de problemas do dia a dia, como a falta de água. Além do enfoque político relacionado a atitudes do ministério e sua relação com os partidos, preocupou-se também com questões administrativas como as demissões e admissões de funcionários do governo.

O *Conservador*, além da análise das ações do ministério, voltou-se para notícias de variedades, até mesmo fazendo a necrologia quando noticiava a morte de alguém. Apesar de sua curta publicação, o *Conservador* conseguiu fazer um apanhado da imprensa na Corte, comentando o que as outras folhas estavam escrevendo.

A *Tribuna*, devido ao maior número de publicações, tratou não só dos assuntos pertinentes na corte, mas também sobre questões importantes a respeito do Império do Brasil. A folha conseguiu manter seu público leitor bem informado sobre a situação política na corte e sobre o que estava acontecendo nas outras províncias.

Alguns assuntos foram abordados extensivamente pelos periódicos, dado a sua importância no contexto político. As demissões de funcionários e a anistia aos revoltosos de 1842 foram assuntos relevantes no primeiro ano de governo do Ministério Liberal, por isso ganharam bastante atenção dos periódicos *Filho da Joanna* e *Conservador*.

A *Tribuna* deu destaque para questões como a pacificação do Sul, o nascimento do príncipe imperial, D. Afonso Pedro de Alcântara e o projeto da lei das eleições; sendo o último assunto o mais explorado. Nesse sentido, o fato de a folha ter tido uma maior duração em relação aos outros periódicos analisados, permitiu que pudéssemos, através dela, identificar outros temas que estavam na ordem do dia na corte imperial.

### **As demissões**

O *Filho da Joanna*, desde a sua primeira publicação, preocupou-se em aconselhar o novo ministério a afastar os funcionários ligados ao ministério anterior. Segundo a folha, funcionários ligados ao ministério conservador não seriam leais ao ministério atual e tentariam ao máximo atrapalhar e corromper a implantação do projeto político do gabinete liberal.

Para o *Filho da Joanna*, o novo ministério deveria livrar-se do medo de se indispor com a oposição e fazer as demissões necessárias. O ministério devia já no seu primeiro mês de formação mostrar-se um ministério forte e destemido. A folha ressalta que o medo de se

indispor com a oposição só prejudicaria o gabinete, porque o medo de desagradar à oposição só faria com que o ministério se desentendesse com seus aliados. E no final, teria desagradado os dois lados<sup>80</sup>.

Entretanto, a folha colocava critérios para essas demissões. Para a folha, se o funcionário fosse um funcionário útil para o país, ele deveria ser mantido em seu emprego. Mas, se o funcionário fosse corrupto e possivelmente viesse a atrapalhar o país ou fosse um funcionário inútil, deveria ser demitido. Para o *Filho da Joanna*, o novo funcionário a ser chamado não precisava estar ligado ao ministério liberal, bastaria que não fosse ligado ao ministério anterior. A folha sugeriu que fossem chamados aos cargos pessoas competentes, e não enxergava problema no fato do funcionário não estar ligado ao ministério. Ao contrário, a folha via isso até como um ponto positivo, pois assim o ministério se mostraria justo e imparcial. A principal demissão que o *Filho da Joanna* defendia era a do presidente da província do Rio de Janeiro, João Caldas Viana. A folha o acusava de violar as leis, desperdiçar dinheiro público e de incompetência administrativa<sup>81</sup>.

O *Filho da Joanna* criticava a falta energia do ministério para tomar as atitudes necessárias. Reclamava que depois de um mês no poder, o ministério ainda não tinha tido força para fazer as demissões e admitir funcionários mais leais e competentes. A folha ainda lembrava que a oposição fazia uso dessa fraqueza do ministério para desqualificá-lo, publicando que o ministério iria fazer alguma demissão e depois enfatizando a mudança de posição do ministério em relação ao mesmo assunto. Desse modo, mostrava um ministério fraco, que tomava alguma iniciativa, mas acabava sempre cedendo às pressões da oposição para não se indispor com ela.

A folha explica a dificuldade das demissões pelo fato de os funcionários serem apadrinhados por algum político ou alguém de influência na opinião pública, o que travava as ações do ministério. “*Se o governo só demitir os empregados que não tiverem patronos, então não haverá uma só demissão: porque todos os ladrões estão bem escorados*”<sup>82</sup>.

O *Filho da Joanna* tenta, ao longo de suas publicações, pressionar o ministério por posturas mais incisivas; embora, a folha faça um mea-culpa para justificá-los. A folha explica que os ministros por serem honestos acabariam acreditando nas promessas de lealdade dos funcionários ligados ao gabinete anterior.

A prática das demissões era tão corrente que a única preocupação era que, de fato, se

---

<sup>80</sup> *Filho da Joanna*, 25 de fevereiro de 1844, n.1, p.1-2.

<sup>81</sup> *Ibidem*, 05 de março de 1844, n.2, p.4.

<sup>82</sup> *Ibidem*, 08 de março de 1844, n.4, p.4.

fizesse as demissões certas, sem interferência de interesses pessoais. Sempre que um novo ministério assumia o poder, era costumeiro que as demissões fossem feitas sob a justificativa de que era preciso pessoas alinhadas à proposta do ministério para que a governabilidade fosse garantida.

Com essa preocupação o *Conservador* publica:

As demissões

Por todos os meios procurão os opposicionistas desacreditar o ministério, e tornar desejavel a sua queda: repetem hoje tudo quanto fizerão de julho de 1840 a março de 1841, persuadidos de que o resultado ser identico: os seus chefes inventão mil demissões, que na sua imprensa são dadas como projectadas, ou como já deliberadas. A facção sabe que alguns empregados não podem ser conservados, ou pelo mal que desempenhão as suas obrigações, ou pelo descredito em que teêm cahido; por conseguinte apressa-se a del-os como demittidos, apresentando-os como victimas de suas oppinões politicas: e entre estes dá também a noticia da demissão de honrados servidores do Estado e d'esta sorte julga estabelecer a desconfiança entre o governo e estes empregados; desconfiança que se aumenta á proporção que se vão realisando algumas demissões d'aquelles outro, que a facção havia annuciado: o empregado honrado que vê realisarem-se alguma demissões annunciadas pelos jornais da facção, persuade-se que a sua, igualmente annunciada n'essas mesmas amanha ou depois...e desde logo se previne contra o ministerio: os seus amigos, os seus parentes da mesma forma se tornão ariscos; e a população que acredita n'esses boatos, que espera a demissão dos melhores funcionarios publicos, pronuncia-se desde logo contra o governo; censura muitas vezes o que não esta feito, o que nunca foi projectado, o que se não há de realizar!... mas isto é o que quer a facção destruidora da moral, e de tudo quanto há de justo, de santo e de honesto.[...] <sup>83</sup>

O *Conservador* preocupa-se com a imagem do ministério. Apesar de defender as demissões, a folha preocupa-se com os boatos inventados pelos jornais de oposição. A folha sugere que o Ministério crie uma folha oficial para poder se defender desse tipo de boatos. Percebemos o quanto o apoio de uma certa opinião pública era necessário para manter a governabilidade do ministério no poder.

## **Anistia**

Após a derrota dos mineiros em Santa Luzia, em 1842<sup>84</sup>, os insurgentes foram processados e se sentiam perseguidos pela mão conservadora na província e pela rígida ação do chefe de polícia, Francisco Diogo de Pereira Vasconcelos. Essa perseguição por parte dos conservadores fez com que muitas folhas liberais usassem seus espaços para defender e clamar por anistia.

Segundo Erik Höner, o gabinete liberal de 2 de fevereiro já nasce com a questão da

<sup>83</sup> *Conservador*, 23 de abril de 1844, n.3, p.2.

<sup>84</sup> Sobre o movimento de 1842, ver. IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1972, p. 371, t. 2, v. 2, livro 4, cap. 3.

anistia aos rebeldes na sua pauta<sup>85</sup>. Para ele, os nomes escolhidos para compor o ministério sinalizavam uma tentativa de conciliação e a anistia já era defendida por esses homens ainda mesmo no período pós-rebelião.

José Carlos Pereira Almeida Torres assumiu a província paulista no lugar do conservador José da Costa Carvalho, o barão de Monte Alegre. O futuro visconde de Macaé, quando assume o cargo, já o faz numa tentativa do governo imperial de conter os ânimos na província e garantir que o momento final da repressão ao movimento não fosse marcado por um novo momento de sublevação. “*Almeida Torres tinha como tarefa garantir que o rescaldo do incêndio revolucionário fosse feito a contento, evitando um novo levante armado*”<sup>86</sup>.

Limpo de Abreu, que era considerado pelo *O Brasil* como uma liderança do partido liberal, além de ter atuado efetivamente no movimento na província mineira, foi responsável pela articulação do movimento no Vale do Paraíba. Limpo de Abreu mantinha relações com Joaquim José de Sousa Breves desde a “Sociedade dos Patriarcas Invisíveis”, e foi Joaquim Breves quem possibilitou a organização dos rebeldes na região cafeeicultora. Assim como o líder histórico liberal Teófilo Ottoni, Limpo de Abreu e Joaquim Breves também foram presos. Ottoni foi preso em Santa Luzia, Joaquim Breves em Bananal e Limpo de Abreu foi deportado por medida de segurança.

A nova legislação aprovada em dezembro de 1841 – e estopim também da revolta - foi aplicado nos julgamentos dos rebeldes de 1842. Para decidir o modo como estes homens deveriam ser punidos, houve uma grande discussão em relação à definição de quem eram os autores dos crimes e os líderes do movimento. Era preciso definir também o caráter do movimento, se era Rebelião ou Sedição.

A Rebelião era considerada um movimento de massa (mínimo de 20 mil pessoas) que atentava contra o governo Imperial, e previa penalização apenas para os “cabeças” do movimento. Já o crime de Sedição, um movimento de aproximadamente 20 pessoas que queriam reivindicar sobre algum motivo específico, não era um movimento de revolta contra a Nação. “*Apesar de todo o esforço por parte dos insurgentes em descriminalizar ou, ao menos, atenuar o crime cometido, o movimento de 1842 foi enquadrado legal e politicamente como rebelião*”<sup>87</sup>.

De início, foram contabilizados 206 “cabeças” do movimento somente no Sul de Minas Gerais, mas após a atuação do Chefe do polícia, esse número passou para 30 pessoas. Hörner

---

<sup>85</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit. Capítulo 5.

<sup>86</sup> Ibidem, p.179.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 288.

aponta uma rede de articulações que justificariam essa queda do número de líderes do movimento<sup>88</sup>.

Segundo o autor, diferentemente dos rebeldes que atuaram nas revoltas regenciais, esses “cabeças” da Rebelião eram homens ligados a altos postos da política imperial. Essas articulações eram tão grandes que mesmo grandes líderes do movimento puderam contar com o apoio de conservadores consagrados na política imperial intercedendo a seu favor.

O ano de 1843 já se iniciou abordando a questão da rebelião. Na Fala do Trono de 1º janeiro de 1843, o jovem imperador disse se sentir profundamente magoado com a rebelião do ano anterior<sup>89</sup>. Organizada por uma comissão de deputados ligados ao ministério conservador de 23 de março, o projeto de resposta à Fala do Trono caracterizava o movimento do ano anterior como crime e os rebeldes como inimigos da ordem social.

Essa visão negativa da rebelião exposta no projeto de resposta à Fala do Trono ia ao encontro à imagem que ligava os liberais à derrota em Santa Luzia, revoltosos, facciosos, anárquicos. Entretanto nem todos na câmara concordaram com o discurso desse projeto. O deputado pela província de Pernambuco, Félix Peixoto de Brito e Melo questionou a dureza do projeto; chamou atenção para a configuração de uma antecipação de julgamento.

No Senado, o assunto da rebelião também foi motivo de discussões no projeto de resposta à Fala do Trono. Senadores também próximos do gabinete elaboram um projeto no mesmo tom do produzido na câmara. E assim como na câmara, o senado encaminhou grandes discussões.

O senador Alves Branco seguiu a linha de defesa do deputado Peixoto de Brito. Para o senador, não era função dos senadores julgar ou classificar o movimento. Alves Branco não estava sozinho nessa crítica; no senado ele contou com o apoio do senador Hollanda Cavalcanti.

*“O caso era especialmente delicado para alguns. Envolveva grande número de homens influentes, antigos Presidentes de Província, ex-Deputados, ao menos três Senadores, indivíduos que até há pouco tempo estiveram no Governo e que a ele cedo ou tarde voltariam”*<sup>90</sup>. - comenta Erik Höner, a respeito dessas preocupações.

Em sua defesa no senado, os senadores envolvidos no movimento puderam contar com o apoio dos colegas Antonio Pedro Costa Ferreira, Francisco de Paula Souza e Melo, Alves Branco e Hollanda Calvancati. Esses senadores discursaram em favor dos senadores

---

<sup>88</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit., p. 297.

<sup>89</sup> Falas do trono: desde o ao de 1823 até maior de 1889, p. 227.

<sup>90</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit, p. 305.

envolvidos e tentaram atrasar o julgamento deles<sup>91</sup>.

Segundo Paulo Pereira de Castro, ainda em 1843 já havia a ideia da anistia. Defendida pelo Partido da Conciliação na câmara, a anistia era defendida ao redor de d. Pedro pelos seus homens de confiança, os palacianos. Por influência de Aureliano, o gabinete 23 de janeiro organizado por Honório Hermeto deixou o poder; Honório, enquanto esteve no poder, negou as possibilidades de anistia e cobrava a punição dos senadores envolvidos causando grande desgaste na base legislativa e também no senado.

O tema da anistia já estava colocado quando o novo ministério chega ao governo em 2 de fevereiro de 1844. Justamento por isso, segundo Höner, o ministério contaria com nomes de senadores que no ano anterior, nas discussões do projeto de resposta à Fala do Trono, defendiam a cautela e falaram a favor dos senadores envolvidos na rebelião.

O decreto de anistia não passou pela câmara, pois esta só teve seus trabalhos iniciados num momento posterior à assinatura do decreto, em 3 de maio. Para dar legitimidade ao decreto, d. Pedro II reuniu o conselho de estado que votou a favor do decreto. Em 14 de março foi assinado o decreto da anistia, garantindo aos anistiados o retorno à vida pública.

A repetição dos trabalhos na câmara<sup>92</sup> cabe nota que com a dissolução em 1844, o grupo que assume a partir das novas eleições 1845 só conseguiriam ocupar seus cargos a partir do decreto da anistia. A anistia possibilitou que os homens envolvidos no movimento recebessem o aval do voto e retornassem à vida pública.

Entre os dez deputados eleitos pela província de São Paulo, seis tiveram algum grau de envolvimento com a rebelião. Dentre eles, um dos líderes do movimento, Rafael Tobias de Aguiar. A bancada mineira que era composta por 20 deputados, elegeu treze deles ligados também ao movimento de 1842; dentre eles, José Antonio Marinho – o cônego Marinho, o liberal histórico Teófilo Otoni e o futuro ministro Limpo de Abreu.

O *Filho da Joanna* com a notícia da futura anistia<sup>93</sup> comenta que d. Pedro II, desde o início, levado pelo seu senso de justiça, sentiu em seu coração o desejo de anistiar os revoltosos. Todavia, por influência negativa do ministério conservador, em especial Honório Hermeto Leão, o Imperador teve medo de novas revoltas. Segunda a folha, os ministros do gabinete anterior davam falsas informações ao Imperador para continuar perseguições e impedir o direito à anistia. Quando aprovada a anistia, o *Filho da Joanna* agradeceu o gesto do Imperador e considerou a ação como um primeiro passo da grande obra iniciada pelo

---

<sup>91</sup> Ibidem, 321-322.

<sup>92</sup> Ver capítulo I.

<sup>93</sup> *Filho da Joanna*, 25 de fevereiro de 1844, n.1, p.3.

ministério liberal. Para a folha, a anistia era decisão que acalmava os ânimos e cessava os ódios; um sinal de patriotismo<sup>94</sup>.

“[...] Se á mais tempo aos ouvidos do Monarcha tivesse chegado os justos queixamentos dos seus mais fieis súbditos; se os passados ministros usando a linguagem da verdade, e da franqueza, como os actuais fizerão, mostrassem ão, mostrassem a indispensabilidade d’um amnistia geral ella se teria realisado á muito. Duas vezes o magnanimo coração do Sr. D. Pedro 2º. lhe pediu um acto de clemencia, um perdão para os illudidos, duas vezes o Sr. D. Pedro 2º. quis estancar as lagrimas, que a sedicção ainda fazia correr; mas os perfidos conselhos de seus passados ministros, as falsas informações que estes lhe derão do estado do paiz, repellião um acto que da humanidade recebia o impulso.[...]”<sup>95</sup>

O periódico *Conservador* publica, pouco depois de um mês da aprovação da anistia<sup>96</sup>, uma matéria tirada do periódico mineiro, *O Itacolomy*<sup>97</sup>. A matéria agradece ao Imperador pelo ato que “alegrava a todos os corações mineiros”. A folha mineira comenta que os participantes da revolta estavam cansados de tanta perseguição desnecessária. Para *O Itacolomy*, esse direito à anistia foi uma conquista do gabinete liberal que sabiamente aconselhou o Imperador e que vinha buscando um governo de justiça e honra voltado para as conciliações.

Chama atenção, o uso doutrinário de Montesquieu por parte do jornal para justificar e enaltecer a decisão de d. Pedro II. A folha diz que seguindo Montesquieu, o Imperador usou o recurso do poder Moderador para fazer valer o direito de agraciar, o direito de anistiar os crimes políticos. Assim como disse o *Filho da Joanna*, para *O Itacolomy*, já existia no coração de d. Pedro II o desejo de anistiar, mas os responsáveis pelo seu gabinete anterior não haviam aconselhado bem. O jornal fala que essa postura do gabinete anterior era uma tentativa de se mostrar forte, mas que nem sempre um governo consegue mostrar sua seriedade só pela força. A folha comenta que a anistia era um ato de moderação e de conciliação merecendo ser apoiado por homens de qualquer lado político.

Em outra reprodução no *Conservador*<sup>98</sup>, a matéria do *Itacolomy* diz que a folha foi criada para defender os revoltosos de 1842 e para protegê-los da onda de perseguição pela qual estavam passando. Dessa maneira, com a confirmação da anistia, seu objetivo tinha sido alcançado. Entretanto, o jornal diz que continuará circulando em gratidão ao ministério. Não que este necessitasse de sua defesa, mas era a forma que a folha tinha de demonstrar apoio.

<sup>94</sup> *Ibidem*, 19 de março de 1844, n.5, p.2.

<sup>95</sup> *Ibidem*, 19 de março de 1844, n. 5, p.3.

<sup>96</sup> *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.4.

<sup>97</sup> Periódico liberal, publicado em Ouro Preto no período de 1843-1845, apenas com 4 números. Seus editores foram: Padre Antonio de Souza Braga, Joao Neponuceno Nunes Bandeira e Florentino Carlos Prudente.

<sup>98</sup> *Conservador*, 23 de abril de 1844, n.3, p.3.

## A lei de eleições

Com a assinatura da anistia e as novas eleições, o ministério pôde aumentar sua base de apoio na câmara e diminuir a ação dos conservadores que ficaram reduzidos na casa. Assim, as discussões sobre as pautas em debate na câmara ficaram sob a liderança de nomes que apoiavam o ministério<sup>99</sup>. Nesse sentido, a discussão da Reforma eleitoral ficou a cargo da Comissão de Constituição e Poderes formada por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva, Urbano Sabino e Teófilo Ottoni.

Desde sua primeira publicação ao noticiar sobre os acontecimentos da Câmara dos Deputados, *A Tribuna* mostrou-se atenta às discussões sobre o projeto da lei de eleições e sua importância. Para o jornal, a iniciativa de discutir esse projeto era uma prova de que o gabinete liberal não tinha o desejo de se perpetuar no poder, coisa impossível de se ver no gabinete anterior. A folha mostra que esse debate vinha sendo feito de maneira clara e franca e contava com interesse e a atenção de todos os deputados.

Ao analisar as eleições e os partidos no Império, José Murilo de Carvalho coloca as mudanças em 1881 como o “ponto culminante das restrições”<sup>100</sup>. Assim dentro desse processo de desenvolvimento da legislação, a primeira lei votada em 1846 era para o autor uma involução. A lei passava a calcular a renda dos votantes em prata, assim o valor mínimo de Rs100\$000 passa para Rs200\$000, o dobro da quantia exigida anteriormente. No que diz respeito à cidadania, José Murilo considera a aprovação da lei um prática de exclusão. O autor fala ainda da tentativa dessas leis de restringir o poder do governo sobre as eleições, e do interesse em representar as minorias na Câmara. *A Tribuna* discute esses e outros aspectos da lei de eleições, no tempo em que a lei estava ainda em fase de projeto.

Para *A Tribuna*, a discussão do projeto na câmara é uma verdadeira representação nacional dos interesses sociais. A folha fala que os decretos aprovados anteriormente possibilitavam aos deputados fazerem o que quisessem do poder. Mostra que a união do chefe da província com o comandante de armas, os inspetores de fazenda, juízes de direitos, ganhava qualquer eleição. O papel dessa lei de eleição era conseguir acabar com esse mal, caso contrário, seria inútil.

O que *A Tribuna* aqui mostra como prática negativa das alianças políticas, José Murilo trata como falseamento das eleições através da interferência do governo<sup>101</sup>. Prática que só foi efetivamente combatida no período da Conciliação, com a introdução das incompatibilidades

<sup>99</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit, p. 327-330.

<sup>100</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – a elite imperial Teatro de sombras – política imperial*. 4 ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2008. p. 394.

<sup>101</sup> Ibidem, p.22. p.401.

eleitorais na lei de círculos do marquês do Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão).

A parte do projeto referente às incompatibilidades “*previa que gerais em chefe, comandantes de armas, chefes de polícia, administradores da fazenda provincial, presidentes de província e juizes de direto fossem impedidos de se eleger deputados ou senadores na província em que exerciam funções*”<sup>102</sup>.

A questão era defendida pelos deputados mineiros liberais Manoel Odorico Mendes e Paulo Barbosa da Silva. Por ser uma questão que atingia diretamente os magistrados, a proposta não tinha muito apoio na câmara. Os magistrados eram maioria na câmara, e por isso as incompatibilidades não conseguiriam viabilidade política.

As incompatibilidades apareceram como uma parte do projeto de reforma política, mas devido às repetidas rejeições se tornaram um projeto de lei que seria discutido a parte. O projeto passaria ainda por grandes discussões e emendas .

Segundo Pereira de Castro, a rejeição à causa das incompatibilidades foi um dos principais motivos para a remodelação do gabinete em 26 de maio de 1845. Contra o projeto se colocaram o ministro da Guerra, Jeronymo Francisco Coelho, Ernesto Ferreira França ministro dos Negócios Estrangeiros e o ministro da Justiça Manoel Antonio Galvão.

Jeronymo Coelho ainda faria um discurso na câmara respondendo às acusações da oposição que dizia haver um desencontro entre o governo e sua base eleitoral. O ministro fez um discurso confuso, com uma argumentação que não foi bem sucedida; caracterizando a postura de governo do ministério de 2 de fevereiro pela ideia de inércia.

O ministro da Guerra foi demitido do cargo. E em apoio a ele, Alves Branco renunciou ao cargo; junto com ele demitiram-se também o ministro da Justiça e o ministro dos Negócios Exteriores, Manoel Antonio Galvão e Ernesto Ferreira França. Assim, os cargos estariam à disposição para uma nova configuração que de todo não mudaria a essência do gabinete; o ministério seria reformulado.

Limpo de Abreu - representante dos liberais mineiros/*luzias* - foi solicitado para assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros. No cargo de ministro, Limpo de Abreu se opôs à aprovação da Reforma Eleitoral e conseguiu retirar o debate sobre o projeto na câmara, sem encontrar forte oposição.

Para Pereira de Castro, Limpo de Abreu adia a discussão sobre as incompatibilidades para evitar situações em que os liberais viessem a se dividir. O autor divide o grupo em

---

<sup>102</sup> FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento (1853-1863)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, SP, 2015, p. 17.

*liberais do norte, liberais do sul, luzias, venda grande...*

As diferenças ideológicas entre os liberais do Norte e os liberais do Sul eram em parte compensadas pelo interesse comum em conduzir o governo de tal forma que melhor se assegurasse ao predomínio de cada grupo no seu âmbito provincial. O primeiro resultado disso é a tendência para que as bancadas das grandes províncias passassem a construir blocos autônomos interessados primordialmente nos seus interesses provincianos. As alcunhas políticas são de certo modo oficializadas como designativos desses grupos. Originados dos remoques adversários recordam grande reverses partidários. Os liberais de Minas Gerais, são *Santa Luzia* ou simplesmente *luzias* e os de São Paulo, *Venda Grande*. Sem ter ainda uma batalha que lhes desse nome, os praieiros foram designados pela Rua da Praia onde ficava o Diário Novo, o órgão partidário. A pequena representação conservadora – a *patrulha* – coesa em redor dos chefes da oligarquia fluminense foi designada pelo nome da cidade de *Saquarema*, onde não houve nenhum confronto e sim os desmandos do Padre Cêa. Com o tempo os nomes de *Saquarema* e *Santa Luiza* passarão a valer para todo o país como mesmo que conservadores e liberais<sup>103</sup>.

Sobre esse ponto das incompatibilidades, *A Tribuna* comenta que os deputados tendiam a fugir do assunto ou a considerar a medida como inconstitucional. A folha valoriza o extenso debate feito na câmara sobre o projeto, considerando-o como uma ótima forma dos deputados mostrarem que não eram manipulados por ninguém. Para *A Tribuna*, os principais aspectos do projeto são os que dizem respeito à qualificação dos votantes e à incompatibilidade dos empregados. Por isso, ela pede que o debate se aprofunde.

[...] Muito receamos que a atenção de grande numero de deputados se fixe exclusivamente na medida, que, disse, será restabelecida, acerca dos senhores juizes de direito. O projeto carece de alguns melhoramentos, e elles não poderão fazer-se por ventura não for considerado em sua totalidade; por isso rogamos muito encarecidamente aos nobre deputados, que possão divegir de opiniões sobre um ponto, que prestem toda a atenção de outras partes do projecto que não jogam com interesses encontrados, e quiçã inconcilliaveis até certo ponto[...]<sup>104</sup>

A análise dos assuntos que ganham relevância nos possibilita entender como certas questões são abordadas pela imprensa periódica. A questão da ocupação dos cargos é encarada pelo periódico como uma questão ao mesmo tempo política e administrativa, mas pode-se perceber uma preocupação da folha em entender como essas mudanças estruturais podiam interferir no dia a dia da província, por exemplo.

A anistia é apresentada pelos periódicos como algo que já estava no desejo do coração do

<sup>103</sup> CASTRO, Paulo Pereira. “Política e administração de 1840 a 1848”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico, v.2. Dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964. p. 526-527

<sup>104</sup> *A Tribuna*, 02 de maio de 1845, n.13, p.2-3.

Imperador, mas que foi ignorado devido aos maus conselhos dados pelo ministério anterior. Nesse ponto, cumpre identificar as relações estabelecidas entre as folhas da corte com as de Minas Gerais e de São Paulo. Essa troca de informação é de certo modo uma forma de aliança entre as folhas ministeriais no sentido de dar apoio na luta travada contra os periódicos de oposição, principalmente porque os periódicos de oposição foram, em geral, de maior circulação do que as recém-fundadas folhas governistas.

A análise feita sobre a lei de eleições nos possibilita ver o modo como a imprensa trabalha esse tema com riqueza de detalhes. A prática de utilizar os debates na câmara na escrita dos periódicos era muito comum e chama a atenção o modo como a descrição dessas discussões era feita minuciosamente. Percebemos que apesar de circularem com o intuito de apoiar o ministério, essas folhas assumiam a postura de instruir o gabinete para que ele tomasse as decisões mais acertadas.

Além de se preocupar em discutir e informar sobre os assuntos políticos, *A Tribuna* também dedicou suas penas a discutir assuntos diversos. Quando diminuiu a distância entre suas publicações, a folha passou a publicar além dos assuntos políticos, anúncios, variedade e literatura<sup>105</sup>.

Através dessas análises, é possível obter mais elementos sobre as decisões encaminhadas pelo ministério liberal, considerando um projeto de lei – aprovado ou descartado – através do processo de construção da opinião pública a partir de certa imprensa. O ministério liberal não

---

<sup>105</sup> LITTERATURA  
SOBRE OS SABIOS

O nome de sabio dá-se hoje em dia de um modo muito estranho, e o caso é que apenas são medíocres litteratos.

Nada é mais commum do que encontrar homens que sobre pretexto de uma sobença, que a sua imaginação engrandecer, se tornão ridículos, e até odiosos pelos excessos da sua desmentida vaidade.

O objecto dos estudos é tão grande, e tão variado que nem sempre escapa uma grande parte delles ás nossas luzes. Por maiores que sejam os nosso talentos, e esforços, sempre nos fica necessariamente uma infimidade de cousas por saber; o que sabemos bem, não tem comparação com o que sabemos mal; porque a nossa ignorancia é illimitada sempre que consideramos a vastidão da sequência. Um philosopho da antiguidade, que n'uma idade avançada desde a sua mocidade nunca tinha abandonado o estudo, sendo perguntado se estava senhor de bastante sciencia respondeu *umim suo quod nilsil sein*, isto é, só sei que nada sei.

Esta resposta deveria bastar para dissipar os humos que se levantão n'um espirito enfetuado da uma ideia que forma do seu merecimento.

Nada ha mais aborrecível na sociedade, do que aquelles individuos, que afim de mostrarem o seu saber, contradizem tudo, querendo demonstrar o contrario do que se diz. Basta somente que se explique a razão que cada um tem para pensar desta, ou daquella maneira, para elles immediatamente se enchio de fojo, sendo uma grande raridade se se abtem são que todos os sujeitem as suas decisões como a oráculos.

O verdadeiro sabio pelo contrario, é cheio de affabilidade e doçura; não embirra nas suas opiniões: e sabe por experiencia que nada e tão facil como cahir no erro.

Se aquelles com que se entrem são de sentimentos oppostos ao seu examina primero se é elle próprio que se engana, e então reforma as suas ideias; longe de se envergonhar por ser desenganado, antes agradece aos livrao do erro.

É certo que os sábios ignorão ás vezes muitas causas que não são desconhecidos aos menos instruidas. A experiencia do mundo lhes é necessaria, porque com ella nos instruímos em mil cousas que os livros não podem ensinar. - *A Tribuna*, 02 de maio de 1845, n.13, p.4.

deve ser pensado nem pela negação de certas medidas reivindicadas pela “opinião pública”, nem pela permanência dentro de plano político ideológico conservador, mas sim pelo processo de construção do próprio governo.

Quando aprofundamos a análise sobre o processo de construção do próprio governo, percebemos como efetivamente se dão as relações entre esses “estadistas”. O modo de governar do gabinete de 2 de fevereiro não é resultado de uma simples acomodação ao projeto político conservador em detrimento de um programa de governo liberal. O modo de governar liberal está inserido numa sociedade, onde os valores defendidos e conduzidos pelos conservadores estão perfeitamente alinhados. As decisões tomadas pelo ministério liberal, mais próximas ou mais destoantes do modo de governar conservador, são tomadas através de relações pessoais e políticas numa agenda política conservadora.

As pautas que se apresentam para o debate nesse contexto político são ligadas à agenda política de um Império essencialmente monárquico e escravocrata. Nesse sentido, ainda que o momento seja de situação liberal, a agenda conservadora não deixa de ser hegemônica entre os homens da “boa sociedade”.

*O Novo Tempo* encerra as suas atividades no ano de 1845, e muito chama atenção a justificativa da folha para comentar a sua suspensão. A folha que surgiu para tratar de um certo contexto político e para dar apoio ao novo ministério liberal no poder, indica como motivos para a sua saída de cena, as mesmas explicações que apresentara para a sua criação,

*O Novo Tempo* diz que apesar de ter surgido para apoiar o partido pelo qual “tinha apreço”, não percebeu no ministério o interesse em valorizar a opinião pública pela imprensa. Para o periódico, o ministério não enxergava utilidade no apoio da imprensa, pois via na tribuna o único lugar onde buscar sua sustentação política.

Hoje após um anno de existência, força é que renunciemos á vida jornalística, visto que nem o partido a que o coração e a intelligencia nos ligão, nem o governo parecem compenetrados da necessidade da imprensa, e como que ora só confião na influencia da tribuna.<sup>106</sup>

A justificativa da folha ministerialista chama atenção para o modo como o ministério enxerga o papel da imprensa sobre a opinião pública. Ilmar Mattos, ao tratar do processo de exercício de direção saquarema, mostra o papel da imprensa como significativo para a construção de força e consenso.

Era através da imprensa, principalmente pelas penas de Justiniano da Rocha no *O Brasil*, que os conservadores difundiam o princípio conservador para a “boa sociedade”. Era através dos jornais que os conservadores podiam apresentar seus ideais de modo pedagógico e

<sup>106</sup> *O Novo Tempo*, 22 de fevereiro de 1845, n. 87, p. 4.

doutrinário dando continuidade ao processo de direção saquarema.

Nesse sentido, chama atenção essa situação apresentada pelo *O Novo Tempo*, que mostra o desinteresse por parte do ministério liberal de se utilizar da imprensa para atingir a opinião pública. A falta de um jornal ligado oficialmente ao gabinete ministerial já havia sido reclamada pelas penas dos jornais ministerialistas.

Os jornais que circularam na corte no período de 1844 a 1848 são de extrema importância para a compreensão desse momento em que os liberais se encontravam no poder. A análise de periódicos da época permite um maior entendimento do processo de governo liberal, como este manteve relações com a Câmara e com o próprio Partido Liberal.

O periódico, *Filho da Joanna*, que publicou seis números no período de 25 de fevereiro a 22 de março de 1844, se propõe a ocupar-se dos negócios públicos. Na sua primeira edição, o jornal não se declara governista nem oposicionista; informa que esperará as ações do novo ministério para poder analisá-las e declarar apoio a ele ou não. Todavia, posteriormente, a folha será citada pelo *Conservador* como ministerialista<sup>107</sup>.

Ainda na sua primeira edição, o *Filho da Joanna* diz enxergar no ministério uma falta de energia para colocar seu projeto político em prática.

“Os princípios proclamados pelo órgão do governo na Imprensa, em verdade são os mesmos do Paiz, mais não acreditamos que o ministerio actual tenha a precisa energia para executar o seu pensamento politico, porque para fazel-o lhe seria indispensavel destruir completamente a influencia da infernal, a olygarchia, que á sete annos tem dominado o Brasil, e enriquecido ás custas dele”<sup>108</sup>.

O periódico manifesta apoio ao novo ministério e tenta combater a oposição, todavia a falta de decisões políticas contundentes por parte do ministério amortece esse apoio. Para o *Filho da Joanna*<sup>109</sup> falta ao novo gabinete sair das promessas e colocar o seu plano político em prática:

A Joanna appoia o ministerio?  
Enganão-se os que isto julgão; a nossa honrada e carinhosa may só appoiaria com todas as suas forças um ministerio que, comprehendendo perfeitamente a sua missão, e a situação critica o paiz, desse o mais prompto e energico desenvolvimento a politica, que todos reconhecem ser a única que pode salvar o estado: actividade e energia, e com coragem não tem o ministerio de 2 de Fevereiro, embora lhe sobejem bons desejos; mas isto não basta, não melhora o paiz; por tanto não pode ser appoiado pela nossa may.<sup>110</sup>

Mesmo mostrando-se indignado com a postura omissa do ministério, o periódico não

<sup>107</sup> Ver *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.2.

<sup>108</sup> *Filho da Joanna*, 25 de fevereiro de 1844, n.1, p.1.

<sup>109</sup> Durante a análise do periódico, não foi possível identificar justificativa para o nome adotado; nem relação da folha com o “*Clube da Joana*” mencionado anteriormente.

<sup>110</sup> *Ibidem*, 06 de março de 1844, n.3, p.4

deixa de apoiá-lo. O jornal não defende a queda do ministério e mostra que o problema está na falta de apoio na Câmara; diz que para ganhar apoio o ministério precisa se corromper, uma manobra que deixa o país ingovernável. A folha mostra como a guerra eleitoral interferiu negativamente no o país e mostra como isso afetou a credibilidade de alguns políticos na Câmara<sup>111</sup>.

Para contornar essa ingovernabilidade, a folha defende que se façam quantas dissoluções sejam necessárias, porque só assim a Câmara poderia perder o poder de barganha, o que acabaria com as manobras da corrupção. Ela enxerga no ministério poder para fazer essas dissoluções, mas não enxerga na sua postura coragem suficiente para agir. É interessante também que o *Filho da Joanna* encontra nessa barganha por apoio um problema causado também pelos aliados, porque, além da oposição que ficava querendo favores e pastas em troca de apoio na Câmara, os aliados do ministério também assumiriam essa postura. Nesse sentido, essas manobras tirariam do ministério a possibilidade da escolha de homens realmente capazes para ocupar determinados cargos.

[...] Ora o ministerio, qualquer que seja, vê logo no começo da sua existência, organizado contra si um partido precisa por tanto do outro que o sustente, e este apoio he comprado a custo de muita injustiça, não hade ter de sem satisfazer completamente as exigencias do bloqueio: [...]  
 [...] E se o ministerio não os satisfaz?... ai do ministerio, prepara-se para morrer: se o desattendido he eleitor ou dispoem de votos vai logo dal-os aos candidatos da opposição, se he deputado vai declamar na tribuna contra a politica do ministerio; [...]<sup>112</sup>

Dessa maneira, o periódico consegue mostrar que ainda nesse começo de governo falta ao novo ministério a força esperada. *O Filho da Joanna* não consegue ver nele a coragem necessária para colocar em prática seu projeto de governo e enfrentar os resquícios do antigo gabinete. O ministério não consegue impor sua vontade à Câmara, e por isso, ainda que a folha declare apoio em alguns momentos, ela vem ao longo de sua publicação advertindo-o.

O *Conservador*<sup>113</sup> surge com a missão de defender o ministério das críticas feitas pelos jornais oposicionistas. Ele divide os jornais contemporâneos em *ministeriais e oposicionistas*. *O Pharol*<sup>114</sup>, *O Novo Tempo* e *O Diario do Rio de Janeiro* integram o primeiro grupo, e o *Jornal do Commercio*, o *Brasil* e a *Sentinella*<sup>115</sup> o segundo grupo. Assim, ao explicar sua existência, o *Conservador* não desmerece o trabalho dos demais jornais ministeriais, mas identifica a necessidade de uma defesa maior, porque os jornais oposicionistas já existiam há

<sup>111</sup> *Ibidem*, 19 de março de 1844, n.5, p.1.

<sup>112</sup> *Ibidem*, 19 de março de 1844, n.5, p.3-4.

<sup>113</sup> Apesar do nome, a folha apoia o ministério.

<sup>114</sup> *O Pharol Constitucional*

<sup>115</sup> *Sentinella da Monarchia*

um tempo, enquanto os jornais ministeriais eram pequenos. E os jornais ministeriais não tinham tempo sobrando para dedicar-se a publicações das Variedades que interessavam aos seus leitores. Os principais assuntos abordados pelo periódico são o elogio da capacidade do ministério, o papel da imprensa na Corte, a ação dos ministros, a dissolução da Câmara, a questão partidária e a anistia para os revoltosos de 1842.

Outro assunto também relevante no periódico é a relação do Ministério com a Câmara. Ilmar Mattos<sup>116</sup>, quando analisa o ministério liberal de 1844, mostra que os grandes obstáculos para o êxito do ministério foi a falta de apoio na Câmara. A matéria “A dissolução da Câmara”, presente no terceiro número do *Conservador*, está atenta a essa relação. A matéria se inicia com a legitimação e valorização do Poder Moderador, mostrando que em situação de crise na Monarquia, o Imperador estaria pronto a se servir dos seus poderes. Na escrita da folha, percebemos a exaltação do poder do Imperador.

O *Conservador* acredita que a dissolução da Câmara é perigosa, mas não podia ser evitada desde que as circunstâncias do país a exigissem. O periódico alega que a Câmara não vota a favor do Gabinete e que isso poderia ressuscitar o gabinete anterior. O *Conservador* pede ao Monarca que salve o Império e dissolva a Câmara.

“...O actual gabinete, cuja missão é regenerar o paiz, necessita de recursos vitaes, que tem de ser votados pela camara; este lhe negará pão e água; e continuará a negar até que as pastas sejam ocupadas pelos seus patronos; e então, ainda mesmo com a moralidade do actual governo a nação consiga votar livremente na urna eleitoral para uma camara digna do Império, o que poderá ella fazer estando já a oligarchia com o poder nas mãos? Bom será que só seja ella novamente dissolvida ainda antes da sua instalação, porque, se houverem batonetes suficientes, para um ministerio tal, o recrutamento dos representantes da nação porque para o exercito, será facto inteiramente indifferente á vista do que elle já tem practicado: assentar-se praça n’um deputado é menos do que açoutar-se um cidadão n’um praça publica, cidadão de mais á mais condecorado com uma patente Imperial!!!

Á vista do que restará a menor duvida, que a camara deve ser dissolvida? Não certamente: a camara temporaria esta em contradicção, nao com o gabinete guerreando pela oligarchia, mas sim com a Corôa Imperial, com a nação: está em contradicção com a razão, com o bom senso, e com tudo quanto ha de mais sagrado, porque ella é filha do crime propriamente dito, della não ha que esperar senão males e tormentos para o Brasil.”<sup>117</sup>

A folha ministerial mostra que a dissolução é perigosa, e que cabe ao Imperador usar do seu poder para fazê-la. Assim o Imperador, enquanto defensor dos direitos da Nação, deveria resguardar a Câmara dos oligarcas/conservadores. Para o jornal, o país corria o risco de uma revolução, pois os cidadãos não aceitariam o retorno do último ministério.

Para o *Conservador*, a dissolução da Câmara anterior é o que acarretara a necessidade de uma nova dissolução. A Câmara que tinha sido dissolvida anteriormente representava a

<sup>116</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo...* p. 160.

<sup>117</sup> *Conservador*, 23 de abril de 1844, n.3, p.2.

felicidade do cidadão<sup>118</sup>. Enquanto a Câmara atual seria uma continuação da “maldade” e do domínio oligárquico representado pelo Ministério anterior.

Segundo o *Conservador*, a Câmara não vota em favor dos deputados, negando assim os meios de governabilidade ao novo ministério. Desse modo, o periódico defendia uma nova eleição na tentativa de se formar uma câmara que apoiasse o gabinete e que o desvinculasse das características do ministério anterior, conservador.

Publicado no ano seguinte, de março a junho de 1845, e com uma nova câmara já tendo assumido os assentos, *A Tribuna* mostra uma relação muito mais amistosa entre o ministério e a câmara; cenário diferente do relatado pelas folhas liberais no ano anterior.

Essa visão que *A Tribuna* tem de que não há divergência entre Ministério e Câmara se refere a uma nova legislatura, a de 1845; enquanto que as outras folhas estavam se referindo à legislatura anterior de maioria conservadora. A legislatura de 1845 é a legislatura que assume após novas eleições e pôde contar com nomes conhecidos da rebelião de 1842; fato que só foi possível graças à anistia concedida aos rebeldes pelo Imperador<sup>119</sup>.

*A Tribuna*, folha que também apoia o novo ministério liberal e surge para defender o governo contra os ataques da oposição, engloba Ministério e Câmara, não enxergando mais esses dois grupos como peças antagônicas.

[...] A Tribuna dedica-se portanto a fazer conhecidos os trabalhos do parlamento, emitindo sobre eles sua opinião e fazendo apparecer, em toda a sua pureza, e com toda a verdade, as feições características da actual legislatura. E como a imprensa opposicionista desvella-se por desacreditar a camara dos deputados, e o governo que nela encontra tão franco apoio, a Tribuna não se descuidará de refurtar as accusações dessa imprensa, para que o paiz possa julgar seos representantes, e avaliar a conduta do governo com exacto conhecimento dos fatos e princípios que devem basear seos juízo. [...] <sup>120</sup>

Ao analisar a Câmara dos Deputados a respeito da discussão sobre o projeto de lei eleitoral, *A Tribuna* comenta que a discussão estava se processando franca e livremente. O jornal analisa, além dessa discussão, o debate de outros projetos na Câmara, mostrando sempre o empenho dos deputados para o melhor funcionamento do governo.

Ao tentar desmentir o “boato” divulgado pelo periódico *o Brasil*, de possível demissão do Gabinete ministerial, *A Tribuna*, na matéria “Estabilidade do Gabinete”, mostra que o Ministério tem um forte vínculo com a Câmara, ao contrário da relação de barganha mencionada anteriormente.

[...] Pode-se há suppor que a camara dos deputados deixe de apoiar o actual

<sup>118</sup> Sobre a composição da câmara de deputados ver Javari, Barão de 1962 *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

<sup>119</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit. p. 328-330.

<sup>120</sup> *A Tribuna*, 10 de março de 1845, n.1, p.1.

gabinete? Não, pois esse apoio da camara é desinteressado e generoso; e não poderia ser negado senão em presença de actos taes do ministerio, que os interesses do paiz e o proprio pudor da Coroa exigissem um manifestação hostil. [...]  
 [...] Não, os laços que unem o ministério á maioria da camara são mui fortes e mui limpos: não são pequenos caprichos, condemnaveis interesses que hão de causar a desharmonia; e desde que se excluem estes dois estímulos, ella rara vez poderá apparecer. [...]<sup>121</sup>

Ainda nesta matéria, a folha comenta sobre a possibilidade da dissolução da Câmara. Para *A Tribuna*, não há necessidade de uma dissolução, porque a Câmara apoia o ministério. Todavia, ela encara a dissolução como um ato de fidelidade do Monarca, que ao convocar uma nova eleição estaria chamando o povo a governar com ele.

É interessante perceber que se *A Tribuna* mostra uma relação bem mais amistosa entre o Gabinete e Câmara da que foi observada na análise dos periódicos anteriores, ela não descarta a presença da oposição na Câmara, através dos seus longos discursos, como tentativa de atrapalhar as ações do governo.

Diferentemente dos outros periódicos, *A Tribuna* já enxerga feitos do gabinete de 2 de fevereiro. Assim, o projeto de lei de eleições; a votação do orçamento da Marinha; o orçamento da pasta da Fazenda, discutidos pela Câmara, são vistos como méritos do Ministério.

Outro aspecto que chama bastante atenção é como esses periódicos identificam o ministério em relação aos partidos. A identificação desse gabinete como liberal ou não, pode refletir diretamente no julgamento do periódico em relação ao ministério e sua relação de apoio, desconfiança ou oposição declarada.

O jornal *Conservador* não identifica o Ministério nem com uma representação do Partido Conservador nem do Partido Liberal. Num diálogo com as folhas de oposição, que acusam o ministério de não ter apoio político de nenhum partido, o periódico ministerialista defende que o fato de o ministério não estar ligado a nenhum partido seria um ponto positivo.

Ao rebater a crítica do *Brasil*, que diz que o ministério não vai durar, pois não tem apoio, o *Conservador* questiona se o ministério poderia criar um novo partido, ou se ele seria obrigado a estar vinculado ao Partido Conservador ou ao Santo Luzia.

[...] N'esse mesmo n.º. do Brasil diz o contemporaneo que o ministério não pode ter longa duração porque falta-lhe o apoio d'um partido; e que, sendo-lhe impossível a criação d'um terceiro partido, o poder só pode estar nas mãos dos Santa Luzia, ou nas do partido da ordem, segundo as condições do systema que vos rege! Combine-se isto com o que contemporâneo tem escripto constantemente acerca do partido, a que se chama Santa Luzia,! e a conclusão será que o paiz so pode ser governado pela sua gente. Nem um governo existe sem um appoio, o actual não poderá organizar um terceiro partido, que o appoie; não pode também conseguir o appoio franco e

<sup>121</sup> *Ibidem*, 14 de março de 1845, n.3, p.4.

decidido do partido Santa Luzia [...] <sup>122</sup>

O *Conservador* apresenta esse Gabinete Ministerial como um gabinete moderado voltado para a conciliação. Na matéria “A anistia”, ao comparar o ministério atual com o regresso, considera o atual como moderado, e diz que o ministério defende a conciliação. O *Conservador*, diz que o ministério anterior não tomou atitudes moderadas por medo de ser visto como fraco. Assim, a folha ministerial reconhece, já em 1844, uma tentativa de conciliação partidária que, como sabemos, será alcançada num momento posterior:

Por este lado o actual governo, conhecendo bem o estado do paiz e a marcha dos acontecimentos, procedeu com um tino administrativo superior a todo o elogio, e dahi tirou todo o elemento da sua força, comprehendeu a altura de sua missão, a de chamar todos os partidos a uma mutua intelligencia, e a de pôr um cravo á roda das reações pessoais. Hoje pode ele contar com o apoio de todos os homens de bem qualquer lado politico, assim continue na carreira da moderação tão gloriosamente começada, como de coração desejamos” <sup>123</sup>.

O *Filho da Joanna* constata que o Brasil está dividido em dois partidos e que essa divisão não acontece por uma questão de ideias políticas <sup>124</sup>. Levados por interesses pessoais, os homens da política trocavam de grupos partidários de acordo com suas necessidades e não por convicções.

[...] Da guerra eleitoral, nasceo a divisão dos Brasileiros em dous partidos, e elles so forão tornando tanto mais irreconciliáveis, quanto mais rehunida era a campanha, cada um dos partidos arvorou uma bandeira politica para se destinguir, para que fosse atribuída á antagonismo de oponiões politicas, a inimidade he emergente do encontro de interesses pessoaes, dos choques de amor proprio. Entre nós ainda não há, e nem pode haver convicções profundas acerca dos principios; ainda os principios não podem enxergar o sacrificio das vontades, e de interesses; a repentina passagem frenquentemente se faz um partido para outro; a pouca importancia que se dá á essas mudanças prova concludentemente que, entre nós, os principios nada valem, os interesses valem tudo. [...]

A folha, na Seção *Ordeiros e Anarquistas*, se refere aos membros dos partidos, adjetivando-os segundo essas orientações. <sup>125</sup>. Para o *Filho da Joanna* assim que chegaram ao ministério, os *anarquistas* foram recebidos com guerra declarada por parte dos *ordeiros*, e questiona então quem seria os *ordeiros* e quem seriam os *anarquistas*. É interessante observar que há uma inversão de posições nessa seção. A oposição, que era vista como anárquica, agora se encontra no poder e assume a posição de ordem.

Como exemplo extremo dessa rixa entre liberais e conservadores, a folha noticia a morte do senador José Bento <sup>126</sup>, com grande indignação. Liberal, foi assassinado e a polícia não conseguiu esclarecer as devidas causas de sua morte. No arquivamento do inquérito, em 1850,

<sup>122</sup> *Conservador*, 16 de abril de 1844, n.2, p.1.

<sup>123</sup> *Ibidem*, 16 de abril de 1844, n.2, p.4.

<sup>124</sup> *Filho da Joanna*, 06 de março de 1844, n.5, p.1-2.

<sup>125</sup> Os ordeiros e os anarchistas, *Filho da Joanna*, 06 de março de 1844, n.3, p.4.

<sup>126</sup> Padre José Bento Leite Ferreira de Melo – um dos membros ícones do Partido Liberal foi senador do Império.

a polícia explica a tragédia de sua morte por motivações particulares, rixas entre a vizinhança. Todavia, o *Filho da Joanna* acusa os conservadores de estarem ligados à sua morte<sup>127</sup>. A folha ainda se revolta com o fato dos conservadores acusarem os próprios correligionários de José Bento pela autoria de sua morte.

Mesmo com esse clima hostil entre os partidos, é possível perceber, através das publicações do período, uma tentativa de aproximação por parte do ministério. Na sua segunda edição<sup>128</sup>, o *Filho da Joanna* diz que o ministério tem chances de sobreviver por estar exercendo uma política conciliadora já na sua formação e que os seus ministros eram homens sem o mesmo ódio do gabinete anterior e não estariam motivados por paixões particulares.

Ao rebater uma acusação feita pela *Sentinella da Monarchia*, o *Filho da Joanna* mostra um cenário de política conciliatória, onde estariam diminuídas as rivalidades<sup>129</sup>.

Diferentemente de outros periódicos, *A Tribuna* identifica claramente a posição do ministério como pertencente ao Partido Liberal. Nessa análise, são utilizados termos ligados à ordem e à desordem para referir-se aos partidos. Na sua edição de número 3, *A Tribuna* analisa o discurso do senador conservador Rodrigues Torres que, ao falar dos partidos políticos, emprega claramente essa distinção:

[...] No discurso do nobre senador a que nos referimos, pretende elle fazer acreditar que o paiz esta dividido em dois partidos bem extremados; um o a que S. Ex. pertence, e de cujo tem sahido os ministerios de seu credo político, denominnou - ordeiro-; deixou o outro sem nome, mas formando contraste com o primeiro, será no sentir do orador - desordeiro. Estigmatizar assim a maior parte do povo brasileiro, é, além de odioso, de uma injustiça clamorosa: ainda aqui o Sr. senador deixou a sua asserção sem provas; mas onde os acharia elle?...[...]<sup>130</sup>

Ainda na mesma matéria, *A Tribuna* associa a “ordem” do partido da oposição como uma ordem firmada no terror e na opressão, enquanto o ministério “liberal”, pelas suas atitudes, já estaria aplicando um projeto de ordem, conquistada pela justiça e pela moderação<sup>131</sup>.

*A Tribuna* ainda emprega outras denominações para se referir aos partidos. Chama os conservadores de regressistas e os liberais de constitucionalistas, referindo-se ao Partido Liberal como partido constitucional. Sobre a nomenclatura *Santa Luzia*, *A Tribuna* propõe uma explicação:

[...] Passando ao epitheto Santa Luzia, que o Sr. Rocha<sup>132</sup> liberalisa ao Sr. João Paulo, convém fazer uma distinção. Se o Sr. Rocha somente denomina Santas Luzias as pessoas que entrarão nos movimentos que em 1842 tiverão lugar nas provincias de Minas e S. Paulo, e pretende perfido e vilmente insinuar que o Sr. José Paulo foi

<sup>127</sup> *Filho da Joanna*, 08 de março de 1844, n.4, p.2

<sup>128</sup> 5 de março de 1844

<sup>129</sup> *Filho da Joanna*, 22 de março de 1844, n.6, p.3.

<sup>130</sup> *A Tribuna*, 17 de março de 1845, n.3, p.1.

<sup>131</sup> *Ibidem*, 17 de março de 1845, n.3, p.3.

<sup>132</sup> José Justiniano da Rocha

uma d'ellas, há que soffrer que se lhe responde- mente inpudentissimamente- é um detestavel calumniador. – Se porém o Sr. Rocha denomina Santa-Luzias a todos os Brasileiros que detestão seus principios de reorganização, isto é, de amar do ganho e da guisa, então o Sr. João Paulo se dá por muito honrado em se appellido Santa-Luzia, que é synonymo de respeitador dos direitos da nação e da monarchia real e pessoal, tal qual se acha consagrada na constituição politica do estado.[...] <sup>133</sup>

Assim como o *Filho do Joanna*, *A Tribuna* relata assassinatos ligados a desavenças políticas entre liberais e conservadores, denominando essa relação conflituosa de *politica de bacamarte*. Para o *A Tribuna*, o partido da ordem se dizia contrário à violência, mas vinha acirrando os ânimos e as paixões. Além disso, acusava os conservadores de serem responsáveis pela morte do senador José Bento; pelo assassinato do juiz municipal, o doutor Manoel Jacintho Rodrigues, ligando os seus possíveis assassinos a Bernardo Pereira de Vasconcellos. Do mesmo modo, a folha acusa o Partido Conservador pela morte do subdelegado, o capitão Manoel Joaquim de Andrada, na matéria, “Novo assassinato commettido pelo partido ordeiro” <sup>134</sup>na qual descreve o assassinato do capitão, “um homem de boa índole e que não tinha inimigos”.

*A Tribuna* enxerga o momento político vivenciado pelo país como uma nova era, cheia de paz e tranquilidade. Apesar dos ânimos políticos, o Brasil caminhava para dias de felicidade. Ao comentar o fim da Farroupilha, diz que é uma paz duradoura e não passageira, como a vivenciada em momentos anteriores. Diz que estava em vigor a política conciliadora implantada pelo ministério “liberal” com o apoio do Monarca: “*A política da conciliação alliada com a energia deve-se este resultado, que há um anno bem longe estavamos de esperar.*”<sup>135</sup>

A análise dos periódicos nos permite uma reflexão de como esse período de governo, aparentemente dicotômico, é bastante complexo. Na relação com a Câmara, o Gabinete Liberal precisa barganhar não só com os opositores, mas também com os seus aliados. A dissolução da Câmara não é garantia de apoio político. A nomeação para cargos e as demissões são de extrema importância para esse jogo político. É interessante perceber que os periódicos chamam a atenção para a importância desse jogo de relações com a oposição e com os próprios correligionários para que o ministério coloque em prática o seu projeto político.

Dentro desse contexto de luta entre os partidos, chama atenção a tentativa dos periódicos de sempre ligar o ministério “liberal” à postura da ordem e da moderação. Os liberais, enquanto governo, são vistos pelos periódicos ministeriais como a representação da ordem, da

<sup>133</sup> *A Tribuna*, 31 de março de 1845, n.5, p.3

<sup>134</sup> *Ibidem*, 9 de maio de 1845, n.15, p. 2

<sup>135</sup> *Ibidem*, 31 de março de 1845, p.4.

justiça e da conciliação. Enquanto a oposição, denominada “ordeira”, é associada às paixões, à barbárie e à violência.

A leitura dos periódicos nos permite perceber que apesar da definição clara das posições políticas, as trajetórias pessoais dos políticos colocam o ministério ora como liberal, ora como uma terceira via alternativa à dicotômica existente. Esse gabinete que chega ao poder em 1844 é visto como uma tentativa de conciliação no pós-revolução, mas com características de oposição e de negação em relação às práticas do gabinete anterior.

Para os periódicos, o gabinete representa, de fato, a situação liberal. Desse modo, é possível caracterizar o gabinete de 2 de fevereiro como uma alternativa liberal proveniente da união das diferentes facções liberais, visando a conservação dos liberais no poder. Podemos perceber que o ministério é caracterizado sempre como oposição ao partido conservador.

De um modo geral, no que diz respeito ao papel da imprensa na corte no processo de consolidação do estado imperial, podemos inferir que faltava ao ministério de 2 de fevereiro a mesma “disposição” dos conservadores em ocupar certos espaços “de formação da civilização”, no exercício da direção do estado.

A imprensa era um lugar central do debate das pautas políticas e de interesse da “boa sociedade”. Ao que tudo indica, os liberais negligenciaram esse espaço e perderam, com isso, a possibilidade de coordenar, de fato, essas discussões. Faltou, ao grupo liberal no poder, utilizar o espaço da imprensa como um espaço fundamental de exercício da direção política do estado imperial, já que; à exceção das folhas sob a pena de Torres Homem, não existiu nenhuma folha que seguisse a atuação do ministério do início ao fim.

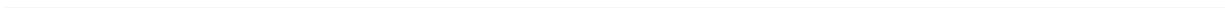
A análise nos mostrou como essa agenda se configurou essencialmente no ano de 1844. O que era esse ministério, o que estava sendo debatido, quais as grandes questões que foram herdadas do gabinete anterior. Podemos perceber como esse novo gabinete se colocava no cenário político e como era visto pela imprensa da época.

O ano de 1845 e o subsequente foram anos em que a agenda política voltou-se para as questões externas e, naturalmente, essas questões também apareceram na imprensa da corte, tanto nas folhas de oposição quanto nas ministerialistas.

O capítulo três abordará o modo como o gabinete de 2 de fevereiro se colocou em relação às questões comerciais, o tráfico de escravo e o endurecimento das relações com a potência britânica. Nesse sentido, a imprensa continua como objeto de pesquisa essencial para entendermos as relações que vão sendo estabelecidas.

O próximo capítulo se preocupa em entender a agenda política ligada ao contrabando assumida pelo ministério e as relações do gabinete com os grandes interessados na

manutenção do tráfico. Além disso, procura-se identificar o posicionamento das folhas “ministerialistas” e de oposição em relação a essa política do gabinete.



### *3. O posicionamento do Gabinete em relação às questões do tráfico*

---

O capítulo busca perceber como o gabinete liberal se posiciona em relação à questão do tráfico de escravos. Esse contexto histórico é ao mesmo tempo o do auge da escravidão no Império Brasileiro, o da ilegalidade do tráfico, o das pressões inglesas anti escravagistas. Para compreender as posições do ministério sobre esse contexto, é importante procurar identificar as relações pessoais e políticas dos seus membros com o tráfico de escravos e com a produção do café na região do Vale do Paraíba;

Visando compreender as ações do gabinete em relação aos problemas do período foi importante a análise dos relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros, do ministro Ernesto Ferreira França e a análise do protesto que representava a opinião da Monarquia brasileira frente ao tratado assinado de modo unilateral pela Inglaterra: “Protesto do Governo Imperial contra o Bill Aberdeen (25 de outubro de 1845)”. O capítulo trata das questões sobre a pressão inglesa, do tráfico e do futuro da escravidão.

Através da análise dos jornais e dos relatórios dos ministros, o capítulo discute a atuação do gabinete liberal de fevereiro de 1844 dentro do processo de consolidação do Império; sua relação com a classe senhorial, e seu posicionamento dentro do processo de direção moral e intelectual saquarema.

Há que se considerar os eventos históricos nos quais os gabinetes estão envolvidos e quais as relações desses políticos com outros dirigentes políticos e a classe senhorial como um todo. Dessa maneira, o objetivo é entender como os gabinetes liberais se posicionam dentro desse contexto de direção moral e intelectual conservadora. Para isso, é importante identificar os posicionamentos dos gabinetes em relação aos problemas vivenciados no Império.

O primeiro gabinete ministerial do quinquênio liberal no poder atuou num período envolvido por discussões acerca do futuro do tráfico de escravos e da escravidão. O modo como o gabinete age diante desses eventos nos mostra a sua postura política e como ele está ligado aos interesses da classe senhorial e às posturas conservadoras em defesa dos proprietários e traficante de escravos.

Ilmar Mattos mostra que no decorrer das discussões sobre o futuro do tráfico, diante a pressão inglesa, Luzias e Saquaremas trocaram acusações de falta de habilidade para lidar com as pressões estrangeiras inglesas. E acusavam-se entre si de ligação com comércio de escravos.

Nesse ambiente em que o tráfico de escravos vai sofrendo ameaças e perdendo o prestígio, chama atenção a necessidade dos partidos de se desvincularem do comércio ilegal e

darem destaque ao assunto como uma questão de soberania nacional<sup>136</sup>. Por isso, segundo Oliveira Viana, liberais e conservadores teriam assumido posturas semelhantes.

Mesmo com a pressão inglesa, o tráfico estava no auge no período do quinquênio. Aprovado pelo parlamento inglês em 8 de agosto de 1845, o Bill Aberdeen que declarava lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico foi encarado como uma afronta à soberania nacional.

Apesar das tentativas do gabinete de 2 de fevereiro em dialogar com a Inglaterra, o tráfico prosseguiu mais intenso ainda<sup>137</sup>. A escolha do gabinete liberal de 2 de fevereiro aparece como uma opção não intervencionista na questão do tráfico<sup>138</sup>. Todavia, o que percebemos é uma sucessão de impasses com a Inglaterra caminhando até a aprovação do Bill Aberdeen.

Sobre o posicionamento dos partidos em relação ao fim do tráfico de negros e ao futuro da escravidão, a análise de alguns pesquisadores é bastante esclarecedora. Jaime Rodrigues<sup>139</sup>, sem ignorar a força da pressão inglesa, mostra como o Estado Imperial estava preocupado em tomar as rédeas sobre o futuro do tráfico. Segundo o autor, os dois partidos contavam na sua composição com proprietários de terra que defendiam a permanência do tráfico; e que no governo, saquaremas e liberais trataram da extinção do tráfico como um problema de relações exteriores.

Ao abordar essa questão, Jaime Rodrigues destaca que o partido não propôs nenhuma mudança que alterasse radicalmente o contexto social e fundiário. Ele destaca que o gabinete de 2 de fevereiro tinha como tarefa fundamental redigir um novo tratado antitráfico; e como moeda de barganha exigiu da Inglaterra tratamento preferencial aos produtos brasileiros. Entretanto, a pressão exercida pela Inglaterra fez com que a ameaça à Nação ganhasse mais destaque que a preocupação com o futuro da mão de obra negra. Essa recusa por parte do Brasil em assinar um novo tratado de acordo com os interesses ingleses, por vê-lo como uma afronta à sua soberania, levou ao fim das negociações e à promulgação do Bill Aberdeen pela Inglaterra<sup>140</sup>.

Para Leslie Bethel, a partir de 1841 já se podia perceber uma opinião antibritânica no Brasil. Ainda assim, o governo brasileiro apreensivo em relação à Inglaterra, demonstrou o interesse de introduzir uma legislação mais rigorosa para o fim do tráfico (mas uma legislação própria). Todavia a Inglaterra, já impaciente, optara por reprimir o tráfico ao invés de insistir

---

<sup>136</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo...*, p. 234-235.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 144.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 195-196

<sup>139</sup> RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2000

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 97; 108-115.

nas negociações<sup>141</sup>. Segundo o autor, os gabinetes do quinquênio liberal não eram suficientemente fortes para colocar em prática as medidas impopulares contra tráfico de escravos:

...e embora houvesse ministros que desejassem ver o fim do tráfico de escravos, havia indubitavelmente um número maior que, como a maioria dos membros do Conselho de Estado, senadores e deputados, era positivamente favorável (e em alguns casos, como fazendeiros e proprietários de escravos, estavam indiretamente envolvidos nele) ou então, atentos à sua importância para a economia brasileira, preferiam deixar as coisas como estavam.<sup>142</sup>

Percebemos que os gabinetes liberais são acusados de adotar uma política bem similar a dos conservadores quando estão no poder. Todavia, vem à tona a preocupação de como essa postura final é moldada. O que leva críticos dos conservadores a adotarem posturas tão próximas a deles? Quando olhamos os posicionamentos do gabinete de 2 de fevereiro percebemos que ainda que não tivessem aparentemente tomado nenhuma iniciativa radical contra o tráfico, o ministério liberal contava no seu interior com ministros assumidamente contrários ao contrabando. Mesmo que o sentimento antibritânico tenha contribuído para essa postura mais favorável ao tráfico, é importante entender como se dá essa relação dos liberais no poder com o favorecimento, de certa maneira, da escravidão.

Ilmar identifica a necessidade de uma política de Estado que desse conta do problema da mãe de obra escrava num contexto de crise do escravismo<sup>143</sup>, pois, a expansão da escravidão se dera justamente pela expansão cafeeira. De modo que a luta para manter o tráfico negreiro durante o seu período de ilegalidade era travada dentro dos mais altos escalões da política imperial.

Segundo Ilmar, os saquaremas - no processo de consolidação imperial - inseriam a questão da escravidão na questão da soberania nacional. Assim, a defesa do tráfico acabou ganhando o viés de defesa da soberania nacional, principalmente no que se refere à pressão da potência internacional em interferir nos direitos brasileiros.

Ora, na ação desenvolvida pelos Saquaremas, a busca de uma restauração nos quadros de uma defensividade ganhou, quase sempre, a formulação de garantia da Soberania. Sem embargo, os Saquaremas não apenas impuseram a questão da soberania nacional e sobrepujaram a questão da escravidão à questão nativista. No momento de consolidação do Estado Imperial, eles articularam a Soberania Nacional à questão da escravidão e, por meio da Coroa, levaram a cabos políticas específicas, estreitamente articuladas entre si, caracterizando a direção e dominação que exerciam.<sup>144</sup>

<sup>141</sup> BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 241-288.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 328.

<sup>143</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. *O Tempo...*, p. 231-263.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 233.

Dada a proibição do tráfico transatlântico por decreto regencial em 07 de novembro de 1831, percebemos uma grande articulação dos cafeicultores do vale cafeeiro para garantir a mão de obra escrava. Tâmis Parron, ao tratar da relação entre o café e a escravidão, coloca a escravidão como interesse nacional; interesse que consegue reunir iniciativas públicas e privadas em defesa do cativo.

Foi nesse cenário improvável que uma reação negreira se articulou e matou a lei de 7 de novembro de 1831, enterrando com ela a liberdade de centenas de milhares de pessoas inocentes. O ponto de partida da reviravolta foi o mercado mundial do café. Prova de que o sistema mundial capitalista internacionaliza fenômenos locais e nacionaliza fenômenos internacionais, a Crise da Nulificação nos Estados Unidos acelerou o engate da economia brasileira na norte-americana, fazendo o Brasil percorrer o mesmo caminho que Cuba havia percorrido trinta anos antes. Teve, assim, peso decisivo no processo de reinvenção do tráfico negreiro e do Estado imperial na década de 1830. Um peso ainda inexplorado na historiografia. O ponto de chegada de todo o processo foi um novo pacto entre a classe senhorial e o Estado brasileiro. Não um contrato desses que se assinam e registram em cartório. Pelo contrário, foi um acordo não escrito em lugar nenhum, cuja eficiência repousou na grande confiança que os atores privados depositaram nas práticas públicas, criando-se um tipo de parceria público-privada que refinou o modelo jurisprudencial de conservação da ordem escravista consagrado em 1824, quando se adotou uma concepção estreita de repertório de constitucionalização no país.<sup>145</sup>

O contrabando negreiro se expande ao contar com o apoio do poder público. Essa aliança entre os cafeicultores do Vale e o alto escalão da burocracia imperial possibilita a reabertura do tráfico ilegal. Ficam os questionamentos: qual o interesse de elite política na lógica escravocrata? Estaria realmente essa elite política separada da classe dos cafeicultores do Vale? Percebemos então, os saquaremas como o grande grupo histórico que se articula e dirige a classe senhorial; mas os liberais, onde se encaixavam nesse contexto histórico? Vale notar que, na década de 40, esse tráfico reaberto continua e a pressão da Inglaterra aumenta; momento em que essa aliança a favor do café continua firme.

A política da escravidão adotada pelo império brasileiro tentou postergar de todas as maneiras o fim do tráfico de escravos, ao passo que a Inglaterra ia endurecendo cada vez mais nas relações diplomáticas com o Brasil. Gilberto Guizelin mostra que essa pressão antiescravista se deu primeiramente em Portugal e depois no Brasil. Em 1842, Portugal assinou um tratado que privilegiava os interesses ingleses conseguindo revogar o Bill Pallmerston (1834)<sup>146</sup>. Segundo o autor, na década de 30 Portugal e Brasil apresentam forte resistência à intervenção da Inglaterra na questão do tráfico de escravos. Todavia com a

<sup>145</sup> PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p.315.

<sup>146</sup> GUIZELIN, Gilberto da Silva. *A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos*. in: Almanack. Guarulhos, n. 05 (1º semestre de 2013), S. 123-144.

assinatura do acordo com Portugal em 1842, as atenções se voltam, então para o Brasil. Portugal sai de cena; e a Inglaterra endurece com o Brasil.

A década de 1840 representou um momento ímpar na campanha internacional pela supressão da comercialização de escravos africanos através do Atlântico. Isto porque, se até pouco tempo o abolicionismo podia ser descrito como um esforço diplomático e militar exclusivamente britânico, uma vez iniciado aquele novo decênio do Oitocentos, este se tornou uma investida intrinsecamente compartilhada por outras potências políticas marítimas do Mundo Atlântico. A emergência deste novo contexto atlântico resultou num impacto profundo sobre as redes sociais, políticas e mercantis ligadas pelo comércio de almas. Sobretudo, para as duas grandes nações escravistas ainda remanescentes: a portuguesa e a brasileira.<sup>147</sup>

Em 1841, durante o gabinete maiorista, é notório o espaço que a Inglaterra consegue para tentar frear o contrabando. Segundo Alain El Youssef, os Liberais teriam recorrido à maioria do D. Pedro para barrar a reabertura do tráfico na realização do programa regressista.<sup>148</sup> De forma que no período em que os liberais estão no poder, há uma queda no número de africanos traficados<sup>149</sup> e um aumento no número de apreensões das embarcações.

No momento da situação maiorista, Antonio Carlos Andrada, chefe do gabinete, é percebido pela oposição como aliado dos interesses ingleses de repressão ao tráfico. Ao tratar da postura do ministro, *O Brasil* o aproxima dos interesses da Grã-Bretanha em detrimento dos anseios e das necessidades dos cafeicultores do Vale do Paraíba, logo do Império Brasileiro.

No poder, no período pós-gabinete Maiorista, os conservadores viabilizaram a garantia do tráfico de escravos. De volta ao poder, eles fizeram várias investidas nos sentido de garantir o tráfico negreiro e de expandir a plantação de café.

Ora, este feixe de relações talvez nos permita concluir que os saquaremas não se limitaram, estando no governo do Estado, à repressão dos movimentos liberais de 1842. Enquanto foi possível, buscaram garantir os privilégios dos antigos monopolizadores do tráfico negreiro; recorrendo a meios diversos, incentivaram os plantadores escravistas ligados à expansão cafeeira; por meio de várias medidas, incentivaram a expansão dos negócios de “comerciantes e capitalistas”.<sup>150</sup>

No gabinete conservador de 1843, formado pelos grandes chefes do Partido<sup>151</sup>, o tráfico voltou ao vigor de antes, recuperando os braços escravos que haviam perdido no Ministério Maiorista. Em 1843, os cafeicultores votam a sentir o apoio do governo na sua luta contra a

<sup>147</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>148</sup> YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Capítulo 5.

<sup>149</sup> Sobre os dados do tráfico negreiro, ver <http://www.slavevoyages.org>.

<sup>150</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. *O Tempo...*, p. 180.

<sup>151</sup> Honório Hermeto Carneiro Leão, Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza.

política pelo fim do tráfico. Segundo Gilberto Guizelin, os mercadores brasileiros, respaldados pelo governo imperial, postergaram o fim do tráfico atlântico para o Brasil:<sup>152</sup>

[..] O Brasil, por sua vez apegou-se na fragilidade de suas instituições político-estatais e, na “corrupção dos costumes” do povo brasileiro para adiar ao máximo uma condenação mais expressiva daquele que era o ramo comercial mais bem visto, aceito e compartilhado por sua sociedade. Em posse destes argumentos, os negociadores portugueses e brasileiros conseguiram impor aos negociadores britânicos um ritmo lento e arrastados às negociações, levando o governo britânico ao esgotamento de todas as vias diplomáticas antes de optar unilateralmente pela via militar para sobrepor os seus interesses abolicionistas aos interesses escravagistas de portugueses e brasileiros.

Ao chegar ao ministério em 1844, o gabinete liberal herda discussões ainda não concluídas sobre a renovação dos tratados comerciais e do contrabando de africanos. Num contexto de aumento progressivo na produção de café, o contrabando já tinha sido retomado e os olhos da classe senhorial estavam voltados para as discussões com a Inglaterra acerca do futuro do tráfico.

Como já comentado, em 1844, a Inglaterra já tinha resolvido suas pendências com Portugal sobre o tráfico o que possibilitou que o foco se voltasse essencialmente para os tratados brasileiros, de forma que essa pressão inglesa se fizesse sentir muito mais. A maior pressão da Inglaterra para acabar com o tráfico transformou a questão do contrabando numa questão de soberania nacional.

No “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 14 de maio de 1844”, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, o ministro e secretário de estado Ernesto Ferreira França comenta a respeito das comissões mistas e denuncia detenções dentro dos portos brasileiros e os abusos cometidos por parte do lado britânico que justificava sua ação alegando que as embarcações estavam transportando “artigos de suspeita”.

Nos relatórios que produz, o ministro denuncia o modo como as embarcações são aprisionadas sem um critério legítimo; uma simples suspeita dando respaldo ao governo britânico para deter os navios. Para Ernesto, essas detenções baseadas em conjecturas era uma prática de violação da soberania brasileira.

Nas penas do *O Novo Tempo*, percebemos a defesa do ministério em relação às acusações da oposição de que estaria a favor dos interesses da Inglaterra. A folha, apesar de estar sempre negando essas acusações desde seu primeiro número, também faz uso das suas penas para cobrar/sugerir que o ministério defenda os sentimentos nacionais.

As relações estabelecidas com a Inglaterra não demandam atenção apenas pela questão do tráfico de africanos; as discussões também estavam relacionadas aos tribunais comerciais das

---

<sup>152</sup> GUIZELIN, Gilberto da Silva. *A abolição...*, p.126.

importações. O gabinete de 02 de fevereiro é herdeiro das discussões sobre os tratados com a Inglaterra relacionados ao contrabando e às questões comerciais.

Os liberais aprovaram as tarifas alfandegárias que ficaram conhecidas como Tarifa Alves Branco. Essas taxas sobre as importações foram aprovadas em 12 de agosto de 1844 e passaram a vigorar em 11 de novembro do mesmo ano. As taxas acabavam com os privilégios comerciais concedidos à Inglaterra desde 1808.

As novas tarifas aumentaram as taxas de importação. As taxas passavam agora de 15% até 60% sob o valor dos produtos, embora a maioria dos produtos tenha ficado com as taxas em torno de 30%. Os produtos que obtiveram a maior taxa foram o rapé, tabaco em pó, charutos, cigarros, fumo de rolo ou em folha.

A saber, seus artigos<sup>153</sup>:

Art. 20. O governo fica autorizado a impor nos generos do qualquer Nação estrangeira, que em seus portos carregar mercadorias brasileiras de maiores direitos, do que as de igual natureza de outra qualquer Nação, hum direito differencial, que contrabalance o máo effeito da desigualdade, ou quem obrigue a abollil-a, ruas esses direito cessará logo que cesse a mesma igualdade.

Art. 21. Hum direito differencial será arrecadado nas Alfandegas do Brasil dos generos daquellas Nações que cobrarem sobre quaesquer generos importados em seus portos em Navios brasileiros, maiores direitos de consumo do que sobre os importados em seus proprios Navios, procedendo-se acerca delles da mesma maneira os do Artigo atecedente.

As negociações sobre os tratados expirados com a Inglaterra foram pensados de modo unilateral. Sendo assim, o Brasil apenas aprovou a nova tarifa e se limitou a informar aos ingleses que o tratado de 1826 estava expirado, cancelando as comissões mistas e o direito inglês de patrulhar navios brasileiros<sup>154</sup>.

No final de agosto, *O Novo Tempo* comenta na seção “A verdade é a mentira muita vezes repetida” a nova pauta da Alfândega. Ele rebate as críticas do *O Brasil* e da *Sentinella* que acusara o ministério de entregar o Brasil para os interesses ingleses e, de já ter assinado um acordo que garantiria para a Inglaterra o fim do tráfico de escravo acabando com a lavoura do Brasil.

Segundo *O Novo Tempo*, o ministério estaria, sim, preocupado com os interesses brasileiros e as tarifas do Alves Branco seriam uma resposta ao intervencionismo da Inglaterra nas questões comerciais brasileiras que havia sobretaxado com direitos diferenciados o açúcar produzido por braços escravos, com o intuito de acabar com a escravidão<sup>155</sup>.

<sup>153</sup> Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-376-12-agosto-1844-560768-publicacaooriginal-83952-pe.html>

<sup>154</sup> YOUSSEF, Alain El. Op. Cit., p. 237-238.

<sup>155</sup> *O Novo Tempo*, 29 de agosto de 1844, n.50, p.1

[...] O ministro ingles Peel, a pretexto de acabar com a escravidão, carregou os assucares de produção escrava com grandes direitos diferenciais, o nosso ministro da fazenda, o Sr. Manoel Alves Branco, respondeu-lhe: Pois bem! Srs. do ministerio inglez, vossas mercadorias pagarão em nossos portos tanto ou mais do que pagão os nossos generos, ou então carregaremos também os vossos [...]

Ainda no final do ano de 1844, preocupado em estabelecer alguma negociação com os britânicos que não ferisse sua soberania e garantisse os interesses da agricultura brasileira, o governo imperial nomeou ministro plenipotenciário por parte do Brasil para discutir os tratados comerciais para Inglaterra, Paula Sousa.

O ano de 1845 foi um ano ainda mais difícil para o Brasil no que diz respeito às suas relações diplomáticas com a Inglaterra. A resposta às novas tarifas de Alves Branco, logo vieram e se fizeram sentir pela maior pressão e fiscalização inglesa nos mares. No Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1º sessão de 6ª legislatura, de 13 de janeiro de 1845, Ernesto Ferreira França reclama do fato de Inglaterra continuar prendendo embarcações brasileiras. Além disso, acusa a Inglaterra de não respeitar os tratados feitos com o Brasil, uma vez que estando vencidos os últimos tratados, as detenções das embarcações brasileiras pela Inglaterra não eram mais legítimas.

É se de lastimar que ainda subsista a prática de se deter no alto mar um navio pela simples suspeita de que se emprega no tráfico de Africanos, e que os conduzão para os Vice-Almirantados de Demerara e Cabo da Boa Esperança, quando os deveriam submeter às Comissões Mixtas.

É clara a incompetência desses Tribunaes para julgarem taes presas, e manifesta a infração das convenções existentes entre o Império e a Grão Bretanha, contra a qual tem também protestado energicamente, e nunca cessará de reclamar, o Governo Imperial, até que se adoptem medidas totalmente consentaneas á boa fé dos Tratados.<sup>156</sup>

O ministro ainda comenta o envio do plenipotenciário Hamilton Hamilton para negociar um Tratado de Amizade, Commercio e Navegação com o Brasil. Ele diz que após consultar o Conselho de Estado, o Governo Imperial aceitou negociar e nomeou como negociador Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o conselheiro de Estado, o conservador Miguel Calmon du Pin e Almeida, visconde e futuro marquês de Abrantes.

No Relatório, Ferreira França relata o caso das embarcações aprisionadas e mostra como essas ações são consideradas um ataque à soberania do Império Brasileiro. Em seu segundo Relatório, produzido no mesmo ano (em maio), o ministro fornece informações a respeito do Corpo Diplomático e Consular brasileiro e comenta a respeito dos tratados antitráfico. Ao

---

<sup>156</sup> Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa (na 1ª sessão da 6ª legislatura), a 13 de janeiro de 1845, pelo respectivo Ministro e Secretario d' Estado Ernesto Ferreira França.

relatar o desembarque de alguns marinheiros ingleses armados na Ilha de Santa Anna, Ferreira França, denuncia a violação do território brasileiro por parte dos ingleses.

Já na sua segunda edição, em março de 1845, a folha *A Tribuna* sai em defesa do ministério em relação aos tratados. Acusado pela oposição de estar negociando um tratado que não favorecia o Brasil, a folha sai em sua defesa afirmando que o ministério jamais se sujeitaria aos desejos da Inglaterra<sup>157</sup> em detrimento dos interesses da nação.

Principal folha conservadora, *O Brasil* não deixaria de abordar na sua folha a ostensiva pressão britânica. Na edição de número 645, *O Brasil* denuncia a situação que enfrentavam os comerciantes em Serra Leoa. A folha denuncia o atentado britânico contra o comércio e a negligência por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros.

Segundo a folha oposicionista, o ministro Ernesto Ferreira França devia voltar a sua atenção para a situação dos comerciantes brasileiros “largados” em territórios distantes frente a outros idiomas, sozinhos, sem condições reais de defesa<sup>158</sup>.

*O Brasil* denuncia ainda o comissário em Serra Leoa que não permanecia nesse local, fixando a sua residência em Londres, deixando os brasileiros envolvidos no comércio ilegal de escravos sob um julgamento hostil e sem apoio jurídico. Percebemos nas páginas do *O Brasil* que o tráfico ilegal é assumido como uma prática costumeira. Nesse sentido, os envolvidos, quando capturados, tinham o direito ao apoio do ministério que devia garantir a defesa deles com apoio da representação brasileira em Serra Leoa.

*O Brasil* ressalta que essa postura hostil e intransigente da Inglaterra não era nova, já que a potência tinha por hábito não ceder nunca em relação aos seus interesses. Entretanto, lembra que nas ocasiões em que o império teve um ministro dos Negócios Estrangeiros “firme”, a Inglaterra retrocedeu em algumas questões referentes aos tratados.

Segundo *O Brasil*, quando Paulino Soares esteve no comando da pasta dos negócios estrangeiros, ele atuou de maneira firme e colocou o Império no centro das discussões internacionais, conseguindo concessões até mesmo da potência britânica. *O Brasil* cobra “trabalho firme” do ministro Ernesto Ferreira França, pois a Inglaterra se mostrava cada vez mais intransigente; “essa potência se mostra mais despotica e insolente do que nunca o foi Roma com os povos que conquistara...”<sup>159</sup>

Ao comentar a fala do deputado Antonio Carlos Andrada que caracteriza o grupo liberal como “partido Nacional”, *O Brasil* diz que nesse quesito o grupo conservador nunca poderia

<sup>157</sup> *A Tribuna*, 14 de março de 1845, n.2, p.3-4.

<sup>158</sup> *O Brasil*, 04 de março de 1845, n. 645, p.3.

<sup>159</sup> *O Brasil*, 08 de março de 1845, n. 647, p. 1.

ser identificado como “partido estrangeiro”, pois eles não tinham na sua história nenhuma postura favorável aos interesses estrangeiros em detrimento dos interesses nacionais. A folha ainda critica a “filantropia” do deputado liberal que teria dado instruções ao ministro inglês sobre os meios mais eficazes para se acabar com o tráfico de africanos.<sup>160</sup>

Para *O Brasil*, com o vencimento dos tratados, a Inglaterra perdia o direito de visita. A Inglaterra tinha consciência disso e não tinha feito nenhum esforço para negociar a continuação dos tratados, pois não estava disposta a cumprir a lei. A única regra que a potência internacional estava disposta a cumprir era a da sua própria vontade.

E não se illuda o ministério: a Inglaterra tão de animo deliberado está a não attender ao direito que, - fazendo ella os mais aturados esforços para fazer admittir como principio de direito internacional pelas grandes potencias o da visita para cohibir o tráfico, e sabendo que a sua estipulação a esse respeito comnosco estava findar, - não fez o menor esforço, nem tratou de negociar a sua continuação; tanto é certo que quer seja estipulada a visita, que não, continuará ella a fazer ao nosso commercio exterior ao violência que até agora tem feito [...] <sup>161</sup>

A folha adverte o ministério sobre as más intenções dos ingleses que já vinham usando da violência nas visitas às embarcações brasileiras, sendo a apreensão dos navios consequência dessas visitas. A Inglaterra estava tentando mantê-las sem ter o direito de fazê-las dado que ela não havia feito esforço para negociar a legalidade da continuação das visitas.

Para *O Brasil*, faltava ao ministério mostrar eficácia na garantia dos direitos brasileiros. O ministério precisava demonstrar à Inglaterra o quanto estava disposto a sustentar os seus direitos, após o vencimento dos tratados. O ministério tinha que fazer valer o direito brasileiro mostrando a sua força e a sua vontade de garanti-lo.

Vale ressaltar que o contrabando se torna uma “questão da soberania nacional”, nesse exato momento em que se intensifica a pressão inglesa sobre a prática de tráfico ilícito. Nesse contexto, mesmo os brasileiros contrários à continuidade do tráfico começam a criticar a violência e a inflexibilidade da Inglaterra, passando a encarar o problema como uma questão do direito na nação brasileira de fiscalizar e julgar a si própria.

Em agosto de 1845, após intensificar a pressão contra o tráfico ilegal de escravos praticado pelo Império Brasileiro, a Inglaterra consegue aprovar o ato que passa a considerar o contrabando ilegal como pirataria. O Bill Aberdeen dava liberdade à marinha britânica para prender e julgar as embarcações utilizadas para o contrabando dos africanos.

[...] Aberdeen, tomando como base o artigo primeiro do tratado de 1826, propôs ao parlamento britânico a aprovação e uma lei que classificava o tráfico brasileiro de escravos como pirataria, dava autorização à marinha britânica para abordar e apreender as embarcações imperiais que estivessem envolvidas nesse comércio e

<sup>160</sup> *O Brasil*, 15 de março de 1845, n. 650, p. 1.

<sup>161</sup> *O Brasil*, 27 de março de 1845, n. 653, p.2.

permitia que os tribunais marítimos ingleses julgassem-nas. Mesmo que a legislação tenha sofrido forte oposição, os parlamentares britânicos aprovaram-nas após dois meses de discussão. Em agosto de 1845, entrava em vigência o Bill Aberdeen.<sup>162</sup>

O projeto, que levou dois meses para ser aprovado, não o foi sem que o Brasil usasse de todos os meios para barrá-lo. Em 25 de julho de 1845, a legação brasileira em Londres apresentou um protesto contra o Bill que estava em discussão. O protesto denunciava o quanto as relações entre os dois países poderiam ser atingidas. A legação brasileira propunha que as comissões mistas fossem suspensas e ficassem a cargo do Império Brasileiro o combate e o julgamento dos traficantes de escravos. Todavia, como já sinalizado, a legação não conquistou seu objeto e o governo britânico aprovou o ato que regulamentava e abolia o tráfico de africanos.<sup>163</sup>

No projeto contra o Bill, o ministro sugeriu que as comissões mistas continuassem os julgamentos até setembro do mesmo ano, o que foi respeitado pela Inglaterra. Entretanto, os navios acusados de tráfico poderiam ser capturados e julgados pelo tribunal do almirantado e pelos vice-almirantados; o tráfico passara a ser considerado *pirataria*<sup>164</sup>.

4º E decreta-se que será lícito ao alto tribunal do almirantado e a qualquer tribunal de vice-almirantado de S. M. dentro de seus domínios tomar conhecimento e julgar qualquer navio que faça tráfico de escravos africanos em contravenção da dita convenção de 23 de novembro de 1826, e que for detido e capturado por aquele motivo depois do dito dia 13 de março por qualquer pessoa ou pessoas ao serviço de S. M. que para isso tenham ordem ou autorização do lorde grande-almirante ou de um dos secretários de estado de S.M bem como os escravos e cargas nele encontrados, pela mesma maneira e segundo as mesmas regras e regulamentos que contenha qualquer ato do Parlamento ora em vigor, em relação à repressão do tráfico de escravos, feito por navios de propriedade-inglesa, tão inteiramente para todos os intentos e fins como se tais atos fossem de novo decretados neste ato quanto a tais navios e a tal alto tribunal do almirantado ou a tais tribunais de vice almirantado.<sup>165</sup>

Para Rafael Marquese e Tâmis Parron o ato assinado pelo parlamento britânico colocou o Império brasileiro numa situação internacional bastante complicada. A Inglaterra atacava diretamente as relações comerciais brasileiras. Com a assinatura do *Bill*, o Brasil passava a uma situação de isolamento político internacional.

[...] Diante dessa configuração e ciente de que as trocas comerciais – ao contrário do ideário liberal – não prescindiam do Estado, a Grã Bretanha entendeu atacar o

<sup>162</sup> YOUSSEF, Alain El. Op. Cit., p.328.

<sup>163</sup> ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. *Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. p. 147-148.

<sup>164</sup> Sujeição dos navios de bandeira de tráfico de escravos a tribunais da marinha inglesa e ao ataque por navios ingleses – Ato do Parlamento Britânico (8 de agosto 1845). In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto, *Textos Políticos da História do Brasil...* op. cit., 135-138.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p.137.

centro do poder imperial por meio de pressão naval direta – sob a provisões do Bill Aberdeen – e uma política de isolamento internacional.<sup>166</sup>

O ato do Parlamento Britânico causou muita revolta nos políticos do império. Após a informação da sua aprovação ser veiculada na imprensa<sup>167</sup>, o Conselho de Estado se reuniu atendendo a pedido do ministro Limpo de Abreu. Limpo redigiu um protesto contra o Bill Aberdeen, que foi traduzido e enviado não só para a Inglaterra<sup>168</sup>.

No protesto<sup>169</sup>, Limpo de Abreu reclama do desrespeito à soberania brasileira por parte dos britânicos. Ele comenta que no período entre 1832-1842, o governo imperial, sem outra alternativa, teve que recusar as negociações incisivas por parte da Inglaterra para proteger o comércio legal de escravos, dado que as propostas enviadas pelo Brasil em 1841 de conciliar a repressão ao tráfico e os interesses dos brasileiros não foram discutidas pelos ingleses.

É uma verdade incontestável que no ano de 1835, assim como nos de 1840 e 1842, o Governo Imperial prestou-se com o mais decidido ardor a diversas negociações propostas pelo governo de S. M. Britânica.

Se nenhuma destas negociações pôde concluir-se nem ratificar-se, a razão foi por que o Governo Imperial viu-se colocado na alternativa, ou de recusar-se malgrado seu, a tais negociações, ou de subscrever a completa ruína do comércio lícito de seus súditos, que aliás deve zelar e proteger. A escolha não podia ser duvidosa a um governo que tivesse consciência de seus deveres.<sup>170</sup>

Para o ministro, o Bill era uma ameaça à soberania de todos os países e não só à do Brasil. A Inglaterra através deste ato “usurpava” os direitos do Império Brasileiro. “*Neste acto que acaba de passar como lei, impossível é deixar de reconhecer esse abuso injustificável da força que ameaça os direitos e regalias de todas as nações livres e independentes.*”<sup>171</sup>

A argumentação do ministro era a seguinte: o governo britânico tinha direito de exigir que os acordos fossem cumpridos e que a repressão do tráfico fosse de fato colocada em execução pelo governo brasileiro, mas não tinha o direito de julgar os brasileiros envolvidos com o contrabando.

A letra do sobredito artigo 1º da Convenção só compreende os subditos brasileiros e o trafico illicito que estes possam exercer.

Ninguém contesta que os crimes cometidos no território de uma nação só podem ser punidos pelas autoridades della, e outrosim que se reputão parte do

<sup>166</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. Topoi, v.12, n.23, p.97-117, dez. 2011. p.107-108.

<sup>167</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de setembro de 1845, n. 251.

<sup>168</sup> YOUSSEF, Alain El. Op. Cit., p. 239.

<sup>169</sup> Antonio Paulino Limpo de Abreu, “Protesto do governo imperial contra o *bill* Aberdeen”. BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. (Org.). Textos políticos da história do Brasil. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 2 139-148. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/81923>

<sup>170</sup> *Ibidem*, p.141.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 143.

território de uma nação os seus navios, para o effeito, entre outros, de serem punidos por suas leis os crimes que nelles fôrem perpetrados.

Absurdo fôra reconhecer no governo britannico o direito de punir subditos brasileiros nas suas pessoas ou na sua propriedade, por crimes commetidos no territorio do Imperio, sem muito expressa, clara e positiva delegação deste direito, feito pelo soberano do Brasil ao da Grão-Bretanha.<sup>172</sup>

Se a Inglaterra tinha esse direito de apreensões e julgamentos sobre os súditos do Brasil, esse direito deveria se compartilhado com todas as outras nações.

No protesto, Limpo de Abreu segue afirmando que o tráfico de escravos não era pirataria, pois não era uma ameaça ao comercio marítimo. O ministro classifica a assinatura do Bill pela Inglaterra como um atentando à soberania nacional do Império.

Limpo de Abreu conclui o protesto, reafirmando o compromisso do império brasileiro em reprimir o tráfico ilegal de escravos “segundo as leis do país”. A questão do tráfico se tornou uma questão de soberania nacional<sup>173</sup>. Os manifestos que apareceram na imprensa, tanto a liberal quanto a conservadora, se posicionavam contrárias ao ato britânico<sup>174</sup>.

Segundo Alain El Youssef, com a assinatura do Bill Aberdeen os brasileiros se viram unidos contra a prática da “tirania da Inglaterra”. Defender a soberania brasileira se tornou uma questão nacional. Colocar-se contra a autocracia da Grã Bretanha era o elo que unia os indignados brasileiros na defesa do contrabando. Para o autor:

[...] o *bill* Aberdeen viu unidos todos os Brasileiros em torno do projeto *Saquarema*, em um sentimento de indignação e de ódio contra a Grã-Bretanha. Em suma, tal qual o bill Palmerston, em 1839, o decreto que estipulou o tráfico negreiro como pirataria fez com que o discurso liberal adotasse pressupostos comumente presentes nos discursos *Saquaremas*. Mas uma vez, o inimigo externo propiciou o exercício da direção moral e intelectual dos Conservadores sobre seus adversários políticos.

Apesar de o Bill Aberdeen ter cumprido o seu papel de frear o tráfico ilegal em 1845, a partir de 1846, o tráfico voltou a se intensificar.<sup>175</sup> Limpo de Abreu tentou abrir as negociações com a Inglaterra, mas de início não obteve muito sucesso. Ele propôs um acordo que previa a importação de africanos livres, o que foi negado pela Inglaterra. Porém, a tentativa de se chegar a um acordo, que não ferisse a soberania brasileira e atendesse ao mesmo tempo os interesses antiescravistas da Inglaterra, continuou.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>173</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. *O Tempo...*, p. 234-241.

<sup>174</sup> “Com effeito, se tal direito pertencesse a uma nação, devia igualmente pertencer a todas, causaria males incalculaveis, por ventura a guerra universal. ... o que fica exposto e demonstrado, resulta a evidencia de que o acto que passou como lei no parlamento britannico, e foi sancionado pela rainda da Grão Bretanha no dia 8 do mez de agosto do corrente anno sob o pretexto de levar-se a effeito as disposições do art. 1º da Convenção celebrada entre as coroas do Brasil e da Grão-Bretanha em 23 de novembro de 1826, não pôde fundar se nem no texto nem no espirito do referido artigo, contraria os principios mais claros e positivos do direito das gentes, e por ultimo attenta contra a soberania e independencia do Brazil, assim como todas as nações.”<sup>174</sup> Apud. Youssef, p.247

<sup>175</sup> <http://www.slavevoyages.org>.

Como já mencionado, Alain El Youssef observa que a intensa pressão britânica sobre o Brasil propiciou que os liberais comprassem a bandeira saquarema de defesa dos interesses da classe senhorial. Entretanto, é preciso se perguntar até que ponto esses interesses da classe senhorial já não estavam sendo defendidos pelo ministério liberal antes mesmo da assinatura do tratado.

O modo como os conservadores ocupavam os cargos durante o gabinete liberal diz muito dessa articulação em defesa dos interesses da classe senhorial. A atuação de políticos conservadores durante o período da administração liberal, como a convocação do marquês de Abrantes para negociar questões internacionais, chama atenção. A presença de Aureliano na província do Rio de Janeiro e a presença de sobrenomes ligados a famílias conservadoras e/ou de cafeicultores na relação dos membros das comissões mistas<sup>176</sup>, nos permite refletir a respeito da direção moral e intelectual saquarema.

O gabinete que está no poder em 1844, além de ter que lidar com questões que vinham de contextos históricos anteriores, como por exemplo, os tratados comerciais, não as trata somente pelo viés político. Além de estabelecerem relações políticas em torno dessas questões, eles também estão envolvidos com os interesses da classe senhorial via relações pessoais.

Podemos perceber essas articulações no exemplo da trajetória do “Rei do Café”, Joaquim Breves, nome forte do tráfico ilegal e cafeicultor, legítimo representante da classe senhorial ligada à produção de café do Vale do Paraíba. Liberal, esteve envolvido no movimento de 1842, onde manteve estreita relação com o futuro ministro do quinquênio liberal, Limpo de Abreu.

Joaquim Breves representava parte das conexões estabelecidas pela classe senhorial e atuou de modo incisivo contra a repressão ao tráfico de escravos. Ligado ao partido liberal, o comendador fez sua fortuna com o tráfico de escravos justamente no período em que o mesmo se torna ilegal<sup>177</sup>.

Relações políticas e pessoais como as do comendador Joaquim Breves e Limpo de Abreu nos levam a pensar como o ministério liberal não estava fora dessa interseção que liga política imperial, tráfico internacional e ilícito de escravos e cafeicultores do Vale do Paraíba.

---

<sup>176</sup> Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario d' Estado Ernesto Ferreira França em 14 de maio de 1844; Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da atual legislatura (6ª), pelo respectivo Ministro e Secretario d' Estado Ernesto Ferreira França, (em 14 de maio de 1845);

<sup>177</sup> PESSOA, Thiago Campos. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves. Dissertação* (Mestrado em história) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

Mais do que isso, a trajetória das relações familiares de Joaquim Breves ilustra a forma como a defesa do tráfico de escravos se torna uma bandeira ligada à causa da soberania nacional. José Breves, também comendador, cafeicultor do Vale do Paraíba e traficante de escravos, atuaram na defesa do tráfico ilícito desde 1831 em posição política diferente da do irmão. Conservador, José Breves esteve ao lado da política saquarema de centralização monárquica.

Embora inseridos em grupos políticos divergentes, os irmãos convergiam no que dizia respeito à defesa do tráfico de escravos africanos. Ao comentar o modo como esses dois homens de grupo políticos diferentes podiam se unir na defesa do contrabando, Thiago Campo observa:

[...] Adversários políticos, com perfis de pensamentos diferentes, se aproximaram em relação a um aspecto da sociedade oitocentista: o tráfico ilegal de africanos. Ambos investiram nesse comércio até quando puderam, inclusive defendendo politicamente a manutenção do ilícito trato e mantendo fazendas destinadas à recepção de africanos recém-chegados. A defesa do tráfico talvez tenha sido o maior ponto de convergência entre os comendadores. Ela unia liberais e conservadores, que embora utilizassem estratégias diferentes, mostravam-se lado a lado ao insistirem na continuidade do tráfico.<sup>178</sup>

A postura do ministério liberal no poder em defender a soberania do Brasil e comente o contrabando pode ser percebida como defesa do projeto saquarema. A atitude política do gabinete liberal de não ignorar as demandas da classe senhorial está perfeitamente alinhada à noção de *política do contrabando*:

[...] proprietários da bacia expandida do Vale do Paraíba, estimulado pelo mercado mundial, e um grupo de políticos, de olho não só na economia, mas também no poder, costuraram uma aliança que se expandiu aos poucos até garantir a reabertura do tráfico transatlântico de escravos sob forma de contrabando em nível sistêmico, isto é, uma atividade aceita em grande volume, por alguns longos anos e de modo vertical no país, desde as altas estruturas do poder (a esfera da *res publica*: Executivo, Senado, Câmara dos Deputados) até o juizado de paz alguma coisa freguesia interiorana e a fazenda do vizinho (a esfera da *res privata*).<sup>179</sup>

Ilmar identifica essa relação entre o grupo liberal com alguns cafeicultores como uma defesa da liberdade da Casa e não do Governo. Como defende Ilmar, os liberais não eram contrários à escravidão ou ao tráfico negreiro, apesar do uso de um discurso antiescravista e da articulação em torno da negação das pautas históricas defendidas pelos saquaremas;

Ao defenderem a Liberdade da Casa, os Liberais defendiam, sobretudo, a liberdade do senhor – como um despotês – no governo da escravidão e de

<sup>178</sup> Idem. O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. *Afro-Ásia*, Salvador, BA, n. 47, p. 43-78, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a02n47.pdf>>.

<sup>179</sup> PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 334.

participação no tráfico negreiro, sem a ingerência britânica e sem o privilégio dos antigos colonizadores, agora ligados à Coroa. Nas praias de Mangaratiba, o Comendador Joaquim José de Sousa Breves recebia os lotes de escravos que mandara buscar nas costas africanas, deixando apreensivas as autoridades imperiais e provocando medidas repressivas, especialmente após 1850.<sup>180</sup>

O presente estudo se dedicou a explorar o início do quinquênio liberal até 02 de maio de 1846, período em que se mantém no poder o primeiro ministério liberal do período 1844-1848.

Paula Pereira de Castro apresentou o novo ministério que chegava ao poder, organizado por Hollanca Cavalcanti, como uma tentativa de *Conciliação*. Essa necessidade tem diversos motivos e esse novo gabinete pôde ser visto como muito próximo dos conservadores no que diz respeito às suas práticas políticas<sup>181</sup>.

Essa necessidade de conciliar *luzias* e *saquaremas* não pode ser pensada sem considerar as relações estabelecidas no gabinete anterior, dado que a questão do contrabando, a ostensiva pressão inglesa e o envolvimento das relações políticas e pessoais do ministério liberal com os interesses da classe senhorial são fundamentais para compor esse elo de aproximação entre liberais e conservadores.

[...] O sistema bipartidário brasileiro precisou não de uma norma oficial, mas de uma aceitação sistêmica do contrabando, do consenso social em torno do roubo, para dissociar o destino jurídico dos africanos escravizados do rodízio político dos partidos no poder<sup>182</sup>.

Ilmar comenta ainda que a partir do momento que a questão do tráfico se torna uma questão nacional, a sua defesa segue dentro dessa lógica. A futura repressão ao tráfico também será encarada da mesma maneira. A partir do momento em que a questão do contrabando se coloca com uma questão nacional, quando ele precisa efetivamente ser reprimido e extinguido o será pelas mãos da Coroa; como uma necessidade nacional e não desejo de um grupo articulado.

Todavia, a repressão ao tráfico não deveria aparecer com uma obra saquarema, e sim como ação civilizadora da Coroa, sempre acima dos partidos e dos interesses particulares e imediatos, e preocupada em depurar sua maior criação – o Império, face iluminada da classe senhorial.<sup>183</sup>

No *Tempo Saquarema*, Ilmar mostra, dentro de uma perspectiva gramsciana, a configuração da classe senhorial<sup>184</sup>. Ao partir da ideia de que o *Estado* aceita ou não algumas

<sup>180</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. *O Tempo...*, p. 176.

<sup>181</sup> Ibidem.

<sup>182</sup> PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era...*, p. 347

<sup>183</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. *O Tempo...*, p. 239.

<sup>184</sup> Idem, *O Tempo...*

das escolhas da *sociedade civil*, mostra que o conjunto dos proprietários de terra, negociantes e burocratas — a *classe senhorial* — é a que tem força para impor uma direção moral e intelectual.

Para Ilmar, os conservadores convertem a *Coroa em Partido* – dado os cânones de interpretação em Gramsci - o *partido* se configura juntos às diretrizes da sociedade política e como aspecto da sociedade civil. A maneira como o Partido conservador se configura é o que possibilita a direção moral e intelectual saquarema dentro da noção de *Estado Ampliado*.

Significa que a hegemonia saquarema se configura dentro do Estado e que não é possível imaginar essa direção moral e intelectual fora dele. A cooptação por parte dos conservadores é, portanto, algo além do medo das desestabilizações da regência: é a preocupação com a manutenção da escravidão e com a situação do tráfico. Essa preocupação com o tráfico pode ser notada já em 1831 na questão da revogação da lei de 7 de novembro. Tâmis Parron reconstrói a intensa discussão política a esse respeito. Essa preocupação com o futuro do tráfico e, conseqüentemente, com o futuro da escravidão possibilita que o modo de viver senhorial não fique ligado apenas ao seu grupo social econômico, mas atinja o modo de viver da sociedade imperial; tornando possível o projeto político conservador como consenso.

Desse modo, o gabinete liberal de 1844 pode ser analisado não apenas a partir do medo das insurgências da regência, mas dentro de um contexto político, social e econômico no qual tem relevância a discussão sobre a seguridade da escravidão e a legitimidade do contrabando.

Para Ricardo Salles, a formação da classe senhorial dominante nacional foi uma construção histórica. Ele a insere no contexto de formação histórica processada a partir dos proprietários rurais escravistas da zona da Bacia do Paraíba que conseguem se configurar de forma homogênea, incorporando as demandas dos outros grupos sociais pelo território do Império.

Dizer que a classe senhorial foi uma classe nacional significa ainda que a sua dominação aconteceu a partir da afirmação de uma ordem social e econômica em que a escravidão foi o denominador comum, mais para uns menos, para outros, mas que soldou esse processo de dominação e incorporação nacionais<sup>185</sup>.

Dentro dessa classe senhorial foi o grupo de estadistas que conduziu a direção moral e intelectual. Os estadistas imperiais conseguiram constituir uma camada de intelectuais e usaram a burocracia do Estado em seu favor no jogo de poder entre as forças sociais dominantes. O partido conservador como o grande dirigente intelectual dessa camada

---

<sup>185</sup> SALLES, Ricardo. *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Garulhos: Almanack, n.04, nov/2012,p.6.

conseguiu, através dos gabinetes e de seus membros nas câmaras, governar em favor da manutenção do seu poder e da legitimação da sua concepção política.

Gramsci ao tratar da formação dos intelectuais mostra que eles têm consciência da própria função:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas econômico, mas também no social e no político<sup>186</sup>.

Nessa perspectiva, a classe senhorial é percebida além das alianças matrimoniais e além dos interesses da província fluminense; ela se configura simultaneamente à formação do Império brasileiro. Assim, a classe senhorial é analisada no contexto das situações enfrentadas pela monarquia no período, como a tentativa de ser manter independente no cenário internacional. As relações entre Brasil e Inglaterra colocam-se como fundamentais e concomitantes à formação da classe senhorial.

Para Tâmis Parron, a fração mais poderosa da classe senhorial era a dos proprietários de escravos e cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense e paulista, bem como os da Zona da Mata mineira; eixo Rio – São Paulo - Minas. O autor mostra a simultaneidade entre a formação do Estado nacional e a expansão do cativo. A formação de um novo grupo social, a partir da década de 1830, o dos grandes proprietários do vale do Paraíba, teve impacto na configuração e no poder do Partido do Regresso<sup>187</sup>.

A situação de coesão da classe senhorial gira em torno desse contexto interno e externo ligado à situação da escravatura. Todavia, os liberais não conseguiram um projeto político homogêneo; ao contrário dos conservadores, não havia, entre eles, um consenso sobre o contrabando e a escravidão<sup>188</sup>. Os saquaremas conseguiram unir a necessidade de centralização do Estado monárquico, personificado no Imperador, aos interesses da classe senhorial; esse conjunto de interesses e de alianças possibilitou a existência de um projeto político que dirigisse moral e intelectualmente a “boa sociedade” brasileira.

Segundo Ricardo Salles,

A classe senhorial foi uma realidade histórica, uma formação intergeracional definida a partir de sua dimensão projetiva e memorial que tendeu a expandir-se como força e direção moral por determinada época e por toda sociedade, entendida como um “bloco histórico”. Isto é, é uma totalidade de relações sociais entre classes e grupos sociais estabelecidas a partir de modos de produção, acumulação, reprodução e apropriação material, configurações territoriais e demográficas, redes

<sup>186</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p.3.

<sup>187</sup> PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.11.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 159-60.

institucionais, práticas culturais, tradições. Nesse sentido, ela implicou uma cultura e um *ethos*, isto é, comportamentos, modos de ser, valores identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços e redes de poder ancorados nesse conjunto histórico. A classe senhorial foi um acontecimento histórico complexo, e seus modos de ser e produzir se impuseram como modo de ser, como estilo de vida, tanto interna quando externamente, a outros grupos sociais subalternos. E, dessa forma, impuseram-se, enfim, como condição de sua reprodução social, física, espacial e temporal por meio de sua articulação com a construção do Estado imperial<sup>189</sup>.

Ligada economicamente à produção de café cuja base era o braço escravo, a classe senhorial funciona como diretora moral e intelectual na Corte. Por conseguir ir além dos interesses de proprietários arraigados nas fazendas, a classe senhorial atua na consolidação do Estado Imperial e no processo civilizatório, dado que os dirigentes imperiais atuavam na direção intelectual.

A classe senhorial, que se configura pelo viés dos conservadores, exerce a capacidade dirigente e técnica. Dirigente no sentido de estar à frente no âmbito moral e intelectual; e técnica no sentido de estar à frente do governo. O fato de os representantes dessa classe senhorial fazerem parte do governo fez com que as medidas administrativas, políticas e judiciárias fossem de encontro aos interesses dos saquaremas e dos defensores da manutenção da escravidão e do tráfico.

Segundo Gramsci, a relação do grupo de intelectuais com o mundo da produção não é imediata, mas eles exerceriam a função hegemônica social e política em favor do grupo dominante<sup>190</sup>. Essa relação, ainda segundo Gramsci, ampliaria o conceito de intelectual e exatamente por isso possibilitaria uma aproximação com a realidade. Quando trazemos essas ideias para a pesquisa podemos perceber essa aproximação.

Os conservadores oriundos ou diretamente ligados aos cafeicultores e escravocratas exercem uma direção moral e intelectual sobre a classe senhorial. Eles criaram meios de garantir a manutenção dessas relações de força e a manutenção do seu grupo no poder. Podemos observar então, via formação de gabinetes e aprovações na câmara, as tentativas de criar meios para atender as necessidades desse grupo social dominante. E, é na escravidão que encontramos o denominador comum de interesses na ordem social e econômica.

As petições enviadas à Assembleia provincial das câmaras municipais do Vale do Paraíba pediam a anulação da lei de 1831. Os termos dos pedidos isentavam os traficantes e classificavam o tráfico como uma ação costumeira. Dentro da lógica do direito natural, tirava o contrabando da ótica de crime moral. “Entre a presunção da liberdade e a presunção da

---

<sup>189</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.53.

<sup>190</sup> GRAMSCI, Antônio. Op. Cit., p. 10-11.

posse, o Estado brasileiro, no curso da centralização judiciária do Regresso, deveria optar pela última e consagrar, em linguagem moderna, a segurança pública.”<sup>191</sup>

São diversas as tentativas dos partidários do Regresso em defender o contrabando, em tentar tornar o tráfico legal novamente, dentro de uma lógica que busca favorecer o grupo dominante ligado à produção; no caso, o grupo dos cafeicultores. O projeto de defesa do tráfico vai além do grupo dos cafeicultores do Vale do Paraíba e dos futuros conservadores na Corte. Ainda que não seja de uma maneira total e organizada, chama atenção o fato de que entre os liberais também haja a defesa do tráfico. Logo, percebemos que a pauta do futuro do tráfico e da escravidão era uma pauta de defesa da classe senhorial ligada à produção econômica; totalmente alinhado ao que diz Gramsci sobre a necessidade da classe dirigente de construir condições favoráveis à sua expansão<sup>192</sup>. Observamos, então, as diversas manobras encontradas pelos chefes imperiais na defesa de leis a favor do tráfico.

Ricardo Salles, baseado em Gramsci, ao tratar da hegemonia saquarema, mostra que o partido liberal sofreu o processo de subordinação política tanto pela adesão à agenda política conservadora quanto pela passagem de alguns liberais às fileiras conservadoras<sup>193</sup>. Ainda que houvesse espaço para a oposição, quando os liberais conseguiam chegar ao ministério faltavam-lhes bases sólidas nos grupos sociais dominantes. Daí a instabilidade de seus governos.

A partir do trabalho de Tamis Parron<sup>194</sup>, é possível argumentar que faltou ao grupo liberal definir um projeto político a respeito das questões da escravidão e do contrabando. Não havia um acordo entre os liberais das diferentes províncias sobre o contrabando e a escravidão. Não estava presente no projeto político dos liberais uma agenda para o contrabando.

Segundo Tâmis, a partir da década de 1840 devido às maiores pressões da Inglaterra sobre o fim da escravidão, diminuiu consideravelmente a tolerância às manifestações contra o cativo aqui no Brasil. “Ao longo da década de 1840, a tolerância à censura do cativo ou do tráfico transatlântico sofreu considerável redução, expressa umas vezes em discursos parlamentares, outras na imprensa, ora em publicação de livros, ora na seleção dos altos funcionários públicos, como juizes e ministros.”<sup>195</sup>

Num contexto das manifestações diretas contra o tráfico, faz-se necessário compreender como a agenda política coloca-se em favor da classe favorecida diretamente pelo contrabando

<sup>191</sup> PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império...*, p.159.

<sup>192</sup> GRAMSCI, Antônio. Op.Cit. p. 11-13.

<sup>193</sup> SALLES, Ricardo. *O Império...*, p. 19-20.

<sup>194</sup> PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império...*

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 198.

e pela escravidão. Apesar de toda a pressão inglesa e de todos os discursos liberais contrários ao tráfico, o período analisado está inserido no período do auge do contrabando.

Para Gramsci, a formação das diversas categorias intelectuais se dá de duas maneiras. Partindo da premissa de que todos os homens são intelectuais, os novos grupos de intelectuais surgem quando a sociedade se propõe um novo paradigma ou quando um grupo se constitui consciente da sua função essencial. Tâmis Parron mostra que a classe senhorial das décadas de 1830 e 1840 não é a mesma constituída pelo grupo de negociantes de grosso trato do período anterior. A base social que se configura junto com a expansão do café, segundo ele, era a dos descendentes de burocratas e de negociantes de grosso trato no Primeiro Reinado<sup>196</sup>. A formação desse novo grupo intelectual com função dirigente se configura nessas mudanças estruturais, dentro das quais a escola tem papel formador. Logo, são essas mudanças e assimilações que possibilitam a hegemonia ideológica e moral da classe senhorial pela liderança saquarema.

Ricardo Salles mostra que a elite política luso-brasileira precisou se atualizar e se aliar aos grupos econômicos ascendentes. Assim, os grupos políticos que tiveram papel fundamental no processo de independência e afirmação do Império brasileiro vão de encontro às fileiras cafeicultoras da região da Bacia do Paraíba.

Gramsci ao tratar das relações dos intelectuais com o mundo da produção mostra que essa relação não é imediata, e sim mediatizada<sup>197</sup>. O que percebemos, no caso do Brasil, é que a elite política da década de 1820 e 30 vai se aproximando das fileiras cafeiculturas do eixo da Bacia do Paraíba, especialmente via laços matrimoniais. O que temos na década de 1840 é uma camada de intelectuais ligada ao contrabando e à cafeicultura; principal atividade econômica.

De acordo com Gramsci, “Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”<sup>198</sup>. Para Gramsci, essa ação se dá em dois patamares. Primeiro, quando há o consenso entre os interesses das grandes massas e os interesses do grupo dominante; quando há a aceitação das ideologias impressas do grupo dominante pela população; quando o grupo dominante obtém confiança da massa por causa da sua função dirigente e sua função no mundo da produção. Segundo, quando o Estado, via coerção, consegue manter a disciplina dos grupos que não compartilham das ideologias do grupo dominante.

---

<sup>196</sup> Ibidem, p. 165.

<sup>197</sup> GRAMSCI, Antônio. Op.Cit. p.10.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 10-11.

Quando Ilmar diz que o Partido conservador converte a Coroa em partido, ele está enxergando a ação do grupo dos intelectuais, que aqui no Brasil, é parte da classe dirigente, da burocracia estatal – a classe senhorial.

Dessa maneira, percebemos que o poder imperial foi exercido pelo poder da classe senhorial. Sua dominação atendeu aos interesses do grupo de cafeicultores escravistas e dos negócios políticos que se articulavam através das relações mantidas com eles ao longo do território brasileiro.

Se não consideramos o poder da classe senhorial e a direção intelectual ligada aos interesses dos traficantes de africanos e dos cafeicultores não conseguimos ter a dimensão dos processos políticos e das relações de poder no período do quinquênio liberal e do regresso, como um todo. É esse contexto histórico da escravidão que forma a base de apoio ao partido conservador que assume a burocracia estatal. Assim a hegemonia saquarema só se torna possível porque é feita juntamente com o grupo ligado à produção econômica e para ele. Essa relação só se tornou possível porque o partido conservador foi simultaneamente representando a classe senhorial cafeicultora escravocrata e se configurando como tal.

Desse modo, a autonomia e a preeminência política da camada dos intelectuais do Império, principalmente em seus extratos políticos superiores, deve ser sempre entendida em sua organicidade em relação à classe senhorial. Esse intelectuais de classe dirigiram, ampliaram o alcance e se universalizaram, tornando-os nacionais, os interesses da classe senhorial. Na verdade, esses interesses não existiram mesmo no plano geral independente da ação desses intelectuais. Essa ação, por sua vez, só pode ser plenamente entendida em seu alcance e significado históricos se remetida à formação, manutenção e expansão do poder da classe senhorial, em relação aos escravos e aos outros grupos políticos sociais da sociedade imperial, tornados, nesse processo, subalternos<sup>199</sup>.

Ilmar Mattos coloca entrelaçados os interesses dos traficantes de escravos com os interesses dos dirigentes imperiais<sup>200</sup>. Nessa perspectiva, os dirigentes imperiais, na defesa do fortalecimento e manutenção do governo imperial, adotariam medidas visando proteger esses interesses. No que diz respeito às relações com a Inglaterra, os dirigentes imperiais assumiriam posturas justificadas pelo interesse da Nação e favorecimento dos interesses do Império Brasileiro em detrimento dos de outra nação que queria intervir nos problemas internos. Para esses dirigentes, a questão do tráfico e da escravidão estava muito mais ligada aos interesses internos do que aos interesses da nação inglesa.

---

<sup>199</sup> SALLES, Ricardo. *O Império...*, p.44.

<sup>200</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. *O Tempo...*, p.90

Jeffrey Needell, enxerga esse ministério como a ala menos radical dentro do partido liberal; como um grupo que muito se assimilava aos saquaremas no que diz respeito ao seu monarquismo e interesses de classe<sup>201</sup>.

Dado o contexto das relações com a Inglaterra, a partir do momento em que o ministério de 2 de fevereiro assume o contrabando como um problema de soberania nacional, ele fundamentalmente cria bases para a legitimação do tráfico ilícito que se mantém até 1850. Entretanto, a partir de 1845 os liberais direcionam o caminho que será assumido pelos saquaremas na condução do fim do tráfico como um projeto de governo.

Vale ressaltar ainda que essa identidade política assumida pelos partidos na defesa do tráfico como questão de soberania não era exatamente a postura assumida pelo *O Brasil*. Pelas penas de José Justiniano da Rocha, a folha defendeu o tráfico de escravos pelo viés de defesa aos interesses dos traficantes assim como pôde contar com o apoio deles.

Ao contrário das folhas liberais que mantiverem circulação que duravam meses, com algumas exceções que não chegavam há dois anos, *O Brasil* mantém uma longa e contínua circulação. Nesse sentido, há que se pensar como era difícil, no período, manter um periódico de circulação contínua. Quando não contavam com o apoio financeiro do governo, os periódicos mantinham-se das assinaturas e dos anúncios.

Era extremamente difícil manter um periódico que se dedicasse exclusivamente aos assuntos políticos. As folhas liberais aqui analisadas tiveram uma circulação relativamente inferior em relação à grande folha conservadora com o qual dialogavam. O *Novo Tempo* e o *Filho da Joanna* recorreram a publicações de matérias de variedades como forma de atingir um público que ia além dos interessados pelos assuntos políticos.

---

<sup>201</sup> NEEDELL, Jeffrey. Formação dos Partidos Brasileiros: Questões de Ideologia, Rótulos Partidários, Lideranças e Prática Política, 1831-1888. Revista Eletrônica Almanack Brasiliense, nº 10. p.59-62.

## CONCLUSÃO

O trabalho se preocupou em entender como a atuação do gabinete de 2 de fevereiro de 1844, primeiro gabinete do quinquênio liberal, se insere no processo de hegemonia conservadora. Mais que confirmar ou não a hegemonia saquarema, nos preocupamos em entender o processo de governo do ministério liberal.

No primeiro capítulo percebemos que a relação estabelecida entre os ministros foi anterior à formação do gabinete e que suas trajetórias políticas não aconteceram repentinamente; tal consideração nos fez avaliar o papel desses homens de estado dentro da constituição do Partido Liberal.

Percebemos ainda, no que diz respeito à sua formação, que esses políticos não destoaram do modo como era instruída a boa sociedade brasileira. Homens atuantes, ainda antes do Segundo Reinado, foram educados para se isentar das paixões locais e representar os interesses da Nação.

Mais que o medo da instabilidade do período regencial percebemos que as alianças traçadas no fim da Regência e na Revolta de 1842 foram fundamentais para a articulação entre esse grupo de liberais que chega ao poder. Assim, a necessidade de um gabinete que fosse visto como composto por homens de paixões moderadas, mas que se colocava em oposição ao gabinete anterior, se tornava essencial para o contexto pós-repressões conservadoras aos envolvidos na revolta de São Paulo e Minas Gerais.

O segundo capítulo demonstra a importância da imprensa como veículo manipulador e formador da Opinião Pública. Ao analisar as penas dos periódicos percebemos os interesses de governo, as articulações políticas e as questões que estavam na ordem do dia.

É na Imprensa que podemos encontrar um termômetro da atuação do gabinete, tanto a partir das folhas de apoio quanto das de oposição; o que explica a necessidade da criação de folhas que já nascem com o propósito de apoiar o ministério e defendê-lo das críticas da oposição.

No capítulo dois vemos um ministério liberal cheio de boas intenções, mas também marcado pela inércia, no que diz respeito a dar respostas instantâneas e eficientes aos problemas presentes no cotidiano da sua administração. Faltava ao ministério colocar em prática todas as ideias que defendia e julgava necessárias.

Percebemos ainda como a atuação política e a atuação das penas dos periódicos estavam interligadas. Tanto no lado liberal quanto na oposição, vimos políticos usando seus próprios

jornais para fazer propaganda, defender-se de acusações e defender seus projetos políticos.

O terceiro capítulo traz à discussão o posicionamento do gabinete com o contexto histórico da escravidão. Percebemos que o gabinete, com o discurso de defender os interesses nacionais, se coloca em defesa dos interesses dos traficantes e dos cafeicultores do Vale do Paraíba.

Por meio de diferente discurso, o ministério liberal dá continuidade à estratégia conservadora de defesa dos interesses da classe senhorial; o que garante a sobrevivência do tráfico por mais alguns anos e a manutenção da escravidão. Os liberais, ainda que tivessem em alguns momentos um discurso antiescravista; quando no governo, defenderam os interesses da Nação Imperial, que era baseada no modelo escravocrata.

Entender o processo de governo liberal dentro de um processo maior, que é o da consolidação monárquica num modelo coordenado pelos saquaremas, nos faz refletir sobre alguns aspectos desse processo. Dada a limitação da dissertação de mestrado, algumas reflexões parecem se perder ao longo do caminho da pesquisa, entretanto essas conjecturas não passam pelo esquecimento.

O modo como o gabinete é formado chama atenção. Apesar de Almeida Torres ser apontado como o organizador, em grande parte dos trabalhos que abordam o período o ministério é visto como o ministério Alves Branco.

O momento marca a ascensão dos liberais no poder, entretanto não seriam esses liberais os históricos. Isso justificaria a sua falta de energia em sua atuação, daí a manutenção de pautas defendidas pelos conservadores. Mas dadas as trajetórias desses ministros, suas atuações não marcariam a história do Partido Liberal? Vale lembrar, como já colocado, que *O Brasil* identificava Limpo de Abreu como um dos grandes líderes liberais.

Como entender a ação desses ministros no que diz respeito à questão do tráfico de escravos se não os inserirmos dentro da classe senhorial? No que diz respeito à sua formação, à sua trajetória e as experiências vividas antes de assumirem o gabinete; estariam estes afastados dos grandes líderes conservadores?

A atuação política do Rei do Café Joaquim Breves, grande expoente da classe senhorial, nas fileiras liberais instiga para uma investigação mais detalhada de como essa relação com o partido liberal se estabelece. Igualmente interessante é pensar Aureliano Coutinho, personalidade influente e marcante no período do quinquênio e chefe de província do Rio de Janeiro durante o gabinete de 1844, como proprietário de terras em Ilha Grande<sup>202</sup>.

---

<sup>202</sup> Aureliano de Oliveira Coutinho se casou com D. Adelaide Guilhermina de Castro Rosa (filha de Joaquim Francisco da Rosa grande comerciante e depois proprietário em Ilha Grande).

De fato, a análise do processo de consolidação do governo liberal mostra similaridades entre saquaremas e luzias quando no poder; mas mostra também que entender o processo de consolidação monárquica, liderado pelos Saquaremas, vai além do projeto político de governo conservador.

A pesquisa contribui para revisitarmos e estabelecemos novas conjecturas ao analisarmos o período, contribuindo para a pertinência de novas pesquisas e continuidade da aqui tratada.

## REFERÊNCIAS

### Fontes documentais:

Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos. Disponível em:  
<http://www.slavevoyages.org>.

Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-376-12-agosto-1844-560768-publicacaooriginal-83952-pe.html>

Falas do trono: desde o ao de 1823 até maior de 1889. Disponível em:  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227319>

GALVÃO, Miguel Arcanjo. Relação dos Cidadãos que tomaram parte do Governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro – GB, 1969.

JAVARI, Barão de *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

Jornal *A Tribuna*: jornal político e litterario. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=766100&PagFis=0&Pesq=>

Jornal *Conservador*. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=766119&pasta=ano%20184&pesq=>

Jornal *Jornal do Commercio*. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_03&pasta=ano%20184&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_03&pasta=ano%20184&pesq=)

Jornal *Filho da Joana*. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221643&pesq=>

Jornal *O Brasil*. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709565&pasta=ano%20184&pesq=>

Jornal *O Novo Tempo*: folha política e literária. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759120&pasta=ano%20184&pesq=>

Jornal *O Pharol Constitucional*. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=707724&pasta=ano%20184&pesq=>

Jornal *Sentinella da Monarchia*. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332780&pesq=>

Lei nº 261 – de 3 de dezembro de 1841-Reformando o Código do Processo Criminal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm)

Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 6ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Manuel Alves Branco, em 8 de janeiro de 1845;

Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 6ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Manuel Alves Branco, em 8 de maio de 1845;

Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 5ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Manuel Alves Branco, em 8 de maio de 1844.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 5ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario d' Estado Ernesto Ferreira França em 14 de maio de 1844;

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa (na 1ª sessão da 6ª legislatura), a 13 de janeiro de 1845, pelo respectivo Ministro e Secretario d' Estado Ernesto Ferreira França;

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da atual legislatura (6ª), pelo respectivo Ministro e Secretario d' Estado Ernesto Ferreira França, (em 15 de maio de 1845);

Teófilo Benedito Ottoni. “Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura”. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916.

### **Referências Bibliográficas:**

BASILE, Marcelo. Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830.

In: Gladys Sabina Ribeiro (organizadora). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.

BENTIVOGLIO, Júlio. “Palacianos e Aulicismo no segundo reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II”. In: Revista Esboços. Santa Catarina: UFSC, s.d., Volume 17, nº 23. p. 195-198.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002.

- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. (Org.). Textos políticos da história do Brasil. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 2 139-148. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/81923>
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem – a elite imperial Teatro de sombras – política imperial*. 4ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1.
- CASTRO, Paulo Pereira. “Política e administração de 1840 a 1848”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico, v.2. Dispersão e unidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964. p. 526-527
- ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. *Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. p. 147-148.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder; formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a Política Imperial: reformas eleitorais e representação política no Parlamento (1853-1863)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, SP, 2015.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GUIZELIN, Gilberto da Silva. *A abolição do tráfico de escravos no Atlântico Sul: Portugal, o Brasil e a questão do contrabando de africanos*. in: Almanack. Guarulhos, n. 05 (1º semestre de 2013), S. 123-144.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1965-72, II, 3v.
- HÖRNER, Erik. Uma província ‘infestada de rebeldes’: a Guerra Civil em São Paulo. In: Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838 – 1844). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 2010.

- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. *Topoi*, v.12, n.23, p.97-117, dez. 2011.
- MARX, Karl. *Prefácio à "Contribuição à crítica da economia política"*. In *Marx e Engels, Obras Escolhidas*. Vol.1. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: Jancsó, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp. p.271-300. 2005.
- \_\_\_\_\_. O gigante o espelho. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, vol. II (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, D&PA, 2003.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PINTO, Edmundo Luz. *Principais estadistas do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- QUEIROZ, Tatiane Rocha de. *Do regressismo ao conservadorismo do periódico "O Brasil" (1840-1843)*. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2000.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro. Topbooks. 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão Nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. Garulhos: Almanack, n.04,

nov/2012.

VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.